



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MILENA DO CARMO CUNHA DOS SANTOS

Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino:
percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens

Porto Alegre
2012

MILENA DO CARMO CUNHA DOS SANTOS

Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino:
percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. (Área de Concentração: Sociologia)

Orientador: Profº Drº Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre
2012

MILENA DO CARMO CUNHA DOS SANTOS

Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino:
percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. (Área de Concentração: Sociologia)

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Marcelo Kunrath Silva
(Orientador)
PPGS – UFRGS

Profª Drª Cinara Lerrer Rosenfield
PPGS – UFRGS

Profº Drº Fernando Seffner
PPGEDU – UFRGS

Profº Drº Henrique Caetano Nardi
PPGPSI – UFRGS

Porto Alegre, 3 de Abril de 2012.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UFRGS, por me fazer compreender qual meu espaço enquanto socióloga neste mundo.

Ao CNPq, pela bolsa concedida na integralidade do Mestrado.

Às/Aos contribuintes brasileiras/os por me possibilitarem, através de seus impostos, cursar uma faculdade, bem como a Pós-Graduação em uma Universidade Pública.

Aos professores presentes nessa banca, Fernando Seffner, pela pronta aceitação para participar da avaliação desta dissertação; Cinara Rosenfield, pela “Sociologia com Alegria” que sempre encontrei ao vê-la trabalhar, e pela atenção e pronta disponibilidade de Henrique Nardi, um dos primeiros contatos que tive com a Psicologia Social da UFRGS e por quem conheci outros pontos de vista sobre o ser humano.

Às/aos minhas/meus informantes por me mostrarem que o campo é a melhor parte do Mestrado. Obrigada pela disponibilidade e auxílio. À equipe do Instituto Noos, ISER, Movimento de Mulheres de São Gonçalo e Juizado de Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher – Comarca Capital/RJ.

Aos meus pais, Heliane do Carmo e Antonio Fernando, pelo apoio amoroso e presente que, depois de tantos desafios, estão como dois alicerces da minha vida e aumentaram seu suporte durante a realização dessa dissertação.

Aos meus irmãos Helder e Toninho, simplesmente por ocuparem esse posto.

Às doçuras de sobrinhos e sobrinhas que brindam minha vida com a inocência e curiosidade infantil perante a vida. Às minhas cunhadas: mulheres e mães.

Em especial ao Helder e à Ana, pelo oferecimento da casa para que parte dessa dissertação pudesse ser gerada com mais conforto e tranquilidade.

À Marieta, minha irmã de alma, por ser “tão assim como eu” e estar pronta para o que der e vier nessa mudança de vida. E, em especial, pelas correções na versão final.

À Dinha, por ser surpreendentemente tão livre, dando leveza e elegância à minha vida. Pela amizade e amor.

À Patica, por provar que doçura e alegria, quando andam juntas, transformam tudo ao redor.

À Ingrid, “irmã-prima” pelos conselhos mútuos, palavras e sentimento em todos os momentos.

À Aninha, pelo apoio incondicional em todos os aspectos da minha vida, revisando, sorrindo e comunicando. E pelas correções finais também.

Ao Lisandro, presente do primeiro dia de vestibular até o último da pós-graduação, por ter vivido tudo o que vivemos juntos.

À Patê, doce presente desta Porto Alegre.

À Katia Almeida, pela amizade e confiança de que “vai dar tudo certo”.

Em especial, por seus apoios nos últimos momentos de escrita e mudança.

Ao Cauê, por me abrigar no Rio de Janeiro e me deixar morar na Cidade Maravilhosa durante a pesquisa de campo.

Ao Luciano Moraes, deliciosa amizade bilíngue, pelo auxílio no Résumé.

À Luana Florisbal, pela força nos momentos finais das correções.

Ao Felipe Voos pelas risadas e parcerias nos domingos porto-alegrenses.

Às minhas amigas de toda vida Aline Leão, Mariana Aladrén, Priscila Lapinski e Thatiana Moraes, por estarem comigo há décadas e contando.

Ao G25: Andressa Corrêa, Bianca Ruskowski e Thales Speroni, pela “bombação eterna”. Em especial, à Bianca, pela mais intensa experiência de moradia e amizade durante esse período.

À Gloria, pela gargalhadas presentes e pelo afeto e delicadeza nos momentos em que a sala de casa passava de biblioteca a divã.

Ao Hudson e ao João, dupla dinâmica que deixou minha vida mais engraçada ao longo do último ano.

Ao Beto, por sempre me lembrar quem eu sou e da confiança e amor que tenho pela vida.

Quero agradecer por tamanha generosidade e amor.

Ao Centro de Terapia Bioenergética e Meditações Ativas Namastê, pelo ciclo que vivi lá e me preparei para uma grande mudança de vida, à seus terapeutas e “buscadores”.

E em especial por me apresentarem Osho, um mestre espiritualmente incorreto, iluminado e humano, escandalosamente, humano.

Dentro desse Centro, em especial às Soul's Sisters, por quem nutri tanto amor e compartilhei dores e alegrias intensamente: Akshaya, Vanita, Satya, Aswhini, Sundari, Aruna e Kranti. Presentes e amorosas durante essa dissertação inteira. E à Jagrati, pela força nas últimas semanas.

Ao Grupo dos 7 chakras/2011.

Aos amigos cariocas que conheci e que, assim como o Rio de Janeiro, estão me esperando de braços abertos nesta nova etapa da minha vida. Em especial à Daya e Lara Gama, irmãs de coração que anseio por estar mais perto.

Aos tantos encontros que tive nessas andanças pelo país e pela América Latina nesses dois últimos anos, pela troca, afeto e amor que encontrei nessas esquinas.

Quero dizer que sem cada um/uma de vocês eu nunca poderia ter crescido tanto e me transformado em uma “socióloga-buscadora” cada vez mais confiante na vida e na existência.

Obrigada.

RESUMO

Este trabalho se localiza no campo das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar, sendo dentre estas, as de apoio aos homens autores de violência contra a mulher. Os programas e projetos que vinculam homens à práticas de reflexão e responsabilização, embora anteriores à Lei Maria da Penha (11.340/2006), obtiveram maior visibilidade e incremento de financiamentos após sua promulgação. Portanto, o local estipulado para o estudo foram os *grupos reflexivos de gênero*, ocorridos em dois municípios do estado do Rio de Janeiro e parte integrante da rede de atendimento e referência às situações de violência. As formas de inserção dos homens autores de violência em tais grupos estão vinculadas a seu encaminhamento pela justiça ou pela demanda espontânea. Dentre esses grupos, foram pesquisadas iniciativas vinculadas às políticas públicas, realizadas em espaços da Justiça, bem como programas desenvolvidos por organizações não-governamentais que desenvolviam trabalhos voltados para homens e admitiram a perspectiva sistêmica da violência – levando em conta seu contexto e os demais envolvidos no ciclo da violência. A perspectiva teórica a qual se vincula é expressa pela Sociologia Psicológica na constituição das disposições sociais, proposta por Bernard Lahire, e pelo conceito de *habitus*, na perspectiva de Pierre Bourdieu. Na articulação de tais conceitos, estão as noções de socialização primária e secundária, na compreensão de como se fundamenta o comportamento agressivo pautado por uma masculinidade hegemônica e também pelas possibilidades de transformação dessas condutas a partir das socializações ocorridas em novos contextos. Os objetivos estão vinculados a essa perspectiva de ressocialização, às transformações na vida dos envolvidos e à possíveis mudanças disposicionais. Especificamente, visam identificar a articulação dos grupos reflexivos com a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e ao mapeamento das mudanças ocorridas com os homens vinculados aos programas – tanto os participantes quanto os facilitadores do processo. Os resultados obtidos a partir da articulação das falas dos entrevistados e a perspectiva teórica abordada evidenciaram que, embora não seja possível determinar a duração ou a efetividade das transformações ocorridas aos autores de violência, sua participação em tais programas inaugura distintas perspectivas em suas vidas e a possibilidade – antes interdita – de fazerem escolhas, mas também na ampliação do olhar das políticas públicas para a intervenção e engajamento dos homens na prevenção, interrupção e enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Lei Maria da Penha. Ressocialização. Grupos Reflexivos de Gênero para Homens.

RÉSUMÉ

Ce travail s'est situé dans le champ des politiques publiques qui visent à faire face à la violence domestique et familiale, parmi lesquelles celles d'appui aux hommes auteurs de la violence contre les femmes. Les programmes et les projets qui associent des hommes à des pratiques de réflexion et de responsabilisation, bien qu'ils soient antérieurs à la Loi Maria da Penha (11.340/2006), ont obtenu une plus grande visibilité et l'augmentation de financement après sa promulgation. Pour autant, les *groupes réflexifs de genre* ont été choisis comme endroit pour l'étude, à deux municipalités de l'état de Rio de Janeiro faisant partie du réseau de secours et de référence aux situations de violence. Les formes d'insertion des hommes auteurs de violence dans ces groupes sont liées à leur destination par la justice ou par demande spontanée. Parmi ces groupes, des initiatives liées à des pratiques publiques ont été recherchées, réalisées dans des espaces de la justice, aussi bien que des programmes développés par des organisations non-gouvernementales qui réalisaient des travaux auprès des hommes et qui ont admis la perspective systémique de la violence – tenant compte de son contexte et d'autres caractères faisant partie du cycle de la violence. La perspective théorique que l'on suit est celle exprimée par la Sociologie Psychologique dans la constitution des dispositions sociales, proposée par Bernard Lahire, et par le concept de *habitus*, dans la perspective de Pierre Bourdieu. Dans le cadre de l'articulation de ces concepts il y a notions de socialisation primaire et secondaire, pour la compréhension de comment se fonde le comportement agressif basé sur une masculinité hégémonique et aussi par les possibilités de transformation de ces attitudes à partir des nouvelles socialisations, avec lesquelles les hommes prennent du contact en participant de nouveaux contextes. Les buts sont liés à cette perspective de ressocialisation, aux transformations dans la vie des impliqués et à des possibles changements de disposition. Spécifiquement, ils visent à identifier l'articulation des groupes réflexifs avec le réseau de politiques publiques faisant face à la violence de genre et au mappage des changements des hommes liés aux programmes – soit les participants, soit les facilitateurs du processus. Les résultats obtenus à partir de l'articulation des discours des interviewés et la perspective théorique abordée ont mis en relief le fait que, bien qu'il ne soit pas possible de déterminer la durée ni l'effectivité des changements sociaux par rapport aux auteurs de violence, leur participation à ces programmes inaugure de différentes perspectives dans leurs vies et la possibilité – avant interdite – de faire des choix, mais aussi de l'ampliation du regard des politiques publiques vers l'intervention et l'engagement des hommes pour prévenir, interrompre et faire face à la violence domestique et familiale.

Mots clefs: Violence de genre. Loi Maria da Penha. Resocialisation. Groupes Réflexifs de Genre pour des Hommes.

Sumário

Introdução.....	9
Procedimentos Metodológicos.....	15
1. O trabalho de campo e as técnicas de coleta dos dados.....	15
1.2 O trabalho de campo: descobertas e envolvimento na coleta e análise dos dados.....	19
Capítulo 1. As escolhas teóricas: habitus, disposições sociais e a socialização.....	26
2.1 As disposições sociais e o habitus individual.....	27
2.2 Socializações: o indivíduo imerso no social.....	33
Capítulo 2: As Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero no Brasil e os Grupos Reflexivos de Gênero.....	46
2.1 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas: os dados da violência doméstica	50
2.2 Toda a mulher é meio Leila Diniz: origem e história das políticas públicas para as mulheres.....	53
2.3 Da Dona Maria da Penha você não escapa: a legislação brasileira e a violência doméstica.....	60
2.4 Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: a reeducação de autores de violência enquanto desafio às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.....	64
Capítulo 3. Os Grupos Reflexivos de Gênero para Homens.....	72
3.1 Os grupos reflexivos de gênero para homens: surgimento e caracterização	73
3.1.1 Os GRGs e os mecanismos de socialização.....	78
3.2 A violência de gênero: rompendo com a naturalização.....	84
3.3 As motivações de autores e facilitadores dos grupos reflexivos de gênero: mobilização para transformar?.....	91
3.4 Homens e a nova lente para ver o mundo: percepções e socializações.....	96
Considerações Finais.....	108
Referências.....	115
Anexos.....	122
Anexo 1 – Termo de Consentimento Informado ou Consentimento Livre e Esclarecido.....	122
Anexo 2 – Roteiro de Entrevista com Facilitadores dos Grupos Reflexivos de Gênero.....	123

Introdução

Este trabalho, mais do que ir pelo viés do “conhecido” – tanto pela autora como pelo amplo número de estudos que tratam do tema – e se pautar fundamentalmente pelas consequências da violência doméstica, escolhe ir pelas profundezas do contexto em que tal violência está inserida. Compreender a maneira pela qual este comportamento é inculcado e naturalizado pelos homens envolvidos em situações de violência contra suas companheiras desperta maior interesse nesse momento do que como essas mulheres encontram o caminho de sua emancipação para uma vida livre de violência.

Assumindo a perspectiva de que nos pesquisamos quando fazemos uma pesquisa, esta escolha se trata de uma preferência autoral provocada por uma mudança de foco, de ponto de vista, da busca por inovação dentro da mesma temática. Dessa forma, as leituras foram direcionadas pela necessidade de fornecer subsídio à compreensão das condutas dos homens autores de violência doméstica para, futuramente, ampliar o foco para as possibilidades de transformação social dos papéis de gênero.

Ademais, a curiosidade que levou à produção deste estudo, reside em uma mudança de enfoque nas reflexões científicas sobre a violência doméstica, a partir da constatação de que, tanto os estudos quanto as iniciativas de controle e prevenção sofreram modificações. Sobre isso pauta-se a recomendação expressa no inciso V do artigo 35 da Lei Maria da Penha (11.340/06), que indica a oferta, por parte das administrações municipais, estaduais e federais, de centros de educação e reabilitação para os homens autores de violência.

Sendo assim, o que quer que aconteça a um homem participante de um grupo reflexivo para autores de violência doméstica e que seja passível de transformar a realidade em que vive é a motivação para ir além do senso comum na implementação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero. É, sem dúvida uma perspectiva otimista, de uma visão que acredita na transformação individual como o alicerce da transformação social.

Essa dissertação pode ser considerada um aprofundamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais pela UFRGS, realizado pela autora no ano de 2009, intitulado: “*De Cinderela à Cidadã: uma abordagem feminista das representações de diferentes agentes sociais sobre a violência contra a mulher e o crime sexual*”, à época orientado pela Prof^a Dr^a Tania Steren dos Santos. Aprofundamento no sentido de desvelar

o outro lado da situação, de entender onde a violência é originada. É observar o *antes*, e compará-lo com o *depois* do envolvimento dos homens com os grupos.

Por isso, as consequências dos atos violentos não só não serão ignoradas como fundamentarão a análise: após o encaminhamento da justiça, ou a procura espontânea pelos grupos, como estes homens podem romper com o ciclo de violência? Como poderão “fazer diferente”? Quais serão suas motivações para transformar a realidade que se descortina em suas vidas?

Para tanto, este estudo levará em conta a experiência dos grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência doméstica no estado do Rio de Janeiro, desenvolvidos a partir de encaminhamento dos homens pelo poder judiciário ou pela chamada *demandas espontâneas*, quando procuram por “própria conta e risco” o apoio de um grupo para cessar a violência na qual estiveram envolvidos.

Esses grupos reflexivos de gênero foram pesquisados visando compreender as modificações percebidas no comportamento do público-alvo, através das percepções não deste público, mas dos facilitadores¹ dessas dinâmicas e do processo terapêutico. Essa escolha se deu, principalmente, pelo curto período em que o campo seria realizado: cerca de quinze dias em duas cidades do Rio de Janeiro, o que dificultava o deslocamento e permanência da pesquisadora. Sendo assim, considerou-se que estes homens estão também inseridos na reflexão a respeito do conceito do gênero e das relações domésticas violentas, por um lado; e, em sua formação e preparo para conduzir o processo e avaliar os resultados, por outro.

Por isso, pesquisando as possibilidades de transformação na vida destes homens, esta pesquisa foi conduzida na tentativa de entender que modificações a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e os grupos reflexivos de gênero provocam nos indivíduos e em suas relações, sua percepção sobre o mundo e sobre si mesmos.

Buscou-se apreender quais mecanismos são capazes de romper com a reprodução de um padrão violento nas relações domésticas e, para isso, a discussão foi pautada pelo viés da Sociologia Psicológica, proposta por Bernard Lahire (2008), através da explicitação da constituição e da pluralidade das *disposições sociais* que conformam o *habitus*, aqui analisado a partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1972).

¹ Facilitadores são os profissionais que trabalharam nos processos de responsabilização propostos pelos grupos reflexivos, tanto em sua criação como no desenvolvimento de projetos de reeducação de autores de violência. De alguma maneira, estão também inseridos na lógica da violência doméstica, seja por experiências próprias passadas, como pelo contato frequente com homens autores de violência [nota da autora].

Entretanto, isso não resultou suficiente para entender a gênese do ciclo de violência, tampouco a possibilidade de transformação nas disposições destes homens. Dessa maneira, a reflexão proposta fundou-se nos conceitos de socialização primária e secundária, de Peter Berger e Thomas Luckmann (2009) expondo tanto certo “determinismo” conformado pelo *habitus*, como a possibilidade de ativação/inibição das disposições sociais em diferentes contextos. O canal para articulá-las foi a (res) socialização desses homens através de sua inserção em novos contextos.

Os questionamentos iniciais puderam, então, ser traduzidos em uma problemática mais articulada com a teoria através das seguintes indagações: *o que os grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência doméstica provocam nestes indivíduos em termos de transformação em suas disposições e na percepção sobre o mundo e suas relações? Quais são e como operam os mecanismos de socialização nos grupos reflexivos? Em que medida tais mecanismos são capazes de modificar/inibir as disposições à violência de gênero, rompendo com a reprodução de um padrão violento nas relações domésticas?*

Como resposta provisória para tais questionamentos, está a hipótese de que a participação nesses grupos tenderia a gerar um processo de (res) socialização, mesmo que parcial, devido a inserção dos indivíduos em um contexto relacional e normativo distinto, o qual poderia ter efeitos importantes em termos de mudança disposicional. Nesse sentido, a participação desses homens nos grupos reflexivos modificaria as disposições de uma conduta violenta, inibindo a ativação do papel social masculino relacionado às práticas de violência de gênero e oportunizando uma reflexão da própria masculinidade.

Como objetivo geral, buscou-se analisar a eficácia dos mecanismos (res) socializatórios que operam nos grupos reflexivos de gênero nas transformações na vida dos envolvidos, observando possíveis mudanças disposicionais apontadas pelos informantes-chave do processo.

Enquanto os objetivos específicos, mais instrumentais, pautaram-se por:

- Identificar a articulação desses grupos com a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.
- Observar a percepção dos facilitadores a respeito das transformações na conduta dos autores de violência.
- Mapear mudanças ocorridas nas percepções dos facilitadores a respeito de suas

próprias reflexões sobre gênero, masculinidades e violência.

Ultrapassando a perspectiva da política pública voltada a uma nova demanda, o interesse e a originalidade desta pesquisa moldam-se pela tentativa de compreensão das modificações pelas quais passa o ser humano. O que leva homens autores de violência até as estratégias de questionamento da lógica das construções sociais é um fato pouco estudado, mas fundamental para o entendimento da mudança social e do redirecionamento dos enfoques acadêmicos.

Desta forma, este estudo visa atingir esse aspecto normalmente relegado “ao segundo plano” nas investigações a respeito da violência contra a mulher, contribuindo para a reflexão das trajetórias seguidas por homens e mulheres a partir de papéis sociais previamente estipulados. A socialização dos indivíduos passa pela naturalização desses papéis enquanto homem ou mulher e do que isso significa em termos de construção das identidades.

A relevância desse estudo reside na visibilidade dada a programas de responsabilização para autores de violência, servindo para tornar conhecida uma nova realidade nas políticas públicas de gênero e dar impulso a criação de outras iniciativas que pautem a modificação de um contexto violento nas relações entre homens e mulheres. As mudanças observadas nas condutas dos homens, inicialmente “agressores *in natura*”, para indivíduos conscientes das razões que os levam a serem violentos, marca o começo de uma visão abrangente de política pública atenta e humanizada, considerando as motivações dos seus atos.

A razão fundamental, portanto, da escolha dessas ações, foi devido a seu pioneirismo no Brasil ao entrarem em consonância com a Lei Maria da Penha, aliando as penas previstas com um processo de reflexão para os homens sobre suas práticas violentas. A viabilidade da realização dessa pesquisa foi devido à ampla divulgação dos programas oferecidos pelas instituições a serem analisadas e do pronto atendimento às solicitações de informações e autorização do trabalho de campo.

O deslocamento geográfico do campo desta pesquisa para local diferente de residência e estudo da pesquisadora, deveu-se à presença de casos ilustrativos fora do Rio Grande do Sul. Ademais, esboça-se uma rede de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher concisa e, aparentemente, melhor articulada, o que permitiu circular com maior facilidade para abordar as instituições e compreender sua inserção nas políticas públicas de gênero.

Este estudo considerou instituições que desenvolveram trabalhos com homens autores de violência, localizadas no estado do Rio de Janeiro. Para chegar a tais lugares, foi feito contato com homens – em sua maioria vinculados à área da saúde – que haviam trabalhado em tais projetos e centros, mas também em locais que possuíam alguma espécie de trabalho voltado ao atendimento a homens. Embora o comparecimento a esses centros possa ser compelido em juízo, buscaram-se aqueles em que também seja permitida a participação de interessados em transformar o cotidiano em que praticam violência, mesmo que não tenham sido indiciados.

Para a escrita deste trabalho, a opção foi separá-lo em três capítulos, subdividindo-os para uma melhor explanação. Anteriormente, todavia, foram explicitados os procedimentos metodológicos sob os quais se desenvolveu o trabalho de campo e a escrita desta dissertação. Em seguida, no Capítulo 1 (um), foi exposto o marco teórico contendo as principais referências utilizadas para a articulação da problemática e da perspectiva sociológica escolhida para este estudo.

O Capítulo 2 (dois) é de característica mais descritiva, apontando desde a discussão inicial sobre a necessidade de criação de políticas públicas de gênero, passando pela legislação atual, criada e adaptada para os casos de violência e saúde da mulher, até culminar com o trabalho dos grupos para homens e políticas sobre masculinidades. Porém, antes de tal discussão adotaram-se alguns conceitos norteadores da elaboração destas políticas, embasando sua compreensão.

No Capítulo final, foram apresentados os resultados do trabalho de campo, desenvolvido a partir de conversas, entrevistas, anotações e percepções dos programas pesquisados com a teoria sociológica que possa oferecer suporte para as descobertas e surpresas obtidas na realização deste trabalho. A análise dos dados é empreendida a partir das falas dos sujeitos e do contato com a documentação e com demais funcionários dos locais pesquisados.

O impacto que algumas histórias contadas pelos facilitadores causaram na pesquisadora, bem como os momentos de troca mais intensa com os informantes-chave também estão presentes nesta parte, já que são considerados como o cerne da vocação sociológica, sendo ela o contato com seres humanos em suas realizações enquanto “indivíduos-agentes”, produtores de mudanças na sociedade.

Este trabalho, resultado de um longo e difícil processo, embora com momentos de certeza e alegria por ter escolhido esta temática e, mais do que isso, a profissão de socióloga, por vezes se apresenta como uma colcha de retalhos. Mas ao lê-lo e relê-lo, é

perceptível ser também um “retrato” de quem o escreve, perpassada pelas histórias de vida das pessoas que cruzaram esse caminho nos dois anos de pós-graduação.

Esta dissertação é um convite aos leitores e leitoras a conhecer uma realidade iniciada com um diálogo entre um grupo de amigos interessados em promover discussões a respeito de suas vidas e de suas condutas enquanto homens, para entender seu desconforto em relação às desigualdades entre os sexos. Esse *insight* que se replicou para fora desta relação e encontrou-se com outros homens no final da década de 1990, até que atingiu a justiça e as reivindicações de milhares de mulheres interessadas em mudar não de relacionamento, mas a forma de relacionar-se com seus companheiros.

Esta dissertação foi realizada por uma pesquisadora otimista, talvez um tanto utópica, mas acima de tudo, satisfeita em observar que a sociedade acaba se transformando a partir de atitudes individuais que reverberam para o coletivo, ou de pequenas coletividades que adquirem proporções maiores. Embora essa perspectiva possa assumir, por vezes, um caráter voluntarista, é na esperança de que tais exemplos se multipliquem que se desenvolve esse estudo. Através das iniciativas apresentadas, pode ser possível incentivar outras pessoas a tomarem atitudes para modificar suas vidas na medida em que sua realidade não coincida com seus sonhos e seus desejos de felicidade.

Procedimentos Metodológicos

1. O trabalho de campo e as técnicas de coleta dos dados

Este trabalho se ocupou para sua realização de técnicas de metodologia qualitativa devido à necessidade de aprofundar o entendimento do objeto escolhido. Em primeiro lugar, visando apreender aspectos subjetivos do cotidiano em questão, mas também pela necessidade de aproximação e contato entre pesquisadora e pesquisados.

O estudo realizado levou em conta projetos de Organizações Não-Governamentais (ONG) e programas vinculados à entidades estatais que desenvolveram *grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher*, localizadas em municípios do Rio de Janeiro.

O deslocamento do campo desta pesquisa deveu-se ao desconhecimento de casos ilustrativos da problemática no estado do Rio Grande do Sul, local de estudo e residência da pesquisadora. Ademais, esboçou-se no Rio de Janeiro uma rede de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher mais concisa e, aparentemente, melhor articulada, o que permitiu mais facilmente contatar com os informantes e ter indicações de locais, programas e pessoas dispostas a colaborar com o estudo. Logo nos primeiros contatos realizados, um universo de possíveis locais para novas inserções foi descoberto, atetando a articulação entre as organizações.

Dentre as iniciativas mapeadas, as que apresentaram maiores possibilidades de inserção, devido ao pertencimento dos informantes-chave desta pesquisa foram o Instituto Noos; o Serviço de Educação e Responsabilização dos Homens Autores de Violência de Gênero (SerH); o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Comarca Capital/RJ; e o Movimento de Mulheres de São Gonçalo, a partir do Centro Especial de Orientação Zuzu Angel (CEOM/São Gonçalo).

A escolha do Instituto Noos deu-se pelo fato de ser um dos precursores no Brasil a trabalhar com homens e por ter sido o “berço” dos grupos reflexivos de gênero, desenvolvidos desde 1999, mas também por ter sistematizado em boa parte a metodologia de aplicação desses grupos.

Tais grupos também são desenvolvidos com mulheres, pois a preocupação e o foco do Instituto Noos sempre esteve ligado a uma abordagem relacional do conceito de gênero, bem como vinculado à Teoria Sistêmica², desenvolvida a partir da abordagem do contexto de vida em que as famílias, homens e mulheres estão inseridos. O fácil acesso ao local e a imediata disponibilidade dos informantes-chave ligados à instituição propiciou o campo e fortaleceu o vínculo entre a pesquisadora e pesquisados.

As tratativas para conhecer o Instituto começaram a ocorrer ainda no ano de 2010 quando, para o desenvolvimento do projeto de dissertação era necessária uma definição do local onde realizar o trabalho de campo. As abundantes informações sobre os projetos e sobre os membros da instituição presentes na internet, assim como ser bem referenciada no país tornaram a escolha fácil. O primeiro contato presencial com a instituição foi em março de 2011 no Rio de Janeiro quando obteve-se autorização para conhecer e desenvolver pesquisa no local.

Embora o informante inicial tenha se desligado da instituição antes do retorno à cidade para realizar a pesquisa de campo, imediatamente foi possível contatar com os demais profissionais e agendar as entrevistas para julho do mesmo ano. O total de entrevistas realizadas com informantes que foram ou ainda são vinculados ao Instituto Noos é de três.

Buscando uma comparação com o Noos, durante a investigação tomou-se conhecimento do Serviço de Educação e Responsabilização dos Homens Autores de Violência de Gênero – SerH³, desenvolvido em municípios da Baixada Fluminense, região conhecida pelos índices de vulnerabilidade social no estado do Rio de Janeiro.

O SerH tem como diferencial fundamental do Instituto Noos não constituir uma ONG, mas sim um projeto vinculado à Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto de Estudos sobre Religião – ISER. Entretanto, ambos se “entrelaçam”, já que a primeira edição do projeto, ainda em 2007 em Nova Iguaçu/RJ foi coordenada por Fernando Acosta, idealizador dos *grupos reflexivos de gênero* no Instituto Noos.

² Tal abordagem será explicitada no capítulo da análise dos dados, por fazer parte da metodologia dos grupos reflexivos de gênero.

³ Criado baseado em recomendação expressa no artigo 35, inciso V, da Lei Maria da Penha, a ser explicitado no próximo capítulo.

Foram realizadas duas entrevistas simultâneas com informantes vinculados ao SerH, na sede do ISER, o que resultou em uma transcrição única, intercalando as respostas de ambos. Assim, puderam ser conhecidas as diferentes formas de se desenvolver tais grupos. Uma funcionando pela demanda espontânea e a outra implicando presença obrigatória de homens julgados e condenados por violência doméstica.

Já o Movimento de Mulheres de São Gonçalo/RJ, embora tenha desenvolvido programas de atendimento à homens e grupos reflexivos, como os que ocorreram no CEOM, sua utilidade foi maior para o entendimento da articulação das políticas de enfrentamento à violência doméstica, bem como as ações de capacitação para o trabalho oferecidas às mulheres.

O foco das instituições presentes no Movimento é nas ações de prevenção e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, possuindo núcleos de apoio e atendimento aos casos referenciados, especialmente após a violência sexual. De qualquer maneira, as duas entrevistas realizadas com agentes dessas políticas, mas que experienciaram os grupos com homens serão consideradas na análise dos dados, embora atualmente não estejam sendo realizados grupos no município.

Quanto ao informante do Juizado, foi realizada a entrevista na sede do Programa Brasil sem Homofobia, o que permitiu perceber o nível de articulação da rede, já que ele atuava em ambos espaços. Tal entrevista versou sobre os grupos realizados dentro da Justiça diretamente com os homens encaminhados pelos juízes, logo após as audiências. A diferença na metodologia e na abordagem pré e pós grupo, bem como o volume de homens atendidos e as outras alternativas para aqueles que estão à espera de vaga para os grupos, serão abordadas no capítulo de análise.

A partir dessa metodologia da “bola de neve”, além dos projetos citados, foi feito contato com o Instituto Promundo, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. A entrevista realizada com a informante do Promundo versou sobre a organização da ONG, seus projetos de alcance internacional, além de metodologias desenvolvidas e resultados obtidos, bem como fontes de financiamento. Todavia, não foi utilizada nesse trabalho devido à ausência de projetos nas categorias

estipuladas para o trabalho de campo, privilegiando ações de prevenção e educação com crianças e adolescentes no enfrentamento às situações de vulnerabilidade social. De qualquer modo, estará presente sua descrição enquanto instituição atuante na rede já citada.

Embora possuam algumas diferenças no que tange a abordagem de seus grupos focais e terapêuticos, as iniciativas situam-se na esfera de atenção e atendimento a homens, propiciando comparações entre seus desafios e resultados. Os critérios para essa escolha das instituições foram: 1) desenvolvimento de grupos reflexivos de gênero com homens autores de violência doméstica; 2) que possuíssem homens como facilitadores desses grupos; 3) que tivessem trabalho terapêutico continuado e 4) que já tivessem efetuado mapeamento prévio dos resultados dessas ações.

É importante frisar que o foco sofreu uma modificação. Inicialmente, estava em indivíduos que participaram dos programas realizados nessas instituições e das mudanças em suas disposições individuais. Entretanto, durante o período de realização da pesquisa de campo⁴, não ocorreriam grupos com homens nesses locais e foi necessária uma adequação no roteiro de entrevistas e na abordagem a ser feita, pensada para ser desenvolvida diretamente com os homens autores de violência.

Assim, devido à indisponibilidade da assistência dos grupos reflexivos de gênero, foram entrevistados facilitadores e avaliadores que participaram dos processos. Por isso, de acordo com suas percepções, avaliações e perspectivas tornaram-se os atores específicos e, portanto, os objetos da pesquisa. Para uma melhor sistematização e compreensão dos informantes, a tabela abaixo serve como ilustração.

⁴ Período compreendido entre 20 de julho e 4 de agosto de 2011.

Informantes-Chave da Pesquisa de Campo			
Pablo*	41 anos	Psicólogo	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – JVD FM
Diego	33 anos	Psicólogo	Avaliador do SERH Instituto de Estudos sobre Religião – ISER
Rodrigo	37 anos	Sociólogo	Supervisor do SERH Instituto de Estudos sobre Religião – ISER
Mário	61 anos	Psicólogo	Centro de Orientação à Mulher Zuzu Angel – CEOM
Marília	48 anos	Assistente Social	Movimento de Mulheres de São Gonçalo/RJ – MMSG
Francisco	55 anos	Psicólogo	Ex-integrante do Instituto Noos e Coordenador Capacitações do SERH
Ângelo	40 anos	Psicólogo	Instituto Noos
Estevan	33 anos	Psicólogo	Ex-integrante do Instituto Noos

* Todos os nomes foram trocados para manter o anonimato dos informantes. Elaboração da autora.

1.2 O trabalho de campo: descobertas e envolvimento na coleta e análise dos dados

Para a compreensão ampliada do cotidiano das instituições, projetos e de seus trabalhadores e tendo em vista o curto período de inserção durante o trabalho de campo, optou-se por contatar os informantes através de e-mail, redes sociais e contatos telefônicos. Com a maioria deles as tratativas foram imediatamente estabelecidas e, antes mesmo de eu chegar no Rio de Janeiro, algumas entrevistas já estavam agendadas.

Dentre os métodos de coleta de dados, optou-se pela observação e pela entrevista semi-estruturada. Seguindo a perspectiva de Raymond Quivy e Luc Van Champenhoudt sobre as observações e considerando-as como a “etapa intermédia entre a construção dos conceitos e das hipóteses, por um lado e o exame dos dados utilizados para as testar, por outro” (1992, p.155), foi necessário reformular a forma com a qual esse método seria desenvolvido.

À exceção do Instituto Noos, já visitado meses antes, as observações diretas dos locais de pesquisa somente ocorreram no momento das entrevistas. Por isso, recorreu-se à observação indireta, obtendo com os entrevistados e com as demais pessoas que lá trabalhavam informações complementares. Dessa forma, a coleta de desses dados foi intermediada, podendo talvez, ser uma das “fontes de deformação

e de erros que [foi] preciso controlar para que a informação obtida não [fosse] falseada, voluntariamente ou não” (QUIVY & CHAMPENHOUDT, p. 164). Tal controle foi realizado a partir de dados presentes nos documentos recolhidos nas instituições e no confronto de informações obtidas em outras entrevistas, além de conversas realizadas com pessoas envolvidas nos projetos.

Por isso, a observação sistemática a ser realizada nesses grupos focais, ficou por conta de “outros olhos”, dispostos a colaborar e a contar suas experiências e vivências. Isso resultou profícuo para a diminuição do estranhamento da pesquisadora com a dinâmica empreendida nos grupos, apreendendo o cotidiano das práticas sem que estivessem necessariamente impregnadas com pré-julgamentos e expectativas ao frequentar o espaço, bem como evitar o estranhamento dos homens participantes dos grupos com sua presença. Por outro lado, o olhar acostumado desses informantes pode ter influenciado em alguns momentos a apreensão e entendimento do processo, já que “o ator social não tem uma função neutra de informações colocadas a disposição do pesquisador, mas desenvolve um papel ativo que condiciona o processo cognoscitivo” (RANCI, 2005, p.44).

Além das observações, outro método utilizado foi o da entrevista semi-estruturada, na tentativa de “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GARKEL *apud* BAUER, 2002, p.68). Assim, buscou-se entender o processo pelo qual passam os homens durante os grupos e também colher informações que não haviam sido possíveis devido ao pouco tempo de contato com as instituições.

Inicialmente baseadas em tópicos-guia a respeito dos eixos articuladores do roteiro, gradualmente optou-se por fazer apenas alguns questionamentos e provocações a respeito dos temas interessantes para a análise e deixar que os informantes fossem articulando suas respostas e contando suas histórias sem interrupções. Dessa forma, as entrevistas realizadas por último tiveram um caráter de maior semelhança com narrativas, substituindo o esquema pergunta-resposta, para que a perspectiva do entrevistado se revelasse na forma de uma linguagem espontânea ao falar sobre os acontecimentos.

Fundamentalmente, buscou-se apreender os mecanismos pelos quais o

público-alvo desses grupos foi exposto, bem como as consequências dessa exposição e as transformações ocorridas na vida dos autores e dos facilitadores, tendo em vista que ambos são afetados em tais dinâmicas. Portanto, esses sujeitos entrevistados configuram-se os narradores e também os partícipes do contexto dos grupos, tornando-se o objeto do estudo.

Esse método das entrevistas, inicialmente, permitiu “utilizá-las como um recurso para entender como os indivíduos decifram seu mundo social e neles agem” (MAY, 2004, p.169), mas mais do que isso, propiciou

uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através de suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de profundidade e autenticidade (QUIVY & CHAMPENHOUDT, 1992, p.92).

Na realização das entrevistas, ao fazer o contato inicial com os informantes, foi possível responder questões sobre o trabalho, enviando o projeto de dissertação e explicando como seria o roteiro da entrevista, dividido em eixos. Tal roteiro – presente nos anexos desta pesquisa –, primeiramente, tratava sobre a trajetória de cada informante, desde sua formação intelectual, maneira pela qual havia chegado na instituição e qual sua experiência com a temática da violência de gênero e com a mediação dos grupos.

A seguir, os questionamentos davam conta de apreender a genealogia da instituição e seu o funcionamento, verificando eixos temáticos, projetos e parcerias, inserção em redes de políticas públicas, instâncias decisórias, organização hierárquica e métodos de trabalho. Para adentrar no relato detalhado do funcionamento dos grupos, foi questionada qual a nomenclatura e o formato que os facilitadores assumiam para o trabalho, as atividades desenvolvidas e os responsáveis por cada uma delas, a metodologia aplicada, os objetivos de cada atividade, locais de atuação, formas de financiamento dos grupos e se havia ajuda de custo para os participantes.

Sobre o atendimento em si, as questões versaram sobre o público atendido de uma forma geral, os acordos feitos entre os participantes, a possibilidade de acompanhamento de pessoas que não estivessem ligadas ao projeto diretamente –

visando a possibilidade de participação em alguma reunião – e as principais dificuldades para realizar o trabalho. A fundamentação teórica também foi questionada, tanto para entender a linha que cada instituição seguia, como para obter alguma indicação bibliográfica que pudesse ser útil à pesquisa.

Também foram abordadas as maneiras pelas quais as instituições avaliam os resultados, não apenas após o processo, mas também na forma de lidar com as questões que surgem ao longo do projeto, bem como à multiplicação de facilitadores através das capacitações desenvolvidas. E sobre as motivações dos homens participantes – ou mesmo a falta delas – tanto a obrigatoriedade quanto à demanda espontânea foram questionadas, para a compreensão das diferenças que ocorrem nos processos de homens que passaram pelo judiciário e dos que buscaram ajuda para sair do ciclo de violência.

A partir disso, relatos de episódios e falas dos homens participantes dos grupos foram solicitados, em especial “alguma história marcante”, que tornasse plausível a observação de alguma mudança comportamental – ou da manutenção do comportamento. Da mesma forma, questionou-se a possibilidade de criação de um perfil dos participantes, seja socioeconômico e cultural ou da história de vida e da reprodução de padrões aprendidos na infância, bem como se haviam “determinantes” da violência, ou apenas “catalizadores” das agressões.

Ainda sobre algumas possíveis modificações, foram inquiridas as ferramentas para medição de resultados e as avaliações preliminares para diagnosticar a efetividade do projeto e o cumprimento dos objetivos prévios. Todavia, levou-se em conta as surpresas ocorridas nesse processo, os “dar-se conta” que aconteciam a cada grupo, a possibilidade de auto-reflexão de cada homem, apoiada por seus pares, ilustradas com histórias contadas pelos participantes e se eles interessaram-se pela continuação do processo.

Por fim, mas de fundamental importância, foram questionadas as modificações ocorridas na vida dos facilitadores quando começaram a envolver-se com as temáticas de gênero, violência e atenção aos homens autores de violência. Por vezes, durante a entrevista, muitas dessas vivências iam sendo expostas, sendo consideradas uma das partes mais importantes do encontro. Embora não tenha sido possível realizar entrevistas de repetição devido ao escasso período de tempo

disponível para o campo, ao volume de entrevistas e ao tempo gasto no deslocamento e nos encontros, foi propiciada uma melhora qualitativa das informações obtidas através de troca de e-mail após a conversa.

Após os áudios das entrevistas serem transferidos do gravador para o computador, foram enviados para cada informante para que estes tivessem seu próprio registro em áudio. Além disso, todas as transcrições realizadas foram enviadas, para que fosse acordado com cada um/uma o que seria publicado no trabalho sobre suas falas. Isso dava possibilidade de alguns ajustes e melhoras de conteúdo a respeito do que havia sido dito. Esses contatos puderam aprofundar um pouco a intimidade entre a pesquisadora e os entrevistados, visando que “de temas mais gerais se [passasse] ao conto de eventos mais particulares; situações de desconfiança inicial [pudessem] se dissolver – abrindo espaço maior de confiança e confiança” (TERRAGNI, 2005), além de novas informações serem adquiridas.

Visando o incremento da coleta de dados, empreendeu-se a pesquisa e análise documental, na “utilização potencial de documentos, junto com dados observacionais” (MAY, 2004, p.206), realizada paralelamente às entrevistas. Os documentos analisados compreenderam tanto os estudos já realizados sobre o tema, como dissertações ou teses publicadas pelos envolvidos nos projetos, bem como metodologias e avaliações realizadas pelas instituições, disponibilizadas ao serem solicitadas durante as entrevistas.

As demais fontes compreenderam tratados e convenções nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência, em especial aquelas voltadas aos homens, bem como a legislação penal brasileira, resultados de pesquisas e o projeto do governo federal que regulamentou a criação dos grupos. Ademais, houve contato com a documentação presente nas organizações pesquisadas, como relatórios, anais de seminários, publicações próprias e panfletos informativos, além de ter sido feita uma “varredura” nos sites dessas organizações. Essas fontes secundárias foram essenciais para uma maior compreensão e melhor desenvolvimento do trabalho.

Sobre as implicações éticas na realização desta dissertação, as entrevistas foram realizadas após a leitura e assinatura de Termo de Consentimento⁵ por ambas partes, prevendo a colaboração com a pesquisa. Assim foi autorizado o uso do

⁵ Presente nos anexos deste estudo.

material discursivo extraído do áudio das entrevistas por parte dos informantes, bem como o comprometimento da pesquisadora em relação ao anonimato de cada um, utilizando nomes fictícios para representá-los no capítulo de análise de dados.

No que tange a análise de conteúdo das entrevistas, as informações obtidas serviram, fundamentalmente, para “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p.46). Assim, após a transcrição dos áudios e envio para os entrevistados, procedeu-se a uma redução gradual do texto, em duas rodadas.

Primeiramente, passagens inteiras foram transformados em sentenças sintéticas e, posteriormente, em palavras-chave ou excertos que dissessem respeito às quatro categorias a serem analisadas. São elas: 1) A descrição do contexto em que os mecanismos de socialização e dos espaços em que ocorrem, bem como da legislação e das políticas públicas pesquisadas; 2) A caracterização da violência doméstica baseada na desigualdade de gênero como culturalmente fundamentada; 3) Possíveis motivações para desenvolver o trabalho nos grupos reflexivos e 4) As transformações observadas. As duas últimas categorias dizem respeito tanto aos participantes dos grupos quanto aos facilitadores.

O produto final destas etapas, representado pelas palavras de Jovchelovitch & Bauer, “constitui uma interpretação das entrevistas, juntando estruturas de relevância dos informantes com as do entrevistador” (2002, p.107), o que resultou na categorização estruturante do capítulo de análise. A partir delas, as falas transcritas foram diferenciadas e, posteriormente, reagrupadas segundo o assunto que tratavam, servindo de apoio às considerações feitas.

Essas quatro grandes categorias foram desenvolvidas ao longo da análise e não se pautaram exclusivamente pelas palavras-chave, mas também pelo entendimento da pesquisadora sobre cada declaração. Sendo assim, os eixos formados foram desenvolvidos e ampliados a partir de questões que se articulassem com tais temas. O uso da codificação dessas categorias não foi auxiliado por *softwares*, tendo sido baseada a escolha no fato da interpretação – característica fundamental da análise de conteúdo – ser um ato humano e “cujas regras não podem ser realisticamente implementadas com um computador dentro de limitações práticas” (BAUER, 2002, p. 212).

As escolhas metodológicas desse estudo basearam-se em métodos científicos, mas também intuitivos, derivados da percepção, em momentos do trabalho de campo sobre o que é ser pesquisadora e transformar o que é visto em dados e resultados para os questionamentos desse trabalho. A partir do próximo capítulo, serão delineadas as opções teóricas e analíticas na esperança de tornar esse estudo inteligível dentro e fora da universidade.

Capítulo 1. As escolhas teóricas: *habitus*, disposições sociais e a socialização

O referencial teórico deste trabalho apoia-se na perspectiva da Sociologia Psicológica, o que representa a “fronteira” entre a Sociologia e a Psicologia⁶. Dentre os autores trabalhados, destacam-se os trabalhos de Bernard Lahire (2008) sobre as *disposições sociais* e a sociologia psicológica na escala do indivíduo socializado, bem como o contexto de sua ocorrência, expresso pela noção de *habitus*, desenvolvida por Pierre Bourdieu (1972). Esse enfoque teórico foi escolhido na tentativa de apreender, em primeiro lugar, como se fundam as desigualdades de gênero que, baseadas em padrões culturais de criação de papéis e estereótipos para os sexos, produzem relações conjugais violentas.

Para a articulação dessas perspectivas, estão explicitados, a partir da perspectiva de Peter Berger e Thomas Luckmann, os conceitos de socialização primária e secundária (2009). Tais conceitos permitem ampliar a análise para além de um “determinismo” que possa ser expresso pela noção estruturalista de *habitus*, mas também na busca da explicação das possibilidades de modificação nas disposições sociais a partir da inserção em diferentes contextos ressocializatórios.

Há ainda a perspectiva de Claude Dubar (2009) sobre a formação e a crise das identidades. Essa teoria faz-se presente neste estudo como auxiliar ao entendimento do processo em que os indivíduos tornam-se e mantem-se seres sociais e singulares, simultaneamente.

Sendo assim, inicialmente, será desenvolvido o conceito de *habitus*, para contextualizar as ações cotidianas dos indivíduos a serem pesquisados. E, na tentativa de ultrapassar a perspectiva do “engessamento” de tais ações, propomos sua articulação com a noção de pluralidade das disposições sociais para, enfim, conectá-los com as variações possíveis de ocorrer na socialização individual.

⁶ Esta fronteira representada pela Psicologia Social, disciplina capaz de romper com a oposição entre o indivíduo e a sociedade, enquanto objetos dicotômicos que se auto-excluem, procurando analisar as relações entre indivíduos, entre categorias ou grupos sociais e as relações entre o simbólico e a cognição. Seu objeto de estudo, priorizando os indivíduos em contexto leva em conta distintos níveis de análise: a intra-individual (o indivíduo); a inter-individual e situacional (interações entre os indivíduos e o contexto); o nível posicional (posição do indivíduo na rede de relações sociais) e o nível ideológico (crenças, valores e normas coletivas) (SILVA & PINTO, 1986). Por estar, esta dissertação, inserida neste perspectiva, é importante referenciar a lacuna existente na formação dos cientistas sociais no Brasil formada pela quase total ausência de diálogo com a Psicologia (em especial, a Social). No caso da análise do objeto deste estudo – os processos de socialização – é fundamental contar com a perspectiva de tal disciplina.

A segunda parte deste capítulo explicita a noção de socialização, buscando uma melhor articulação com a problemática e com a mobilização do olhar para a escolha teórica deste trabalho. Esta opção se deu no intuito de descobrir as formas de incidência sobre as práticas dos atores, bem como redefinir e modificar – mesmo que parcialmente – suas identidades e condutas através da interação social.

Subdividindo esse eixo de análise, o primeiro deles encontra-se focado na ideia de uma sociologia clínica, que busca as motivações dos atores para alterar suas disposições, especialmente aquelas herdadas na socialização primária. A segunda hipótese, quer seja um aprofundamento da primeira, trabalha com a socialização diversificada e permanente, no trânsito entre as diferentes esferas de sociabilidade. Isso significa que as disposições, plurais e diversas, podem agir de acordo com as situações do cotidiano⁷.

2.1 As disposições sociais e o *habitus* individual

Inicialmente, faz-se necessária a conceitualização de *habitus*, proposto por Bourdieu como “matrizes de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõe-se a cada agente como transcendententes” (Bourdieu, 2002, p.45). Tais matrizes são, portanto, guias interiorizados para suas ações, baseadas em aprendizados e que operam inconscientemente.

Segundo Wacquant (2007) o *habitus* é a “tentativa de transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo” (p.2), rompendo com a dualidade entre sociedade e indivíduo e captando a forma como a coletividade deposita-se nas pessoas sob disposições duráveis que direcionam suas práticas referentes às situações de seu meio social.

Essas práticas, segundo o autor, seriam

o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, [...] funciona[ndo] em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações que torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas” adquiridos numa prática anterior (BOURDIEU, 2002, p.261).

⁷ Há ainda, a diversificação das disposições pautada pela inserção em distintas redes, agindo como um mecanismo de socialização, enquanto *ilhas de significados* (PASSY, 2003). Haveria, portanto, locais que fariam com que os mecanismos de ressocialização agissem.

Assim, o conceito de *habitus* oferece, ao mesmo tempo, um princípio de *sociação*, já que formata as categorias de juízo e ação e faz com que sejam partilhadas pelos indivíduos submetidos a condicionamentos sociais similares; mas também de *individuação*, pois a internalização da combinação desses esquemas é variável para cada pessoa, situada de forma única no mundo e possuindo trajetória própria (WACQUANT, 2007, p.4).

Se é esse *habitus* incorporado pelo indivíduo uma espécie de “história sedimentada no corpo, (...) estrutura social tornada mental” (WACQUANT, 2007, p.3) conformando disposições duráveis para sentir, agir e pensar de formas determinadas, guiando as respostas às solicitações de seu meio social, a questão volta-se para a possibilidade de haver modificações nessa estrutura.

Afinal, se essas disposições formam categorias de ação e juízo através da socialização desses indivíduos que partilham os mesmos condicionamentos e, se entram em contato com a trajetória de cada pessoa, dificilmente as reações seriam as mesmas dentro de tão heterogêneo *corpus* social⁸.

Na contrapartida de um determinismo *a priori* expresso por essa teorização, o autor afirma que essas disposições duráveis não são idênticas, tampouco estáticas e eternas, sendo “socialmente montadas e podendo ser corroídas, contrariadas, ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas” (Bourdieu *apud* WACQUANT, 2007, p.3). É justamente na brecha de uma “falha” na disposição que se pode subvertê-la, ao entrar em contato com forças externas.

Para Bourdieu (1972),

o facto de o *habitus* poder “falhar” e de ter “momentos críticos de perplexidade e discrepância” quando é incapaz de gerar práticas conformes ao meio constitui um dos principais impulsionadores de mudança [...] (*apud* WACQUANT, 2007, p. 5).

A pluralidade das disposições presentes nos indivíduos, a ser desenvolvida adiante, é o ponto que auxilia na operacionalização do foco deste estudo, já que o patrimônio do *habitus*, relativamente heterogêneo, é composto por elementos em

⁸ No caso do *habitus* masculino, por exemplo, embora organizado por uma sociedade firmada em pressupostos de desigualdade de gênero é percebido e reproduzido por cada homem de forma diferente [grifo da autora].

certa medida contraditórios e que são ativados ou inibidos, respeitado o contexto de sua atualização⁹.

Para entender como se dá o processo de inibição/ativação destes elementos destaca-se a contribuição teórica de Bernard Lahire sobre as disposições sociais, por se caracterizar como um avanço em relação ao *habitus* e ao determinismo com que permite ser interpretado. Por isso, as contribuições de Lahire a serem expostas permitem pensar em mudanças nos sujeitos que, embora imersos em uma cultura estruturante das relações desiguais entre os gêneros e de padrões de comportamento aparentemente fixos, ao defrontarem-se com outras possibilidades nos distintos contextos, aprendem novas formas de reagir às situações.

No *Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica*, de 2008, o autor busca “estudar muito precisamente a constituição das disposições sociais” (2008, p.1), e ultrapassa o entendimento rotineiro de tal conceito, amplamente difundido e poucas vezes explicitado.

Segundo o autor, algumas tentativas de aplicação de termos da Psicologia na Sociologia denotaram certo esvaziamento dessa conexão entre as práticas individuais e as estruturas objetivas do mundo social. A simples transposição da análise do individual para o coletivo pareceu satisfazer, inicialmente, às necessidades de estudos que não tinham essa preocupação intrínseca.

Assim, esse distanciamento, não foi causa de maior preocupação para muitos teóricos da sociologia tradicional, deixando o entendimento das “caixas-pretas” individuais e de tantas matrizes de comportamentos, ações e reações para as ciências da saúde.

Todavia, esses conceitos simplesmente transpostos não poderiam por um longo tempo permanecer fundamentando uma análise sociológica mais voltada ao indivíduo que ao grupo. Foi nesse escopo que surgiu campo para uma Sociologia Psicológica, preocupada em estudar o social refratado em um corpo individual, visando entender como as experiências de socialização podem habitar simultaneamente o mesmo corpo e terem diferentes durações, intervindo nos momentos da vida social e compondo a biografia de um indivíduo.

⁹ Para colaborar com a perspectiva aqui exposta, propõe-se a fala de Gilberto Velho em *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas* (1994), que afirma viverem os indivíduos múltiplos papéis, em função dos distintos planos nos quais circulam, aparentemente incompatíveis do ponto de vista de uma ótica linear.

Dentre a categorização da sociologia psicológica, o autor a propõe como “sutilmente determinista”:

1) porque cada um de nós pode ser portador de uma multiplicidade de disposições que não se acham sempre nos contextos de sua atualização; 2) porque nós podemos ser desprovidos de boas disposições que permitam fazer face a algumas situações mais ou menos inevitáveis em nosso mundo social multidiferenciado; e 3) porque a multiplicidade dos investimentos sociais (familiares, profissionais, amicais...) objetivamente possíveis podem se tornar, no final das contas, incompatíveis, que nós podemos viver inquietos, em crises ou em conflitos pessoais com o mundo social (LAHIRE, 2008, p.16).

Portanto, o desenvolvimento da sociologia psicológica traz a própria noção de “disposição” à tona, centrando-a na reflexão sobre esse passado incorporado e levando em conta essa lacuna deixada pelas teorias de socialização. Na tentativa de apreender quais são as modalidades que fazem com que as disposições se reproduzam, visa conduzir as pesquisas para a precisão das diferentes maneiras de incorporar os hábitos e atualizá-los.

Essa análise busca compreender como se forma a lacuna entre as estruturas objetivas do mundo social (como as disposições do *habitus* incorporado) e as práticas dos indivíduos. Sendo essas disposições “as formas de interiorização e de exteriorização dos hábitos, os efeitos mentais e identitários da incorporação de disposições heterogêneas” (LAHIRE, 2008, p.1), só poderiam ser integralmente compreendidas a partir de uma genealogia do termo¹⁰.

Para o autor, “uma vez que a coerção cultural inicial esteja fortemente interiorizada, a escolha se impõe por si mesma, aparecendo como natural e evidente” (2008, p. 6), e essa “necessidade feita virtude” é a coerção transformada em motor da ação, gosto pessoal ou necessidade vital: a matéria-prima da disposição. Sendo assim, quanto mais forte for essa disposição, maior é a proibição que o indivíduo encontra para afastar-se do papel social que representa.

Porém, como escapar do determinismo dessas disposições? Necessariamente seriam elas transferíveis a todos os contextos em que o ator está

¹⁰Lahire afirma a necessidade em diferenciar a noção de *disposições para agir* daquela de *disposições para crer*. Estas crenças, embora possam ser mais ou menos incorporadas pelos atores individuais, não necessariamente são assimiladas como disposições para agir. Ainda que possamos assumir e verbalizar sobre essas crenças, é fundamental perceber que se vive em sociedades em que os atores embora as incorporem, não dispõem, necessariamente, de meios para concretizá-las ou atingi-las, o que pode causar sentimento de frustração e culpabilidade (LAHIRE, 2005).

mergulhado?

E se, em vez de se generalizar, as disposições fossem às vezes total e simplesmente inibidas ou desativadas para dar lugar à formação ou à ativação de outras disposições? [...] E se, no lugar do simples mecanismo de transferência de um sistema de disposições, tenha-se relação com um mecanismo mais complexo de deixar em estado de espera/colocar em ação ou de inibição/ativação de disposições que supõem, evidentemente, que cada indivíduo singular seja portador de uma pluralidade de disposições e atravesse uma pluralidade de contextos sociais? (LAHIRE, 2008, p.9)

Por isso, tender à generalização das transferências impede a observação de tendências locais de aplicação de determinados tipos de disposições, pertencentes a espaços e/ou grupos particulares. Pode ser que os indivíduos tenham incorporado certo número de hábitos e, no entanto, não desejem colocá-los em prática, ou ainda, que o façam por automatismo ou obrigação, no modo da rotina inconsciente.

Além disso, é importante atentar para o fato de que o social não se reduz apenas às diferenças entre grupos, mas também está composto pelas estruturas cognitivas, emotivas e individuais, o que por si só já é causa de interesse sociológico. São os indivíduos, portanto, ao mesmo tempo fruto e contexto de suas experiências sociais, mas também consequência de seu passado nos múltiplos contextos.

É a diversidade das disposições individuais interconectadas que torna capaz a renovação da biografia de cada indivíduo que, estando na presença de “um novo contexto de vida desejaria se livrar daquilo que considera doravante como ‘maus hábitos’” (LAHIRE, 2008, p.7). A partir de então, sente que essas disposições ou hábitos tornaram-se estranhas a ele e, em determinados contextos, a atualização destas pode sofrer uma defasagem.

Essa abordagem visa corresponder à necessidade de se pensar o social em uma sociedade fortemente individualizante, apreendendo a pluralidade das disposições nos espaços aos quais se vinculam os atores. Ao fim, o que influencia na ativação de determinada disposição num certo contexto pode ser concebido como o produto da interação entre as relações de forças internas (patrimônio de disposições) e externas (relações com as pessoas e os locais aos quais está vinculado) (LAHIRE, 2005).

Para o autor, a multiplicidade interna do indivíduo, produto complexo de diversos processos de socialização e de condições sociais e históricas, coloca o ator

em uma “pluralidade de contextos sociais não homogêneos, [...] compondo um patrimônio de disposições de hábitos e de capacidades não unificado, variando segundo o contexto social no qual tenha sido levado a evoluir” (LAHIRE, 2005, p.27).

Mas como perceber quais desses hábitos incorporados serão ativados/inibidos em determinado contexto? Onde se funda a motivação para a modificação das práticas sociais?

Se por um lado,

parece que quanto mais precoce — regular e intensa — for a socialização (isto é, a instalação corporal dos hábitos), maior será a chance de ver aparecer essa lógica da "segunda natureza", do "é mais forte do que eu" (LAHIRE, 2008, p.7).

Por outro, no mundo social permeado por indivíduos multissocializados e multideterminados, torna-se impossível prever que estes terão consciência de seus determinismos, já que nem mesmo podem saber de onde vem tal influência. Ainda pelo prisma de Lahire,

quanto mais um indivíduo foi colocado, simultânea e sucessivamente, no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos e, às vezes, até mesmo contraditórios, mais essa experiência foi vivida de maneira precoce e mais diz respeito a um indivíduo possuidor de disposições, hábitos ou capacidades não homogêneas, não unificadas, que variam de acordo com o contexto social no qual ele será levado a evoluir (LAHIRE, 2008, p.11).

Essa evolução proposta pelo autor se encaixa na abordagem aqui apresentada devido à possibilidade de um indivíduo surpreender a si mesmo ou ao seu entorno com uma atitude diferente daquelas anteriormente apresentadas. Justamente pela possibilidade de ser plural e de ter sobre ele exercidas diferentes disposições conforme as situações que se apresentam em seu cotidiano é “que o indivíduo pode ter o sentimento de uma liberdade de comportamento” (LAHIRE, 2008, p.16).

Essa pluralidade de mundos ou âmbitos sociais também torna-se problemática para cada indivíduo, que deve dividir seu tempo entre os diferentes contextos em que se encontra inserido. Para o autor, esse indivíduo, enquanto produto complexo dos processos de socialização pelos quais passou e ainda passa,

é o reflexo dessa pluralidade interna, configurando o “singular [como] necessariamente plural” (2008, p.10).

As possibilidades de agir diferentemente não são construídas exclusivamente a partir dos anseios e ações conscientes do indivíduo, mas através de um processo em que “re-aprenda” a agir, como aconteceu nos primeiros anos de sua vida. É através dos princípios apreendidos nas distintas socializações as quais foi e é submetido, que o sujeito mantém ou recria uma coerência nos hábitos interiorizados. E serão esses processos explicitados a seguir.

2.2 Socializações: o indivíduo imerso no social

Peter Berger e Thomas Luckmann em *A construção social da realidade* (2009) desenvolvem os conceitos de socialização primária e socialização secundária, na compreensão da sociedade como realidade subjetiva. Para os autores, qualquer compreensão da sociedade, enquanto um organismo que possui realidades ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, deve abranger ambos aspectos e dar-se na forma de uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, sempre em processo de construção e reconstrução.

Os fenômenos sociais devem ser pensados de forma dialética em três momentos – embora não sequenciais – para que possam ter uma apreensão mais completa. São eles, a *exteriorização*, a *objetivação* e a *interiorização*¹¹. Esta interiorização é promovida, inicialmente, na infância, através da interação do indivíduo com os *outros significativos*, representados pelas pessoas com quem entra em contato e auxiliam a formular sua noção sobre o mundo, a vida, os valores e o cotidiano¹². Cada um desses *outros* influencia na medida em que tem importância na vida desta criança, e sua proximidade interfere no padrão que aquela tenderá a seguir.

A interiorização é a base da compreensão dos semelhantes e da apreensão

¹¹ Aqui escolheu-se aprofundar a análise do processo de interiorização, para compreendermos como as estruturas objetivas podem conformar essa realidade individual.

¹² Dentre as maneiras de formulação desses valores, está a educação. Para Durkheim (1977), “a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social” promovendo uma “socialização sistemática da geração jovem para constituir o ser social em cada um de nós” e constituindo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência (DURKHEIM, E. *Éducation et sociologie*. Paris: PUF, 1966).

do mundo como realidade social, a partir da interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido. É nesse processo que o ser humano passa a ser membro da sociedade e vai construindo sua personalidade, já que se identifica com o contexto em que vive.

Para os autores,

a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos. [...] Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a autoidentificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.168).

Sendo assim, receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo, caracterizando o processo da *socialização primária*, criadora na consciência infantil de uma abstração dos papéis e atitudes dos outros particulares para papéis e atitudes generalizadas, que viram normas instituídas. Essa “abstração dos papéis e atitudes dos outros significativos concretos é chamado de *outro generalizado*”¹³ (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.170).

Esse *outro generalizado* é o que influencia nas condutas do indivíduos e em seu comportamento individual. Segundo George Mead, “es en esa forma que la comunidad ejerce su control sobre el comportamiento de sus miembros individuales [...] y de essa manera el proceso o comunidad social entra, como factor determinante, en el pensamiento del individuo” (1993, p. 185).

Nesta primeira fase de socialização é constituído o “mundo” do indivíduo, não havendo problemas de identificação entre esse mundo interiorizado e o que encontra na sociedade. Isso é possível através da sua relação com os primeiros *outros significativos* que entra em contato, confiando a essas pessoas as decisões de sua vida. Aqui não há discussão das regras do jogo.

Assim, o mundo interiorizado torna-se muito mais “entrincheirado” na consciência do que os mundos que serão posteriormente internalizados (BERGER & LUCKMANN, 2009, p. 174) e seu sucesso poderá ser medido através do grau de

¹³ Conceito utilizado pelos autores no sentido atribuído por George Mead, que estende subjetivamente à generalidade da norma. Segundo palavras do próprio Mead, “la comunidad o grupo social organizados que proporciona al individuo su unidad de persona pueden ser llamados 'el otro generalizado'. La actitud del otro generalizado es la actitud de toda la comunidad” (MEAD, 1993, p. 186).

estabelecimento de conceitos e valores na consciência individual.

A socialização primária interioriza uma realidade apreendida como inevitável. Esta interiorização pode ser julgada como bem-sucedida se o sentimento de inevitabilidade estiver presente na maior parte do tempo, pelo menos enquanto o indivíduo é ativo no mundo da vida cotidiana (2009, p. 189).

Entretanto, a socialização não pode ser considerada completa, pois “nunca cessa em nossas vidas [...] e são os diferentes estágios da socialização que produzem formas de interação complexas e transformadoras” (BAUMAN, 2001, p. 47). É pela constante interação entre os indivíduos que seus “mundos” entram em contato e “submundos” passam a ser conhecidos, ou seja, “mesmo quando o mundo da vida cotidiana conserva sua maciça e indiscutível realidade *in actu*, está ameaçado pelas situações marginais da experiência humana que não podem ser completamente incluídas na atividade diária” (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.189).

Assim como a primária, a *socialização secundária* também é composta por realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos, afetivos e cognoscitivos. A principal diferença entre ambas diz respeito aos processos formais da socialização secundária ocorrerem em uma personalidade já formada em um mundo interiorizado. Isso poderá ser considerado problemático na medida em que novos componentes dessa socialização tentarem se sobrepor à realidade presente, pois esta tenderá a persistir, apresentando incongruência entre as interiorizações primitivas e as novas (BERGER & LUCHMANN, 2009, p. 191).

Para ocorrer essa nova socialização, é necessário que o desafio que a inspire seja muito mais forte do que na socialização construída nas fases infantis e constitua uma ameaça à realidade aceita como verdadeira no cotidiano do indivíduo.

Em contrapartida, a socialização secundária poderá dispensar a identificação carregada de emoção que a primária apresenta – e por isso esta é tão fortemente absorvida –, e prosseguir com uma quantidade “suficiente” de identificação mútua entre os indivíduos, sendo caracterizada pelo anonimato e pelo formalismo.

Por essa razão, é mais fácil substituir as realidades interiorizadas mais tarde do que aquela maciçamente interiorizada na infância que se impõe naturalmente, tornando todas as outras realidades “artificiais”. Esse caráter de artificialidade torna

a realidade da interiorização posterior mais vulnerável às definições desafiadoras da realidade e, já que menos arraigada na consciência, tem maior possibilidade de deslocamento.

Embora possa parecer impossível uma grande transformação a partir da socialização secundária, os autores citam como exemplo, as técnicas pedagógicas em escolas, que surtem maior ou menor efeito de acordo com a *variação das motivações* que o indivíduo dispõe para a aquisição de um novo conhecimento. Dessa forma, as aprendizagens que ocorrem nessa socialização passam pelo mesmo processo de construção da realidade doméstica ocorrido na socialização primária, ligando o indivíduo a elas na medida em que se atualizam e repetem.

Essa (re)construção é realizada por técnicas que produzem a identificação e a inevitabilidade necessárias para a modificação, promovendo a intensificação da carga afetiva do processo socializador, fator chave para seu sucesso.

A necessidade destas técnicas pode ser intrínseca relativamente ao aprendizado e aplicação dos conteúdos da interiorização ou pode ser estabelecida em favor dos interesses adquiridos do pessoal que ministra o processo de socialização em questão (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.186).

Para uma ressocialização – ou nova socialização – da realidade doméstica, por exemplo, o sujeito produz uma réplica, tão idêntica quanto possível do processo de socialização primária. A força dessa modificação vai estar pautada por uma “carga de afetividade de tal grau que a imersão em uma nova realidade e o devotamento a ela são institucionalmente definidos como necessários” (2009, p.187).

Quanto ao pessoal socializador, seu relacionamento com o indivíduo acaba dotando-se de maior significação na medida em que aqueles revestem-se do caráter de *outros significantes* para o indivíduo que está sendo socializado, incentivando-os a entregarem-se completamente a esta realidade.

Sobre essa nova socialização, os autores expõem as possibilidades de distinção da conservação da realidade subjetiva, como a *rotineira* e a *crítica*. A primeira tem a intenção de manter a realidade interiorizada na vida cotidiana, enquanto a segunda, ocorre em períodos de crise de identidade e valores¹⁴.

¹⁴Essa crise é o termo análogo que se refere às situações marginais já citadas (BERGER & LUCKMANN, p.191).

A manutenção e a modificação da rotina ocorrem a partir daquele que é considerado, para os autores, o mais importante veículo de conservação: a conversa.

Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. [...] De fato, seu caráter maciço é realizado pela acumulação e coerência da conversa casual, conversa que pode se dar ao luxo de ser casual justamente porque se refere a rotinas de um mundo julgado verdadeiro (BERGER E LUCKMANN, 2009, p. 196).

Nesse processo dialético, certos pontos são abandonados e outros acrescentados, enfraquecendo setores ainda não evidentes para o sujeito, na mesma medida em que reforça outros. Por isso, a realidade subjetiva de algo que não é falado acaba por tornar-se vacilante, enquanto aquela do que é continuamente tratado adquire traços firmes, caracterizando o poder gerador da realidade como mais ou menos forte de acordo com a frequência da realização das conversas.

A outra forma de conservação rotineira dessa realidade também depende de outros fatores, caracterizadas por Berger & Luckmann como *estruturas específicas de plausibilidade*, que significam uma “base social específica dos processos sociais exigidos para sua conservação” (2009, p.199). Essas estruturas podem ameaçar a antiga realidade subjetiva em questão através de uma ruptura da conversa significativa com seus mediadores – embora o indivíduo possa lembrar das realidades do passado sem essa ferramenta.

Já no caso da conservação crítica, os procedimentos de manutenção, embora análogos aos da conservação rotineira, devem intensificar e explicitar as confirmações da realidade. Embora o próprio indivíduo possa recriá-los, é a sociedade quem institui seus procedimentos específicos para as situações reconhecidas como capazes de implicar um risco de colapso. Todavia, “se os colapsos com a outra realidade e seus representantes se tornam frequentes, os procedimentos específicos podem evidentemente perder o caráter de crise e tornarem-se rotineiros” (BERGER & LUCKMANN, 2009, p. 200).

Esse tratado sobre socialização compreende, acima de tudo, a possibilidade da realidade subjetiva ser transformada, já que fazer parte da sociedade implica em uma mudança contínua. Por isso, na análise da modificação, é fundamental

apreender que esta ocorre em diferentes graus. Aqui interessa avaliar os casos de uma mudança considerada quase total, intitulada alternância, da qual falam Berger & Luckmann.

A alternância, para que ocorra, exige processos de ressocialização, os quais possuem semelhança aos que ocorrem na socialização primária, por atribuírem à realidade subjetiva novas tonalidades e reproduzirem a intensa identificação afetiva com o pessoal socializante, característica daquela fase. Há uma série de condições conceituais e sociais – sendo as segundas matrizes pras primeiras – que garantem eficácia à alternância. Por isso,

A condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura efetiva de plausibilidade, isto é, de uma base social que sirva de “laboratório” da transformação. [...] Essa estrutura de plausibilidade será oferecida ao indivíduo pelos outros significativos com os quais deve estabelecer forte identificação afetiva. Não é possível a transformação radical da realidade subjetiva (incluindo evidentemente a identidade) sem esta identificação, que inevitavelmente repete as experiências infantis da dependência emocional com relação aos outros significativos. Estes últimos são os guias que conduzem à nova realidade (BERGER & LUCKMANN, 2009, p. 202).

Assim, o novo mundo construído possui o foco afetivo e cognoscitivo na estrutura de plausibilidade em questão, sendo socialmente caracterizado pela intensa concentração de toda a interação significativa dentro do grupo e corporificando a estrutura ao atribuir-lhe a tarefa da socialização.

Tal estrutura, para manter-se deve se tornar “o mundo” do indivíduo, sobrepondo-se àquele ao qual pertencia antes da alternância. Para tanto, é necessário afastar-se de todas aquelas pessoas que povoavam seu mundo anterior, mantendo essa segregação até que seja capaz de reencontrá-los sem necessariamente ser influenciado por eles.

Além disso, essa alternância exige uma maior disposição de um aparelho que legitime a série completa da transformação, não somente da nova realidade, mas também das etapas pelas quais é apreendida e mantida, abandonando ou repudiando todas as outras realidades prévias. O ideal, nessa ruptura biográfica, seria o completo “aniquilamento” do passado, tanto na forma da memória do indivíduo, como em seus relacionamentos com pessoas que possuam significação passada. Isso, entretanto, resulta impossível.

Mas então, como manter fortemente enraizado um “mundo” construído em etapas posteriores de socialização? Para os autores, a nova estrutura de plausibilidade fornecerá caracteristicamente vários procedimentos terapêuticos para tratar das tendências de deserção (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.204).

Uma saída apontada para a manutenção da coerência interna pós-alteração por parte dos indivíduos é a “criação” de acontecimentos e sua inserção nos locais adequados, sempre que forem necessários para harmonizar o passado reinterpretado e o vivido. Isso não significa que o sujeito esteja “se enganando” ou “mentindo para si mesmo”, mas criando uma ligação com a verdade atualmente aceita. Essa tática é considerada uma “estrutura de plausibilidade [...] convenientemente separada do mundo exterior e equipada com o necessário pessoal socializador e terapêutico” (2009, p. 206).

Além da alteração, existem diversos tipos intermediários de ressocialização, em que há transformações parciais da realidade subjetiva ou de setores dela, embora não possam ser consideradas no sentido estrito do termo “ressocializar”. Isto porque eles não renunciam à questão da coerência interna do indivíduo, tampouco constroem novamente a realidade, apenas promovem “remendos” no passado de maneira menos radical.

Portanto, pode-se afirmar que a diferença entre a ressocialização e a socialização secundária, é a de que, na primeira o passado é reinterpretado para se harmonizar com a realidade presente, tendendo a retrojetar no passado elementos que, subjetivamente não eram acessíveis ao indivíduo na época. Enquanto que na segunda forma, “o presente é interpretado de modo a manter-se numa relação contínua com o passado, existindo a tendência à minimizar as transformações realmente ocorridas. Dito de outra maneira, a realidade básica para a ressocialização é o presente, para a socialização secundária, é o passado” (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.209).

Essa análise microssociológica (ou sociopsicológica) dos fenômenos de interiorização deve ter por fundamento a compreensão macrossociológica de seus aspectos estruturais, já que a socialização sempre ocorrerá em uma estrutura social específica e seu sucesso dependerá, principalmente, da simetria entre a realidade objetiva e a subjetiva.

Entretanto, há alguns pontos a serem discutidos a respeito da socialização malsucedida ou incompleta¹⁵. O primeiro deles trata dos grupos estigmatizados, ou seja, quando indivíduos são taxados como sendo de um grupo inferior, sendo suas identificações contrárias ao social estabelecido e perdendo a estrutura de plausibilidade normativamente instituída. Porém, caso esses elementos marginalizados passem a se identificar mutuamente, podem construir sua própria estrutura e criar “contradefinições da realidade e do destino” de quem são (2009, p.212), fortalecendo sua identidade baseada em apoio de sujeitos análogos.

Outros aspectos da socialização incompleta são a formação e o reconhecimento das versões masculina e feminina dos sexos, ocorrida na infância durante a socialização primária. Normalmente os indivíduos identificam-se com a realidade de seu mesmo sexo e, embora reconheçam o sexo oposto, não possuem direta associação com ele.

Entretanto, segundo os autores, podem existir os casos “anormais”, em que a criança – por não ter suficientemente presente a referência de seu sexo – identifique-se com o sexo oposto, passando a moldar sua identidade subjetiva real em discordância com aquela socialmente atribuída. Isso significa dizer que “quando mundos intensamente discordantes são transmitidos na socialização primária, o indivíduo defronta-se com a escolha de identidades apreendidas como autênticas possibilidades biográficas”¹⁶ (BERGER & LUCKMANN, 2009, p.217).

Há ainda as discordâncias entre mundos completamente distintos e que podem atribuir aos indivíduos a característica de “traidores de si mesmo/as”, na medida em que se identificam com cada um desses mundos. Mesmo que uma criança possa ser educada por seus pais e seus pares como pertencente à determinada classe, por exemplo, situações de mundo podem levá-la, desde cedo, a uma alternância interiorizada entre esse mundo ao qual pertence e aquele de sua babá. Isso pode acarretar em uma permanente alternância interiorizada como aspecto permanente da autoapreensão subjetiva do indivíduo, diferenciando-se entre mundos diferentes, e não versões diferentes de seu mundo.

Ademais, a socialização imperfeita ainda tem como consequência, a

¹⁵O que significa que existem discordâncias entre a socialização primária e secundária, segundo os autores (BERGER & LUCKMANN, p.219).

¹⁶ Isso influencia na construção de identidades femininas e masculinas mais identificadas com o sexo oposto do que com seu próprio, ocasionando identidades transgêneras [nota da autora].

possibilidade do indivíduo ter relações qualitativamente diferentes com os mundos discordantes. Se na socialização primária os mundos discordantes passam a ser alternados fundamentalmente através do grau de afetividade, na socialização secundária, esse grau pode variar, sendo a identificação não obrigatoriamente acompanhada pela afetividade, tornando-se uma *alternação fria*. Assim, o indivíduo pode usar essa realidade interiorizada em situações específicas, pré-determinadas e conscientes, pautando suas relações com mundos discordantes.

Contemporaneamente, para os autores, há uma relatividade entre todos os mundos, inclusive o do próprio sujeito. Ele não o considera mais “o” seu mundo, mas “um” de seus mundos, como um papel a ser realizado e desligado conscientemente. Assim, sua identidade passa a ser inteligível e a variar a partir do momento em que se localiza em um mundo determinado.

Por fim, outro ponto desta teorização a ser abordado aqui diz respeito às teorias psicológicas, pautando o estado psicológico pelas definições sociais da realidade em geral e sendo ele próprio socialmente definido.

As teorias psicológicas servem, por conseguinte, para legitimar os procedimentos de conservação da identidade e da reparação da identidade estabelecidos na sociedade, fornecendo a ligação teórica entre a identidade e o mundo, tal como ambos são socialmente definidos e subjetivamente apreendidos [...] Sendo os problemas da socialização incompleta os que mais conduzem a este tipo de teorização, não é de surpreender que as teorias psicológicas tenham mais facilmente efeitos socializadores (BERGER & LUCKMANN, p. 227).

Embora a contribuição de Berger & Luckmann tenha colaborado sobremaneira para a essa análise, ainda faz-se necessário abordar as reflexões de Claude Dubar, sobre a crise das identidades presente em *Uma teoria psicológica da identidade pessoal?*, do livro “A crise das identidades”, de 2009. Por existirem pontos análogos entre os autores, vimos a necessidade de acrescentar tal perspectiva para observar suas possíveis confluências teóricas.

Para Dubar, existem diversos tipos de identidade pessoal a serem construídas, tanto pelo próprio indivíduo como pelos outros a seu respeito, delineando a subjetividade social e psíquica e mantendo sua coerência e continuidade. A personalidade organizada por uma forma identitária dominante permite a identificação para outrem e torna o sujeito parte do contexto em que está inserido.

Desde a socialização primária, o grupo cultural de origem formata a personalidade através de traços físicos, linguísticos e de marcos identitários culturais, assim como sua atividade profissional demarca seu papel na sociedade. É, portanto, a partir dessas formas de identificação por outrem que as pessoas constroem a “identidade para si”, assegurando certa coincidência entre o *Ego* atribuído e o *Self* reivindicado¹⁷.

Assim, conforma-se o que o autor chama de “identidade reflexiva”, quer seja uma apropriação subjetiva da identidade cultural ou estatutária atribuída, e que diz respeito ao pertencimento do indivíduo. Sua interpretação para uma possível crise nessa dupla identificação é a da necessidade de haver uma *conversão*, que caracteriza uma dissociação da nova *identidade para si* da antiga.

Analogamente à perspectiva já apresentada por Berger & Luckmann, o autor aponta que, para que isso ocorra, é necessário encontrar *novos outrens* para validar a nova forma de se dizer quem é (também através da conversa), passando de um “mundo” a outro (pelos dispositivos de mediação), para argumentar as novas visões de mundo (estruturas de plausibilidade) (DUBAR, 2009).

Há ainda, em sua teoria, o distanciamento da identidade atribuída daquela reivindicada, em que a identidade reflexiva não coincide com o pertencimento. Isto implica uma nova forma narrativa que sirva de suporte à apresentação subjetiva do *Self*, mudando a identidade “para si” e dando suporte para que seja percebida na identidade “para outrem”.

Em resumo,

Esse sujeito socializado, de maneira societária e não apenas comunitária, pôde aprender o desdobramento do *Self* e do *Outro*: o si íntimo, como o *Alter Ego*, são “identidades para si” que resultam de uma interiorização reflexiva, de um processo de “tomada de consciência” (identidade reflexiva) que permite a construção progressiva de um projeto social. [...] A identidade pessoal é uma configuração dinâmica de todas essas identificações, cujo projeto de vida (identidade narrativa) garante a coerência mínima. [...] Em geral, configuração que resulta dessa “socialização primária” é apenas provisória: ela vai dever (e poder) ser remanejada, reconstruída ao longo de toda a vida (DUBAR, 2009, p.207).

¹⁷Segundo o autor, em referência à obra de George Mead (1993), “Ego” expressa o Eu definido por Outrem, enquanto o “Self” é o Eu definido por si mesmo; para Goffmann (1988), Ego é o porta-identidade social atribuído por Outrem, enquanto o “Self” é a identidade reivindicada por si mesmo.

Portanto, o ser humano tem um projeto de vida apoiado em convicções e passível de revisão em função das crises comuns da existência, a serem geridas e solucionadas sem resultar em manifestações depressivas ou violentas. Ainda segundo Dubar, o ponto de vista de Freud afirma que “só pela análise que implica a verbalização das lembranças recalçadas, a transferência para o analista e a elaboração de significados de um sujeito pode, de maneira incompleta ter acesso a novas formas de autonomia pessoal, [...] provisória e suscetíveis a novas crises” (2009, p. 208).

As posições ocupadas em categorias oficiais de pertencimento se destinam a mudar durante a vida adulta, causando as crises identitárias. Para superá-las, é importante não se identificar pessoalmente com as identidades culturais/estatutárias “ameaçadas”, mantendo distanciamento que torne capaz a reconstrução de novos projetos, reinterpretação da própria história e empenho em uma nova realidade.

Ao analisar o ensino escolar francês, o autor desenvolve a ideia da aprendizagem experiencial, algo como uma troca entre ação e reflexão que permite através da verbalização, o indivíduo tomar consciência dos saberes adquiridos para formalizá-los e fazê-los serem reconhecidos. É parte de uma experiência interior e reflexiva, colocando “em jogo um conjunto de 'relações emocionais com imagens simbólicas'”, construindo para si um projeto de vida, através de oportunidades e provas (DUBAR, 2009, p.208).

Todavia, é importante apontar para o fato de que, embora faça parte dos instrumentos de construção da identidade na socialização primária, a escola não é a única via de construção de identidade pessoal. São inúmeras maneiras de aprendizagem, através de provas pessoais, responsáveis por ensinar através da experiência, dos encontros com os outros, reaprendendo-se através das crises, voando “com as próprias asas, ou mesmo, reencontrando suas raízes” (DUBAR, 2009, p. 234).

Essa construção da identidade pessoal, além de sofrer influência das condições sociais do indivíduo, é

construída a partir dos recursos da trajetória social, que é também uma história subjetiva. É o vínculo comunitário, sem possibilidade de se distanciar dele, que “determina” os indivíduos ao lhes impor suas normas, suas regras, seus papéis e estatutos, reproduzindo de geração em geração.

O “vínculo societário” não determina nada, ele oferece oportunidades, recursos, pontos de referência, uma linguagem para a construção do Eu, ao mesmo tempo em que possibilita Nós centrados na ação coletiva (DUBAR, 2009, p. 231).

Abordando as perspectivas trazidas nas obras aqui referidas que tratam de construção de identidade, trajetória social e socialização, buscaram-se confluências nas suas formas de explicar o fenômeno. Dessa maneira, observou-se a influência exercida por outras pessoas na formação da identidade de cada indivíduo, variando com a proximidade de suas relações e com o “contato” que passam a ter ao longo de suas trajetórias.

Sobre as mudanças que ocorrem com esses indivíduos ao longo da vida, sobretudo nas crises que enfrentam e no crescimento que demonstram, é sempre através da presença de outros que podem (re)construir-se. É justamente essa possibilidade de mudança que se pauta a discussão aqui proposta, seja pela característica que possuem como seres humanos “inacabados”, seja pela sua permanente possibilidade de recuperação e reconstrução.

Através do entendimento da estrutura do *habitus*, representando o sujeito inserido na sociedade e sua resposta às situações cotidianas, buscou-se uma aproximação com o contexto de formação e reprodução das relações domésticas violentas. As agressões podem ser explicadas pela exacerbação dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos em suas relações, baseados nos estereótipos atribuídos aos gêneros e nos padrões culturais sob os quais se desenvolveram.

É portanto, nessa perspectiva, que se conforma o pano de fundo em que os indivíduos aprendem a agir e, inconscientemente, pautam suas ações. Essa força se impõe a cada agente de forma transcendente e, embora possa ser estruturante de muitas relações, não é impassível de modificações.

Essas modificações podem ser compreendidas, no caso dos homens autores de violência que participam dos grupos reflexivos, através da modificação em suas disposições sociais – formas de interiorização e, posteriormente, expressão desse *habitus*. Devido a sua inserção em diferentes contextos, suas maneiras de agir, pensar e solucionar problemas são ressignificadas por uma perspectiva de pluralidade das disposições.

Por isso, as marcas societárias adquiridas na trajetória dos indivíduos não

conformam um padrão unificado de ações, podendo promover uma espécie de “desmonte” e uma readaptação do indivíduo a determinadas situações. Assim, as disposições sociais são apreendidas neste estudo sob a perspectiva de serem passíveis de modificação através da inserção em novos espaços de socialização, onde os indivíduos estão propensos a discutir antigos padrões e defrontarem-se com diferentes possibilidades de ação.

Entretanto, é fundamental entender que é em uma aprendizagem anterior, estabelecida na infância e formadora da personalidade que a resposta violenta está baseada. A reprodução de um comportamento que a criança reconhece como legítimo, faz com que repita a conduta nas fases posteriores de sua vida. Mesmo que não seja o fator determinante para a violência, acresce-se a isso a herança social de uma masculinidade hegemônica e uma feminilidade “fragilizada”, ambas suscetíveis a relações marcadas por agressões.

Por isso, os indivíduos que são contexto e também fruto das experiências que vivem e viveram ao inserirem-se em outros espaços de aprendizagem, confrontam-se com suas atitudes através dos “espelhos” que encontram na interação com outros sujeitos. Nesse ponto, o processo dos grupos reflexivos de gênero para autores de violência auxilia na (re)construção de identidades, pautadas por apoio mútuo, afeto, responsabilização e crença em novas formas de ser homem.

À essa nova construção e ao contexto em que pode ocorrer serão dedicados os próximos capítulos desta dissertação, tendo sido apresentados aqui os fundamentos teóricos que embasam sua escrita, bem como a metodologia sob a qual se desenvolveu o trabalho de campo e a análise de dados.

Capítulo 2: As Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero no Brasil e os Grupos Reflexivos de Gênero

Este capítulo tenderá a ser mais descritivo que o anterior, configurando o pano de fundo no qual se desenvolveu a pesquisa. Neste sentido, a apresentação dos grupos reflexivos de gênero para homens será desenvolvida a partir da reconstrução da trajetória das políticas públicas com recorte de gênero no Brasil. Essa gênese é fundamental para o entendimento da articulação dos grupos para homens na rede de enfrentamento à violência de gênero e de sua inserção enquanto elemento articulador da mudança social.

Anteriormente a isso, serão abordados conceitos que nortearão o entendimento do contexto de criação e desenvolvimento dessas políticas públicas através de ações promovidas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Inicialmente, é fundamental compreendermos o conceito de *gênero*, termo que expressa as construções sociais em que indivíduos nascidos sobre um sexo determinado biologicamente baseiam sua identidade pessoal. Desde a década de 1970, a produção intelectual feminista estadunidense norteou-se por uma perspectiva de apreender as diferenciações entre os sexos enquanto construções sociais, passando a entender gênero enquanto um conceito relacional, sobre o qual não há sentido falar abordando somente um dos sexos.

Uma das teóricas mais importantes dos estudos de gênero, Joan Scott, desenvolveu sua análise fundamentada na afirmação de que, gramaticalmente, gênero é compreendido como uma maneira de “classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções” (1995, p. 72) e não pode operar como uma descrição de traços intrínsecos de homens e mulheres.

Dentre as autoras brasileiras mais destacadas nos estudos feministas, Heleieth Saffiotti apontou que gênero não abarcava, *a priori*, a desigualdade entre os sexos, diferenciando-o do conceito de *patriarcado*. Segundo a autora, “admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período” (2004, p.45), é fundamental contextualizar o período histórico das hierarquias e das desigualdades entre os sexos.

Portanto, “gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos [como o patriarcado ou o viriarcado] marcam a presença masculina neste pólo” (SAFFIOTTI, 2004, p.70). Sendo assim, as relações de gênero expressas como um sistema de relações inscritas em um corpo sexuado, definem posturas, hábitos e escolhas, incluindo ou não o sexo e a sexualidade. “É uma categoria analítica, portanto, tendo em vista que pode explicar desigualdades e hierarquias estabelecidas entre homens e mulheres” (DO CARMO, 2009, p.17).

Durante séculos na história da humanidade, configurou-se a *dominação masculina*, termo cunhado por Pierre Bourdieu (2002). Para o autor,

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2002, p. 9-10).

Portanto, a desigualdade entre os gêneros foi construída a partir dessa diferenciação entre os sexos biológicos – uma categorização considerada “natural” – e delineou uma visão de mundo baseada em estereótipos, norteando as ações e os pensamentos para uma lógica de hierarquia e desigualdade. São esses estereótipos que conformam as características apreendidas enquanto femininas, como a paciência, a docilidade e a submissão, mas também formatam os padrões de masculinidade hegemônica, pautados pela virilidade imposta aos meninos por seus pares desde a infância, como critério de aprovação ou exclusão do grupo do qual fazem parte¹⁸.

É através das relações desiguais de gênero inculcadas desde cedo na consciência subjetiva de homens e mulheres e formadoras das disposições sociais que, regidas pelo sistema patriarcal, são desencadeados os processos de violência de gênero. Essa violência pode ser caracterizada como todo ato, com uso de força

¹⁸ A socialização de cada nova geração de crianças pela sociedade adulta não é só o resultado do reforço da repressão diretamente exercido sobre os indivíduos, mas dos materiais a partir dos quais as crianças constroem as categorias de sexo que servem, em seguida, para guiar seu comportamento (JACOBY, 1990).

física ou não que cause danos ou constrangimento físico, sexual, moral ou psicológico e resulta de uma relação de poder baseada na hierarquização das diferenças de gênero construída cultural e historicamente, sofrendo influência do contexto econômico e social¹⁹. (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2006, p.16)

Essas construções de identidades e estereótipos marcados pela diferença entre os sexos admitem a discussão do conceito de *masculinidade*, fundamental para a compreensão do surgimento e da articulação dos grupos reflexivos de gênero para homens. Segundo Molinier & Welzer-Lang (2009), tanto a masculinidade como a feminilidade são caracterizadas pelas qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres, definindo padrões de normalidade e classificando tais qualidades como “naturais”. Esses papéis sociais são, via de regra, confundidos com as diferenças ligadas à fisiologia da reprodução.

A virilidade imposta através da educação masculina em “espaços onde os meninos são educados por seus pares para a violência [...] estrutura as relações entre homens de acordo com a imagem hierarquizada das relações homens-mulheres” (MOLINIER & WELZER-LANG, 2009, p.102). Esse comportamento viril, quando adotado, é o que atribui aos homens seus privilégios da honra, do poder e da colocação da mulher à disposição doméstica e sexual. Porém, quando alguns o negam e não o adotam, sofrem represálias através da violência e agressões por parte de outros homens, sendo caracterizados como “homossexuais”, “fracos” e “infantis”.

Portanto, a adesão dos homens ao critério da virilidade é interpretada, pelos autores, como uma defesa contra o sofrimento e o medo engendrados no trabalho e na sociedade, de uma forma geral. Paradoxalmente, o homem virilizado é considerado frágil, pois

seu ego carece de espessura e flexibilidade psíquica; não sabendo suportar nem elaborar o sofrimento, resiste mal aos remanejamentos de seu *status* social (desemprego, aposentadoria, feminização da profissão), assim como aos encontros amorosos. Assim, a virilidade aparece como uma “passagem obrigada para alcançar o masculino” e ao mesmo tempo como “um risco maior de fechamento para o desenvolvimento da identidade sexual” (DEJOURS, 1988 *apud* MOLINIER & WELZER-LANG, 2009, p. 104).

¹⁹Essa violência pode ser praticada tanto pelo homem contra a mulher, como por ela em relação a ele; ou mesmo entre parceiros do mesmo sexo. Entretanto, atualmente a violência contra a mulher possui maior visibilidade, assegurada pela vigilância das organizações de mulheres e do movimento feminista [grifo da autora].

Devido às mudanças sociais ocorridas ao longo do século XX, promovidas pelas lutas das mulheres por seus direitos civis e políticos, o padrão hegemônico de masculinidade acabou por transformar-se. Segundo Giddens (2000), a “derrocada” deste modelo pode ter colaborado para a ocorrência da violência de homens contra mulheres. Para o autor,

É possível que boa parte da violência que os homens praticam hoje contra a mulher, não seja apenas a persistência do velho sistema, e sim uma incapacidade ou recusa de adaptar-se ao novo. Ou seja, não é apenas a continuação do patriarcado tradicional, mas uma reação contra a sua derrocada (GIDDENS, 2000, p.92).

Sendo assim, esse padrão marcado pelo comportamento agressivo vai perdendo o espaço e sugere a necessidade de uma reformulação das identidades masculinas, buscando compreender qual o espaço para os gêneros e para as transformações nas últimas décadas. Por isso, essas primeiras conceituações trazidas, formam o arcabouço teórico das políticas públicas de gênero nas diferentes áreas: saúde, combate à violência, direitos humanos e capacitação para o trabalho.

A articulação em rede de tais políticas com o trabalho que vem sendo desenvolvido para homens autores de violência, seja na tentativa de fazê-los refletir sobre a violência, como de responsabilizá-los por seus atos passa, necessariamente, pelo entendimento da história dessas políticas e do contexto em que foram formuladas.

Portanto, as políticas públicas de enfrentamento à violência enquanto rede de atores envolvidos remete a uma das abordagens trazidas por Adam & Kriesi (2007), que apresenta as redes de políticas e os subsistemas enquanto interações entre atores públicos e privados, funcionando com base no estabelecimento de relações estáveis entre esses atores para coordenar seus interesses mútuos (ADAM & KRIESI, 2007, p.129). Seu pertencimento à rede normalmente é considerado pelas organizações formais ou corporações das quais fazem parte no domínio específico do processo de desenvolvimento das políticas, sejam considerados atores essas instituições ou os membros individuais que as representam.

É a partir dessa perspectiva que serão tratadas as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher nesse estudo, tendo em vista que sua

implementação e consolidação foi resultado da militância de diversas organizações de mulheres da sociedade civil – aqui se pode nomeá-las de *atores coletivos* – coadunadas com instituições e órgãos vinculados ao governo.

É através da emergência de coletividades organizadas para incidir sobre a formulação das políticas que se forma o contexto em que teve lugar tal processo político. Essas coletividades são formadas pelos *links* entre os atores, ou seja, os canais de comunicação e troca de informação entre especialistas, bem como de criação de confiança, transcendendo as fronteiras institucionais com objetivos comuns (KATZENSTEIN *apud* WAARDEN, 1992, p.30).

A aproximação que será feita a partir de agora entre a discussão da rede de políticas com as políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, em especial, dos serviços de responsabilização e dos grupos reflexivos, será através do mapeamento dessas iniciativas no Brasil. Anterior a isso, serão elencadas as principais políticas de gênero que demonstram a necessidade da criação desse outro enfoque, baseado nas “demandas sociais [que] se transformam em opções políticas e em tema de decisão de autoridades públicas” (PRÁ, 2006, p.184).

A seguir, serão trazidos alguns dados recentes de pesquisas sobre violência doméstica no Brasil e das políticas para sua prevenção e enfrentamento. Após, serão expostos alguns exemplos do surgimento e da história das políticas públicas para as mulheres, bem como a legislação que as abriga no país. Em seguida, serão apresentadas as iniciativas que, pelo seu pioneirismo, viraram objeto deste estudo: as voltadas ao homens envolvidos em situação de violência doméstica.

2.1 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas: os dados da violência doméstica

A pesquisa *Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil* realizada em 2011, pelo Instituto Avon em parceria com a Ipsos Public Affairs, é parte da campanha “Fale sem Medo Não à Violência Doméstica”, lançada em 2008 no Brasil. De metodologia quantitativa, foi aplicada em 70 municípios de 5 regiões com 1.800 homens e mulheres com 16 anos ou mais e indica que 80% das/dos brasileiras/os já reconhecem as diferentes formas de agressão como violência doméstica: física, moral, psicológica e sexual.

Dentre as causas para a violência, 46% das/os entrevistadas/os atribuem à cultura machista, e 33% à “problemas com a bebida”. Nas respostas estimuladas, as duas principais causas para a mulher permanecer neste tipo de relação são a falta de condições econômicas para seu sustento (27%) e para criar os filhos (20%). Destaca-se ainda o fato de 17% das mulheres citarem o “medo de ser morta pelo companheiro” a principal razão para não abandonar o relacionamento (AVON, 2011).

Sobre as indicações de auxílio para a mulher agredida, o aparato policial representado pela Delegacia da Mulher (76%) e as conversas com familiares e amigos (46%) foram as mais citadas nas entrevistas. A visibilidade do problema e a identificação da violência ocorre para cada 6 das/os entrevistadas/os e 63% afirmaram que fizeram algo para ajudar.

Uma inovação apresentada nessa pesquisa foi o autopreenchimento de parte do questionário em sigilo, ou seja, a/o entrevistada/o não se identificava ao responder e, ao terminar, depositava em um envelope suas respostas. Dessa forma, 27% das mulheres afirmaram ter sofrido “violência grave” e 15% enquadraram ter sido “forçada a fazer sexo” nesta categoria. No caso dos homens, 15% afirmaram ter praticado violência grave e, tanto homens quanto mulheres, atribuíram tais violências ao “ciúme” e à “problemas com bebidas alcoólicas”.

Sobre a Lei Maria da Penha, embora a maioria das pessoas afirme ter conhecimento, 50% afirma que “não sabe muito a respeito”, sendo que 60% das/os entrevistados acreditam que o agressor, ao ser denunciado, irá preso. Além disso, 52% da população entrevistada acredita que juízes e policiais desqualificam o problema, afirmando que somente a lei não é eficaz para a proteção das mulheres (43%) e que os policiais consideram outros crimes mais importantes (23%) (AVON, 2011).

Em pesquisa realizada com mulheres também pelo Instituto Avon em parceria com o Instituto IBOPE, 56% das entrevistadas apontaram para o tema da violência contra a mulher ser o maior causador de preocupação por parte das mulheres atualmente. E, embora 51% das indicações para solução da violência seja direcionada à prisão, 11% das opiniões apontam para os centros de reeducação e reabilitação de agressores, indicando maior conscientização a respeito das iniciativas criadas após promulgação da Lei Maria da Penha (IBOPE, 2009).

Já a pesquisa de opinião pública nacional do DataSenado *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*²⁰ (2011), realizada com mulheres aponta que 66% das entrevistadas acreditam que houve aumento da violência doméstica e familiar contra o gênero feminino, embora 60% entendam que a proteção é maior após a Lei.

Embora o conhecimento tenha se expandido, as entrevistadas acreditam que só esse fator não aumenta o número de denúncias, sendo barrado pelo medo de expor os agressores (68%). O fato de a vítima não poder mais retirar a queixa na delegacia faz com que a maioria das mulheres evite denunciar (64%).

Sobre os responsáveis pelas agressões, 66% destas foram cometidas pelos maridos ou companheiros e quase a totalidade das entrevistadas acredita que a Lei Maria da Penha deve valer também para ex-namorado, ex-marido ou ex-companheiro. Embora 67% das mulheres agredidas não conviva mais com o agressor, 32% ainda permanece no relacionamento e 18% ainda sofre agressões (DATASENADO, 2011).

Dentro desse panorama, podemos apontar o crescimento de 112% nas denúncias de violência contra a mulher atendidas pelo Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher²¹, de janeiro a julho de 2010, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destes atendimentos, cerca de 50% são devidos a informações sobre a Lei Maria da Penha no caso de situações de violência física²² (lesão corporal) e ameaças, totalizando 70% das ocorrências (Portal G1, 2010).

Em outra pesquisa, realizada pela Fundação Perseu Abramo²³, o índice de agressões aponta para cinco espancamentos de mulheres a cada dois minutos e, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo,

²⁰Foram feitas 1.352 entrevistas em 119 municípios, incluídas todas as Capitais e o DF, de 08 a 28 de fevereiro de 2011, por telefone e com mulheres acima de 16 anos residentes no Brasil (DataSenado, 2011).

²¹Órgão criado em 2006, vinculado a Secretaria de Políticas para as Mulheres e atrelado ao Governo Federal. Até 2010, realizou cerca de 1.200.000 atendimentos.

²²Dessas agressões, 39,6% das denúncias são de mulheres agredidas desde o início da relação e outras 57% afirmaram que sofreram violência física ou psicológica todos os dias. Em mais da metade dos casos, afirmam correrem risco de morte (Portal G1, 2010).

²³*Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, realizada em agosto de 2010, baseada em pesquisa homônima de 2001, realizada pela mesma Fundação. A pesquisa foi realizada em agosto de 2010 e ouviu a opinião de 2.365 mulheres e 1.181 homens, com mais de 15 anos de idade, de 25 unidades da federação, cobrindo as áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões do país. O levantamento envolve a inclusão de 176 municípios na amostra feminina e 104 na masculina (PERSEU ABRAMO, 2010).

em 68% dos casos apresentados nas notificações é o parceiro íntimo o causador da violência, sendo em 70% dos casos, praticadas no espaço de moradia do casal.

Esta pesquisa está em sua segunda edição, diferenciando-se da realizada em 2001 por, dentre outras perguntas, ter questionado aos homens entrevistados se haviam sofrido violência por parte de suas companheiras/namoradas/esposas, e apresentando 44% das respostas afirmativas. Desses homens entrevistados, 91% afirmou que “bater em mulher é errado em qualquer situação” e 8% dos homens entrevistados assumiu praticar violência contra a mulher, sendo que 15% desse percentual assumiu que agrediria novamente. Das mulheres que sofreram violência, 80% dos casos foram perpetrados por companheiro/namorado/marido.

Os pedidos de ajuda são mais frequentes (de metade a 2/3 dos casos) após ameaças ou violências físicas, com destaque para pedidos de auxílio às mães, irmãs e outros parentes. Entretanto, em nenhuma das modalidades investigadas as denúncias a alguma autoridade policial ou judicial ultrapassam 1/3 dos casos.

Tanto mulheres agredidas como homens agressores confessos apontam como principal razão para a violência o controle da fidelidade/ciúmes (46% e 50%, respectivamente). As mulheres destacam ainda (23%) predisposição psicológica negativa dos parceiros (alcoolismo, desequilíbrio etc.) e busca de autonomia (19%), não respeitada ou não admitida pelos companheiros (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

O panorama apresentado leva em consideração cifras divulgadas por órgãos oficiais de atendimento às situações de violência e ilustra que o problema da violência doméstica ainda necessita atenção e comprometimento. Todavia, nota-se uma maior articulação entre as políticas públicas de atenção às mulheres, relegando aos homens medidas punitivas presentes na legislação. A seguir, detalharemos essas e outras políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, iniciativas de grupos feministas, ONGs ou do próprio Estado, bem como a legislação e o impacto causado pela sua ação conjunta na sociedade.

2.2 Toda a mulher é meio Leila Diniz: origem e história das políticas públicas para as mulheres

No Brasil, o caminho das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher começou a ser traçado a partir de casos de mulheres agredidas e mortas, que passaram a ter maior destaque na mídia. Para evitar que mais casos como o de Ângela Diniz²⁴ ocorressem, o movimento de mulheres iniciou manifestações e atos públicos para que, além da punição aos culpados, o Estado fosse pressionado a desenvolver políticas de atenção aos casos de violência.

Fazendo um breve levantamento a respeito das políticas públicas de gênero, a fundação do SOS – Mulher em São Paulo em 10 de outubro de 1980, caracterizou o primeiro serviço de atendimento jurídico, social e psicológico sem intermediários às mulheres em situação de violência, constituindo um marco no atendimento direto às mulheres vítimas de violência no Brasil.

Entretanto, a curta duração do serviço e o encerramento das atividades do SOS – Mulher, ainda na década de 1980 foi, segundo Silveira (2005) “justamente a recusa radical ao assistencialismo que se confrontava com as necessidades reais das mulheres que buscavam apoio no SOS. As principais demandas se referiam à falta de emprego, moradia, alimentação e creche” (p.53), relegando o processo reflexivo e de conscientização, objetivos principais dos centros, ao segundo plano.

Por essa razão, verificou-se a necessidade da formação de uma rede que proporcionasse atenção nos diversos âmbitos para que a mulher realmente estivesse capacitada a romper com o ciclo de violência. Para proporcionar atendimento adequado às denúncias de casos de violência, em 1985 surgiram os principais frutos dos SOS: as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM.

Devido às campanhas de incentivo à denúncia realizadas nos primeiros anos da década de 1980 e à experiência de atendimento dos SOS, observou-se a inadequação de delegacias comuns para formalizar as queixas das mulheres agredidas. Em negociação com o Secretário de Segurança Pública de São Paulo na ocasião, criou-se a primeira Delegacia especializada para o atendimento às

²⁴Atriz morta na tentativa de separação de seu então namorado, o empresário Doca Street que, apesar de ter sido considerado homicida, foi inocentado em 30 de dezembro de 1976, graças à tática do advogado de defesa ao culpar Ângela pelos acessos de ciúme e raiva de Doca, colocando em prova o caráter e a “honestidade” da vítima. A morte de Angela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres que se organizaram em torno do lema: “quem ama não mata” (BLAY, 2003).

mulheres vítimas de violência²⁵ (SILVEIRA, 2005).

Segundo Massula (2002),

a entrada das DEAMs no cenário institucional dos aparatos de segurança pública foi um evento crítico cujo sentido esteve e ainda está na desnaturalização da violência doméstica e sexual contra as mulheres, e consequente criminalização de ações que coloquem em risco a integridade física e moral delas, bem como seus direitos individuais (MASSULA, 2002, p.10).

Atualmente são 388 DEAMs nos municípios brasileiros e, em sua maioria, no estado de São Paulo (PASINATO, 2004; SILVEIRA, 2005). Dentre as principais dificuldades encontradas nesses espaços, estão a ausência de padronização no atendimento e o excesso de atribuições a uma única instituição. A demanda crescente pelos serviços prestados promoveu a capacitação de agentes policiais que trabalhassem com mulheres em situação de violência, tanto nos espaços de perícia – como o Instituto Médico Legal – quanto em outras dependências da Delegacia. Além disso, houve modificações na estrutura física, proporcionando maior privacidade às denunciadas no momento da queixa (DO CARMO, 2009, p.47).

Originalmente as DEAMs deveriam, além de desenvolver a investigação criminal, selecionar as ações e indiciar os culpados com posterior encaminhamento à justiça, caracterizando um serviço “extrapolicial”. Além disso, ao longo do tempo e pela demanda das próprias usuárias, as delegadas incorporaram como função da delegacia fazer mediações e oferecer atendimento psicológico e social.

Outra iniciativa da rede são os Centros de Referência ao Atendimento à Mulher inspirados na experiência dos SOS e ocupando importante posição para as mulheres que necessitam de apoio psicológico e orientação social e jurídica, sendo considerados estratégicos na rede antiviolença. Ocupam na rede de atendimento um espaço de “escuta” da violência de forma integral, realizando orientações e encaminhamentos, em alguns casos contando com outros profissionais como terapeutas ocupacionais e pedagogas.

Seus atendimentos podem ser em grupo ou individuais, caracterizando o

²⁵ A experiência governamental bem sucedida do Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher, criado em 1984 pela Secretaria de Estado de Justiça, Procuradoria-Geral do Estado e Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, tornou viável um serviço público específico (SILVEIRA, 2005).

trabalho como capaz de interferir no “ciclo da violência” em que as mulheres se encontram. Entretanto, na maioria das vezes, possuem atuação limitada ao acolhimento e orientação, devido à ausência de articulação das políticas públicas locais que respondam eficazmente aos casos de violência.

Embora seja uma estratégia eficaz e abrangente, os centros de referência foram relegados a um plano secundário durante a primeira metade da década de 1990, quando a preferência da verba governamental era destinada às Delegacias da Mulher e Casas-Abrigo. Somente em 2003, com o lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é que passaram a ter maior visibilidade em termos de política nacional.

Em algumas localidades, os centros de referência têm oferecido o atendimento para homens perpetradores de violência e/ou a mediação de conflitos com os casais. Se, por um lado, este tipo de proposta tem suprido a carência da rede em oferecer estes atendimentos específicos, por outro existe o risco de descaracterizar este espaço, onde as mulheres podem viver seu processo de reposicionamento sem qualquer pressão ou ameaça.

Uma experiência governamental a ser citada como precursora dos Centros de Referência é a Casa Eliane de Grammon, criada em março de 1990 em São Paulo. Sua principal inovação foi a construção de um modelo de metodologia de atenção, “promovendo um questionamento incisivo do processo de vitimização da mulher. Ali se usou pela primeira vez a expressão 'mulher envolvida em situação de violência', no sentido de incluí-la como sujeito na história de violência”²⁶ (SILVEIRA, 2005, p. 62).

Em Porto Alegre, a indicação dada às pessoas em situação de violência é o Centro de Referência às Vítimas de Violência – CRVV, instituído em parceria com o governo federal e que, embora não tenha sido criado especialmente para auxiliar mulheres em situação de violência, também conta com serviços de atendimento e orientação às vítimas de violência de gênero, testemunhas e familiares. É indicado

²⁶A ideia original contemplava atribuições que iam além de um centro de atendimento integral, e sua intenção era de que a Casa se constituísse como um centro de referência, visando a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias de atendimento, a formação e a publicização do tema da violência em diferentes espaços. Infelizmente grande parte da proposta foi esvaziada no processo de incorporação pela máquina burocrática/pública (SILVEIRA, 2005, p.63).

para qualquer situação que se enquadre nas violações dos direitos humanos e faz parte da rede de assistência gratuita do município (DO CARMO, 2009).

Outra dimensão dessa articulação das políticas são as Casas-Abrigo, criadas com o objetivo de cessar o contato entre vítima e agressor em caso de violência aguda, oferecendo local seguro e abrigo protegido e temporário para mulheres e crianças que estiverem expostas a situações de violência no local de moradia.

Segundo a conceituação dada pelo *Termo de Referência para Implementação de Casas-Abrigo*, criado pelo Ministério da Justiça em 1997,

- As Casas-Abrigo constituem-se em uma das ações de um programa de políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência doméstica e de gênero.
- As casas-abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.
- O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural dos papéis femininos e masculinos, que têm legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres (BRASIL, 2000).

Além disso, possuem atendimento integral (psicossocial e jurídico) a mulheres sob risco de morte iminente. O acesso às Casas-Abrigo se dá somente por encaminhamento dos serviços especializados da rede de atendimento, que realizam a avaliação e a triagem.

A primeira iniciativa com esse caráter foi fundada em 1986, no Estado de São Paulo: o Comvida – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. No início dos anos 1990²⁷, diversas Casas-Abrigo foram inauguradas no Brasil e, em 1992, foi inaugurada em Porto Alegre a Casa de Apoio Viva Maria, instituída através da Lei 9.116/90²⁸, sendo reformada entre 2009 e 2010 e tendo incremento em sua capacidade de abrigo e atendimento direto às albergadas devido à verba recebida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (DO CARMO, 2009). Um outro exemplo de como essas políticas podem funcionar em rede é o caso do ABC paulista, onde a casa-abrigo é regionalizada e composta por

²⁷Além disso, em 1997, o *Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher* deu prioridade dos investimentos à construção de Casas-Abrigo.

²⁸Criou o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

um consórcio formado pelas sete cidades da região, facilitando o trânsito das mulheres de municípios menores.

Na dimensão da saúde, a demanda crescente para o funcionamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência são os serviços especializados para tratamento pós-violência. A incorporação da problemática da violência contra a mulher nas práticas dos serviços de saúde no Brasil pode ser caracterizada como o reconhecimento da violência doméstica como problema de saúde pública.

A primeira iniciativa de vulto no país foi a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – o PAISM, em que incorpora a questão da violência nas práticas de saúde, embora em alguns casos o despreparo dos profissionais e o impacto subjetivo provocado pelo tema da violência possam ser obstáculos na promoção dessa política.

Já os programas de atenção para mulheres vítimas de violência sexual, criados em 1989 no Hospital do Jabaquara (SP) e o atendimento à violência doméstica e sexual na rede de saúde de Porto Alegre são as primeiras versões de um trabalho de interface entre saúde e violência. A capacitação dos profissionais é feita para identificação, atendimento, triagem e encaminhamento para os demais serviços, sendo um local estratégico para analisar as causas e mensurar as consequências da violência contra a mulher para sua saúde.

Além disso, em 1999 foi publicada pelo Ministério da Saúde, a “Norma Técnica de Prevenção e Tratamento aos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, que atribui especificações aos locais de atendimento no que diz respeito a equipamentos, recursos humanos, padronização de dados e treinamento de equipes multidisciplinares, bem como normas de atendimento às vítimas. Além das normas, foi estabelecida notificação compulsória no território nacional dos casos de violência contra a mulher atendida nos serviços de saúde, de acordo com a Lei 10.778/2003 (BRASIL, 2010).

Sobre alguns dos agentes de desenvolvimento e apoio às políticas públicas de gênero, destaca-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Criada em 1º de janeiro de 2003, de caráter transversal em todo o governo federal, visa estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais no

enfrentamento às desigualdades sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres com deficiência. Com status de Ministério, surgiu

para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania, [assessorando o Presidente da República na] formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres (SPM, 2010).

A presente articulação ainda conta com o Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher, que entrou em funcionamento em 2005 e recebe tanto solicitação de informações a respeito da legislação e de serviços que as vítimas possam recorrer caso estejam em situação de risco, quanto denúncias às situações de violência. Funciona em 20 pontos de atendimento e conta com 60 funcionárias, capacitadas pelo Instituto Patrícia Galvão²⁹ e pela SPM, ligada ao governo federal.

De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, as políticas públicas aqui expostas fazem parte da rede de enfrentamento à violência doméstica no Brasil e enquadram-se em:

- Agentes governamentais e não governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres.
- Órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (como habitação, educação e trabalho).
- Serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).
- Serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores.

Atualmente o país dispõe de:

- 193 Centros de Referência de Atendimento à Mulher.
- 388 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.
- 71 Casas-abrigo.
- 609 serviços de saúde especializados, com equipes multidisciplinares capacitadas.
- Cerca de 1.000 Centros de Referência de Assistência Social: embora não sejam especializados no atendimento à mulher, atuam como portas de saída nos municípios onde não existe nenhum outro tipo de serviço (SPM, 2012).

²⁹ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos fundada em 2001 e a primeira a atuar no campo do direito à comunicação e dos direitos das mulheres no país. Fonte: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23&Itemid=19

2.3 Da Dona Maria da Penha você não escapa: a legislação brasileira e a violência doméstica

Dois documentos dos quais o Brasil é signatário e formam a base da legislação de enfrentamento à violência contra a mulher foram construídos em convenções internacionais. São eles: as resoluções da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e sancionada sem reservas pelo Brasil em 2001 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como a Convenção de Belém do Pará, aprovada na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994, ratificada pelo Brasil em 1995.

A CEDAW prevê punições para as violações dos direitos das mulheres, baseados em princípios de igualdade política entre homens e mulheres e indica a criação, pelos países que a ela aderissem, de medidas para o fim da discriminação contra a mulher, criando proteção jurídica e garantia dos direitos sociais, políticos, econômicos, civis e sociais (AGENDE, s/d). Já a Convenção de Belém do Pará estabelece deveres dos Estados membros, direitos a serem protegidos e mecanismos de proteção internacionais, além de tipificar a violência contra a mulher no intuito de padronizar sua definição para os países que a sancionassem.

Dessa forma, ambas convenções já apontavam caminhos para maior punição e prevenção das violências praticadas contra a mulher. Entretanto, até 2006, o Brasil não possuía legislação específica sobre isso e os casos eram julgados pela Lei 9.099 de 1995, que dispunha sobre os Juizados Especiais Cíveis (JEC) e Criminais (JECrim), sendo o segundo o responsável pelos crimes de violência doméstica.

Tais juizados serviam para “a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo” (Brasil, Lei 9099/95, Art. 60) e, segundo a própria lei, são essas infrações “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano³⁰ (...)” (Art. 61).

Assim, os crimes de violência doméstica e, em especial aqueles que causavam danos físicos às mulheres, eram caracterizados como lesão corporal e se

³⁰O § único do art. 2º Lei nº 10.259/01, dispõe: “Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima, não superior a dois anos, ou multa” (Lei 9.099/95, art.61).

equiparavam a conflitos no trânsito ou entre vizinhos. Os processos instaurados objetivavam a reparação dos danos sofridos pelas vítimas e a aplicação das penas não privativas de liberdade, sendo o mandado entregue ao acusado por correspondência, oficial de justiça ou qualquer outro “meio idôneo de comunicação” (Lei 9099/95, Art. 67). Se o réu se comprometesse a comparecer ao Juizado não seria imposta prisão em flagrante ou cobrança de fiança, segundo o mesmo artigo.

Esse dispositivo tinha um caráter de conciliação, resultando nas audiências preliminares em sugestões, por parte do juiz, de solução aos danos e acordos para a aplicação imediata de penas não-restritivas de liberdade. Todavia, devido à uma especificação a Lei 10.455/2002, havia uma possibilidade de determinação, pelo juiz, do afastamento do agressor do lar ou local de convívio com a vítima (BRASIL, Lei 10.455/2002).

Notadamente, os dispositivos conciliatórios não eram suficientes para o rompimento com o ciclo de violência e as penas alternativas transformaram a Lei 9.099/95 na “Lei da Cesta Básica³¹”. Após o cumprimento da pena, o processo não constaria nos registros criminais, à exceção de seu não cumprimento, quando seria aplicada pena restritiva de liberdade ou de direitos, previstas na Lei.

Entretanto, a mudança no paradigma da legislação, a partir da mobilização do movimento feminista e das organizações em prol dos direitos das mulheres, retirou a violência contra a mulher do âmbito privado, no Brasil somente em 2006. Em 08 de agosto daquele ano foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 11.340, intitulada Maria da Penha³².

Tal Lei visava responder à punição decretada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, após denúncia conjunta de entidades internacionais pela demora na punição da dupla tentativa de homicídio pelo ex-companheiro pela qual havia passado Maria da Penha Fernandes. O Estado brasileiro foi condenado pela omissão e negligência no que dizia respeito à violência doméstica (AGENDE,

³¹Via de regra, nas audiências, eram instituídas nas audiências multas a serem pagas pelo autor da violência pelo oferecimento de cestas básicas ou, no caso da impossibilidade de pagamento, de prestação de serviços comunitários (DO CARMO, 2009, p. 41).

³²A origem do nome da Lei é baseada na história da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes que, após sucessivas agressões de seu marido Marco Antonio, foi alvejada a tiros enquanto dormia. Ao alegar a inocência, o agressor afirmou que a casa havia sido assaltada e ele também teria sido agredido, o que posteriormente foi provado ser mentira. Duas semanas após, ele tentou eletrocutá-la e afogá-la na banheira de casa. Ela ficou paraplégica e com diversas sequelas. Embora tenha sido condenado, o réu respondeu o processo em liberdade por quinze anos [nota da autora].

s/d).

Assim, a Lei foi criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, aumentando a penalização de agressores através de medidas protetivas para as mulheres, mas também restritivas e educativas ao agressor. De característica mais punitiva que a Lei 9099/95, que dispunha sobre casos de violência entre cônjuges, a modificação na legislação ampliou o conhecimento e a discussão a respeito do tema.

O mérito da Lei reside em modificar a estrutura de atendimento da maioria das políticas públicas de gênero, em especial das Delegacias da Mulher, acrescentando novas atribuições às suas atividades. Dentre elas, a busca e apreensão de objetos e documentos na casa da vítima e a emissão de medidas protetivas de afastamento do agressor. Entre suas inovações, podem ser citadas:

- Tipificação da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Determinação da renúncia à queixa exclusivamente perante o juiz.
- Proibição de penas pecuniárias (multas ou cestas básicas).
- Proibição da entrega da intimação pela mulher ao agressor.
- Notificação dos atos processuais à mulher vítima de violência, em especial, do ingresso e saída da prisão do autor da violência.
- Criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JEVDFM) com competência cível e criminal, retirando dos Juizados Especiais Criminais a competência para julgar tais crimes.
- Alteração do código de processo penal para que o juiz possa decretar prisão e afastamento do autor da violência da vítima, quando houver riscos à integridade física da mulher.
- Alteração da lei de execuções penais para permitir ao juiz que determine o comparecimento obrigatório do autor de violência à programas de recuperação e reeducação (SPM, 2006, p.9-10).

Após a promulgação da Lei, assistiu-se ao crescimento de locais juridicamente aptos para realizar procedimentos visando o fim do ciclo da violência. Ainda segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, atualmente existem no Brasil:

- 70 Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- 54 Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher.
- 20 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público, que movem ação penal pública, solicitam que a polícia civil inicie ou dê prosseguimento às investigações e solicitam, ao juiz, a concessão de medidas protetivas de urgência (SPM, 2012).

Para verificar o funcionamento da Lei foi criado em 2007, no âmbito acadêmico e com base em consórcio firmado entre o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA) e por entidades feministas da sociedade civil, o Observatório da Lei Maria da Penha. Compreendido como um agente de regulação que tem por objetivo “acompanhar, a partir da coleta, análise e divulgação de determinadas informações, o processo de efetivação da Lei Maria da Penha” (OBSERVE, 2010). Através do mapeamento dos dados, essa instância se propõe a estabelecer o monitoramento da implementação e a aplicação da Lei.

Embora tenham sido listados diversos avanços ao enfrentamento da violência doméstica e familiar, os benefícios da Lei Maria da Penha não são consenso entre os magistrados. Decisão de dezembro de 2011 do Superior Tribunal de Justiça interpreta a Lei enquanto compatível com a dos Juizados Especiais, o que permite suspensão da pena nos casos em que a condenação for inferior a um ano. Assim, o juiz pode trocar por pena alternativa ou suspender o processo, descaracterizando a violência sofrida (DataSenado, 2011).

A magistrada Osnilda Pisa, do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Alegre, afirma que a falta de centros interdisciplinares que prestem apoio psicológico, jurídico e de reintegração sobrecarrega o sistema policial e leva casos que poderiam ser resolvidos fora das delegacias para a competência do judiciário (ZH, 2009).

Também a favor do Direito Penal mínimo está o jurista Rodrigo Azevedo, que aponta que, “o mais adequado seria lidar com esse tipo de conflito fora do sistema penal, radicalizando a aplicação dos mecanismos de mediação, realizada por pessoas devidamente treinadas e acompanhadas por profissionais” (AZEVEDO, 2008, p.22). Entretanto, ele acredita que a falta de adesão a esses mecanismos de mediação de conflitos e a banalização das penas alternativas foram as responsáveis pela reação que atualmente assistimos.

Em trabalho anterior afirmou-se que mostrando o contraponto às afirmações de que os conflitos domésticos seriam resolvidos a partir da aplicação da Lei e de que “a transformação na cultura patriarcal que rege as relações em nossa sociedade dependa de medidas impostas pela legislação” (DO CARMO, 2009, p.45), é

importante discutir o outro lado desta relação de violência a partir de agora.

Portanto, serão tratados especificamente os serviços de atendimento a homens autores de violência, que encontram-se dentre as recomendações da Lei Maria da Penha, em dois artigos³³.

2.4 *Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: a reeducação de autores de violência enquanto desafio às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica*

Ao longo dos anos surgiram iniciativas de atenção aos homens, em especial de organizações da sociedade civil vinculadas à prevenção e proteção de sua saúde, à discussão da paternidade e de conceitos como gênero e masculinidades. Nesse escopo, estão os programas de apoio para homens envolvidos em situação de violência contra a mulher. Desenvolvidos em paralelo com as políticas públicas para as mulheres, tornaram-se parte de uma articulação maior e problematizaram o cuidado ao homem e as suas especificidades.

Neste estudo foram encontrados muitos projetos e diversas instituições nacionais e internacionais que levam em conta a perspectiva relacional de gênero, trabalhando tanto com homens quanto com mulheres na prevenção e resolução de conflitos. As que adquiriram maior vulto serão citadas e o foco será dado aos serviços e às organizações conhecidas durante a realização desta pesquisa. Sobre elas se desenvolverá este tópico e o próximo capítulo.

Em um panorama geral das instituições brasileiras que promovem atenção aos homens, podemos citar o Instituto Papai, situado no Recife, o Instituto Promundo e o Instituto Noos, do Rio de Janeiro. Juntas, essas instituições formam a RHEG³⁴ – Rede de Homens pela Equidade de Gênero, que atua na promoção dos direitos humanos e na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Coordenada pela RHEG, a Campanha do Laço Branco³⁵ – Homens pelo Fim

³³ Modificando o artigo 152 da Lei de Execução Penal 7.210 de 1984.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

³⁴ Ainda participam do comitê gestor nacional da RHEG: ECOS – Comunicação e Sexualidade; THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; Coletivo Feminista – Sexualidade e Saúde; além do GEMA – Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade da Universidade Federal de Pernambuco e do Núcleo Margens da Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁵ O laço branco é um símbolo que representa o compromisso de jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos diante dessa violência. O dia 6 de dezembro é o Dia

da Violência contra a Mulher – compreende um conjunto de estratégias de comunicação que visam “sensibilizar, envolver e mobilizar os homens em ações pelo Fim da Violência contra as Mulheres” (INSTITUTO PAPAÍ, 2010). Essa mobilização foi produto do “Seminário respondendo a violência intrafamiliar e de gênero: reflexões e propostas de trabalho com o parceiro masculino”, ocorrido em 1999 em Brasília.

Dentre as campanhas que merecem ser citadas, justamente por abordarem o cuidado e o envolvimento dos homens no enfrentamento à violência, está a Campanha Ponto Final na Violência contra as Mulheres e Meninas, caracterizada como ação aberta de adesão individual ou coletiva, reunindo coletividades para avaliar formas de trabalhar pela diminuição da violência. Além desta, há a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*, desenvolvida pelo Ministério da Saúde em forma de campanhas voltadas para a saúde do homem, através da distribuição de cartilhas sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, cânceres e hábitos de vida saudáveis.

Sobre as organizações ativas no cuidado e envolvimento dos homens nas ações e políticas públicas de gênero poder ser citado o Instituto Papai³⁶, de Recife/PE. Fundado em 1997, é uma Organização Não-Governamental feminista que considera “fundamental o envolvimento dos homens nas questões relativas à sexualidade e à reprodução, [objetivando] a desconstrução do machismo e a revisão dos sentidos da masculinidade e dos processos de socialização masculina” na sociedade (INSTITUTO PAPAÍ, 2012).

Dentre as campanhas que coordena, atualmente estão as ligadas ao apoio à paternidade: “Paternidade: Desejo, Direito e Compromisso”; “Pai não é visita! Pelo direito de ser acompanhante” e “Dá licença, eu sou pai!”; bem como do eixo anti-machismo e anti-homofobia: “Machismo não combina com Saúde” e “A Diversidade

Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, devido a um assassinato em massa de mulheres na Escola Politécnica do Canadá, quando Marc Lepine invadiu a sala e as matou por não concordar que mulheres cursassem engenharia, curso tradicionalmente masculino. O episódio gerou mobilização nacional e, em seguida, culminou na campanha internacional do Laço Branco (BRASIL, Vista essa camista!, 2010; www.lacobranco.org.br).

³⁶Baseia-se na busca de uma maior participação jovem e masculina na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo diretriz da IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing. Esses dois fóruns de discussão são considerados marcos nas ações e políticas feministas mundiais (http://www.papai.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=537).

é Legal!”. Todas essas iniciativas são realizadas em parceria com outras instituições e apoiadas por organismos internacionais ou governamentais.

O Instituto Promundo, situada no Rio de Janeiro e criada em 1997, tem alcance internacional e privilegia países em desenvolvimento. Voltada para projetos com jovens e crianças, objetiva a promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres e a prevenção da violência interpessoal, através de intervenções sociais que questionem padrões socioculturais e, também, ferramentas de mensuração das mudanças decorrentes dessas ações (INSTITUTO PROMUNDO, 2006).

Dentre as publicações que servem de base para o trabalho desenvolvido com homens e mulheres jovens estão: “Engajando homens e meninos pela igualdade de gênero”; “Pelo fim da exploração sexual: o que os homens podem fazer?” e “Homens pelo fim da violência contra as mulheres: um manual de educação para a ação”. Também estão inclusos os manuais do *Programa H* e do *Programa M*, específicos para trabalhos em grupos com homens e mulheres, respectivamente, e que discutem questões de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva, paternidade, maternidade, atividades de cuidadoras/es, prevenção de violência e uso de drogas.

Uma das instituições que serviu de base para o trabalho de campo realizado nesta pesquisa foi o Instituto Noos, também com sede no Rio de Janeiro. Fundado em 1994, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e atualmente é considerada como de Utilidade Pública Federal. Voltado para a difusão de práticas sociais sistêmicas ligadas à saúde dos relacionamentos nas famílias e nas comunidades, busca dissolução de conflitos, prevenção e interrupção da violência intrafamiliar e de gênero (INSTITUTO NOOS, 2012).

Seu foco na terapia sistêmica propicia a articulação de redes sociais e comunitárias, oferecendo cursos e capacitações através da “Escola de Práticas Sociais Sistêmicas” e das publicações de sua editora³⁷. A aproximação com o Noos se deu justamente a partir das metodologias criadas por eles, que culminaram, nos *grupos reflexivos de gênero*.

Em 1999, o Noos contava com um grupo de homens empenhados em discutir o processo de construção de identidades masculinas, trabalhando com grupos de

³⁷ Fonte: <http://www.noos.org.br/>

reflexão sobre masculinidades e que pretendiam desenvolver projetos com autores de violência doméstica nas dependências das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher. Entretanto, esse espaço não parecia ser o ideal para realizar esse tipo de grupo, pois poderia constranger as mulheres que, em estado fragilizado, circulavam por lá. Além do mais, havia o risco de resistência do movimento de mulheres a ações que não visassem exclusivamente a punição e o encarceramento dos homens autores de violência³⁸.

Segundo Barbara Soares, esses grupos de reflexão eram

concebidos como espaços propícios à assunção de responsabilidades, à ampliação do autoconhecimento, à vocalização de experiências e valores associados à subjetividade masculina, à expansão de horizontes, à transformação da auto-imagem e ao reenquadramento das perspectivas individuais [...], conduzi[ndo] a um processo de “reflexão responsabilizante” (INSTITUTO NOOS, 2004, p.9).

Assim, os grupos foram realizados na sede do Noos, através de procura espontânea ou por encaminhamentos de autores de violência pelos Juizados Especiais Criminais, Centrais de Penas e Medidas Alternativas do Rio de Janeiro, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Varas de Infância e Juventude, Conselhos Tutelares e Centros de Atendimento à Mulher, através de acordos firmados entre as partes. Desenvolvidos pelo Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania da instituição, eram oferecidos grupos para homens e para mulheres, separadamente.

Parceiro do Instituto Noos que levou a iniciativa de trabalho com homens para o escopo de atuação de sua rede foi o Movimento de Mulheres de São Gonçalo. No município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, local conhecido pela vulnerabilidade social e econômica de sua população, foi desenvolvido no CEOM – Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel e os resultados apontaram para reincidência inferior a 2% no município³⁹.

³⁸ A ideia do Instituto Noos era a de criar o Centro de Atendimento e Referência para Homens (CEARH), para “prevenir e reduzir a violência intrafamiliar e de gênero”, bem como complementar, através dos grupos reflexivos, a aplicação de penas alternativas que seriam aplicadas aos homens autores de violência contra a mulher. Entretanto, com a extinção da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania do Estado do RJ, inviabilizou-se a parceria que parecia ser capaz de propiciar esse projeto (Instituto NOOS, 2004).

³⁹ Dados do Juizado Especial Criminal da Violência Doméstica contra a Mulher de São Gonçalo/RJ

Afora esses processos reflexivos propostos por iniciativas de organizações da sociedade civil, as políticas públicas e a legislação pouco haviam avançado nesse aspecto. Somente em 2006, com o advento da Lei Maria da Penha é que houve mudanças, a partir do artigo 35 que preconiza que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: (...) V – centros de educação e reabilitação para os agressores” (BRASIL, Lei 11.430/2006, art. 35, inciso); bem como o artigo 45, em seu parágrafo único, afirma que “nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programa de recuperação e reeducação” (Art. 45, § único).

A partir dessas recomendações foi criada a “Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores”, através de Seminário promovido em 2008⁴⁰ pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e pela Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ambas vinculadas à Presidência da República.

Segundo o documento,

o termo ‘serviço’ foi utilizado para se referir ao previsto do art. 45 da Lei Maria da Penha que prevê a obrigatoriedade do comparecimento do agressor a programas de reeducação, em contraposição ao proposto no art. 35 que faz menção à criação de *Centros de Educação e Reabilitação do Agressor* (BRASIL, 2008).

Esses centros criariam um espaço de “atendimento”, em semelhança aos Centros de Referência da Mulher e aos Centros de Referência de Assistência Social. E os objetivos do *Serviço* fariam o acompanhamento das decisões e penas determinadas por Juízo competente ao agressor. Portanto, “o serviço tem um caráter obrigatório e pedagógico e não um caráter assistencial ou de ‘tratamento’ (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor” (BRASIL, 2008).

Esse acompanhamento deve estar vinculado ao sistema de justiça e articulado aos demais serviços da rede de atendimento às situações de violência, bem como contribuir para a reflexão de homens sobre a violência doméstica

apontam para reincidência de 2% no município e de 4% de Nova Iguaçu, ambos atingidos pelo projeto SerH, a ser discutido a seguir (PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2009).

⁴⁰ E intitulado “Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor”, realizado no Rio de Janeiro em julho de 2008.

enquanto uma violação dos direitos humanos das mulheres e sobre sua responsabilização enquanto agressores.

Além do acompanhamento das penas e decisões do judiciário, os centros devem propor atividades pedagógicas e educativas, encaminhando para programas de reabilitação específicos e serviços de atendimento em saúde mental, quando necessário. O documento ainda propõe que os grupos realizados nos centros promovam a desconstrução dos papéis de gêneros e da masculinidade hegemônica, servindo para a construção de novas masculinidades⁴¹ (BRASIL, 2008).

Porém, antes mesmo do Seminário que resultou na proposta dos Serviços, começou a ser desenvolvido em 2009 no município de Nova Iguaçu, o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH), parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência em Nova Iguaçu/RJ com o Instituto Noos.

Segundo o idealizador do projeto, Fernando Acosta, o intuito era “promover o compromisso dos homens para desenvolver novas formas de relações interpessoais, evitar e prevenir atitudes violentas no meio familiar” (PORTAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2009). Destinava-se aos homens encaminhados pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar, Varas da Infância e Juventude, Centros de atendimentos às vítimas, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Atendimento à Mulher (CIAM), bem como ONGs, serviços de saúde, e também a quem procurasse voluntariamente o serviço.

O SerH tinha por objetivos atender e encaminhar para a rede de atendimento a situações de violência as mulheres e familiares dos homens que participassem dos grupos, bem como capacitar multiplicadores entre os participantes para que promovessem os grupos reflexivos em outros locais. Após passarem por entrevistas individuais para avaliação da necessidade de outros encaminhamentos, os homens passariam por um processo de vinte encontros em grupo e, ao final, seguiriam em acompanhamento para a manutenção do vínculo com o programa.

Assim, o ideal de reflexão em grupos, capaz de construir “novos valores sobre a relação homem-mulher, lugar onde o homem pode reavaliar ideias pré-concebidas

⁴¹ As diretrizes gerais para funcionamento do Serviço são de responsabilidade da SPM e dos demais Ministérios integrantes da Câmara Técnica do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher* (BRASIL, SPM, 2008).

e conceitos formados sobre seu lugar nas relações familiares e na sociedade” seria reafirmado, já que haveria discussão de valores arraigados socialmente que, muitas vezes influenciariam uma atitude violenta (SerH, 2007).

Esse panorama das políticas de atenção aos homens, em especial das de enfrentamento à violência de gênero, é onde nos baseamos para desvendar a capacidade de abranger a outra parte do “problema” da violência. Segundo Winck (2006), os resultados previstos com a inclusão desses grupos focais de homens não servem como “solução definitiva, mas eles existem para serem estimuladores de processos, e não produtores de resultados” (2006, p.7). A partir daí, novos tipos de relações poderão ser construídos, baseados na conscientização de homens e mulheres conscientes sobre seus papéis na redefinição de uma cultura de igualdade e respeito mútuo.

Nesse capítulo, foram identificadas duas maneiras de se trabalhar com as políticas de gênero para homens no combate à violência doméstica, segundo a perspectiva de Toneli (2010): aqueles que trabalham especificamente com ações voltadas aos grupos reeducativos e psico-educativos e os que centram sua intervenção sobre outros aspectos relacionados à vivência de gênero e masculinidades, de forma preventiva (TONELI *et al*, 2010, p.230).

Em resumo, a tabela a seguir ilustra algumas dessas estratégias encontradas no Brasil e as diferencia entre as que trabalham com a prevenção da violência e a responsabilização pelos atos violentos.

Instituição	Localidade	Programa desenvolvido e caráter do serviço
Instituto PAPAÍ	Recife/PE	Projetos de <i>prevenção</i> com jovens e adolescentes, favorecendo discussões de gênero e masculinidades, abordando a violência de gênero.
Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades – GEMA/UFPE	Recife/PE	Pesquisa-ação diante de homens e mulheres em situação de violência, criando ações de <i>prevenção</i> , definição e implementação de políticas públicas, controle social do estado e <i>mobilização política</i> .
Instituto Noos	Rio de Janeiro/RJ	Grupo Reflexivo de Gênero trabalha com a <i>responsabilização</i> pela violência e questões de masculinidades.
Serviço de Educação e Responsabilização de Homens Autores de Violência – SerH	Municípios em situação de vulnerabilidade social – RJ	Grupos Reflexivos de Gênero com homens a partir do questionamento de valores relacionados aos atos violentos e da assunção da <i>responsabilidade</i> em cometê-los.
PROMUNDO	Rio de Janeiro/RJ	Programa H que incentiva homens jovens a questionar os padrões de gênero relacionados a masculinidade, na tentativa de transformá-los, <i>prevenindo</i> atos violentos.

Elaboração da autora. Fontes: sites dos programas.

Essas políticas, embora já desenvolvam há alguns anos projetos que envolvem homens no enfrentamento à violência de gênero na esfera doméstica e familiar, ainda não foram replicadas de forma generalizada para o restante do país. O caso brasileiro ilustra a tese de que o processo de desenvolvimento de determinadas políticas públicas necessita ser compartilhado para que possa ampliar sua abrangência e escopo de atuação.

A partir de agora, cabe apresentar as metodologias dos programas pesquisados e aprofundar os resultados obtidos até então pelos projetos já desenvolvidos. A estruturação, desenvolvimento e conclusão dos grupos reflexivos de gênero serão discutidas no próximo capítulo, onde apresentaremos a análise dos dados colhidos na pesquisa de campo e os principais resultados obtidos no processo.

Capítulo 3. Os Grupos Reflexivos de Gênero para Homens

Esse capítulo visa ampliar as noções e estabelecer uma visão crítica a respeito dos *grupos reflexivos de gênero para homens* (GRGs), baseado na fala dos informantes-chave e nas contribuições teóricas a respeito do tema. Para tanto, foram estabelecidas categorias de análise pautadas nas falas dos informantes em consonância com as previamente definidas. Para o apoio daquelas, apontamentos de outros autores em trabalhos sobre o tema foram utilizados, bem como aportes teóricos e metodológicos utilizados pelos próprios grupos. Por isso, a análise a seguir apresentada será norteadas por quatro eixos fundamentais, os quais terão seus desdobramentos ao longo do texto, e servem, fundamentalmente, para responder às questões propostas nesse estudo.

Em primeiro lugar, são descritos os mecanismos de socialização atuantes nos grupos reflexivos e, para isso, serão tratadas suas especificidades no que concerne à metodologia, duração, formas de encaminhamento, caracterização quanto ao tipo de política pública que desenvolve, marco teórico, técnicas utilizadas pelos facilitadores para promover adesão e comprometimento do grupo, além do trabalho e capacitação exigidas dos facilitadores.

As iniciativas de organizações não-governamentais, a legislação e as políticas públicas que os criaram serão descritas a partir das falas coletadas, com o auxílio da documentação que comprova tal desenvolvimento. E, embora já tenha sido explorada a história do surgimento dos GRGs anteriormente, neste capítulo ela é retomada a partir da fala dos informantes, para dar espaço às suas elaborações enquanto agentes do processo.

No segundo eixo é desenvolvido o entendimento da violência de gênero como cultural, resultado da naturalização dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Para tanto, assume-se a perspectiva relacional da violência, iniciando a articulação dos dados com a fundamentação teórica proposta neste estudo, e o quanto isso pode remeter à cultura patriarcal na qual estão inseridos os indivíduos. Dessa maneira, procura-se explicar quais são as disposições adquiridas que dão conta de um padrão violento nas relações domésticas, para que então seja possível empreender a tentativa de inibi-las ou modificá-las através dos espaços de

socialização.

Em terceiro lugar, localiza-se no conteúdo das entrevistas, bem como nos relatórios dos projetos finalizados com os quais se teve contato, as principais motivações que levaram os homens a procurarem os GRGs espontaneamente, bem como desmotivação causada pela obrigação de comparecimento, seguindo orientação dos Juizados. É nesse tópico, principalmente, que poderão ser observados os principais incentivos encontrados por esses homens para participar ou manter-se no processo, seja na visão dos facilitadores, seja nos relatos colhidos por estes.

E, por fim, mas não conclusivamente, serão mapeadas as transformações nos comportamentos e ações de homens que participaram dos grupos, tanto do público-alvo dos projetos, quanto dos facilitadores que, submergidos no trabalho que desenvolviam, sentiam que suas próprias condutas modificavam-se através das reflexões que sugeriam.

3.1 Os grupos reflexivos de gênero para homens: surgimento e caracterização

A história do surgimento dos GRGs no Brasil pauta-se pela curiosidade de um grupo de amigos em discutir suas próprias questões a respeito das desigualdades de gênero e do *ser homem* (Francisco⁴², 55a, Psicólogo). Após terem se estruturado, surgiu o interesse em realizar tais grupos para a comunidade em geral e abriu-se espaço no Instituto Noos, ainda na década de 1990.

Em momento posterior, já reconhecidos por organismos governamentais e não governamentais foi estabelecida, em 1999, parceria entre o Instituto Noos e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Rio de Janeiro (CEDIM), que encaminhava aos grupos homens autores de violência doméstica. Nesse período, as questões referentes à violência contra a mulher ficavam a cargo da Lei 9.099/95 e os crimes dessa natureza eram tratados pelos Juizados Especiais Criminais. Assim, eram convênios firmados com tais Juizados que possibilitavam a realização dos grupos, como pena alternativa.

⁴²Os nomes dos entrevistados foram trocados para manter o anonimato de suas declarações. Quanto aos relatos de participantes dos grupos que foram citados, optou-se por utilizar apenas a inicial do nome, para diferenciá-las das falas dos informantes.

Outro espaço que se agregou a essa parceria foi o Centro Especial de Orientação para a Mulher Zuzu Angel (CEOM) em São Gonçalo/RJ, juntamente com o Instituto Noos e com os dois Juizados Especiais Criminais da cidade. Segundo Marília, foi devido a demanda das mulheres que eram atendidas no Centro, bem como dos homens da comunidade, que se criaram os grupos e o “pronturário do homem, pensando na saúde do homem e na subjetividade masculina” (48a, MMSG).

Todas essas iniciativas foram pensadas e executadas anteriormente à promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 e, em grande medida, influenciaram sua recomendação de criação de serviços de atendimento aos homens. Segundo Francisco, um dos idealizadores dos primeiros grupos com homens, a discussão foi levada ao Tribunal de Justiça para que houvesse “proposta de mudança da Lei 9099, quando a Marina [Silva] pegou essa discussão pra levar pro Senado. Foi quando abrimos essa discussão pro movimento feminista que não quis uma mudança, mas uma Lei própria, de violência doméstica” (Francisco, 55a, Psicólogo).

Para o grupo envolvido nessa discussão, a divergência inicial com a criação da nova Lei era a de que deveria abranger a violência doméstica de gênero e não somente violência doméstica contra a mulher. Mesmo sem tal ressalva ter sido adotada, acredita que a aplicação deve ser “como está prevista, até porque a gente sabe exatamente o que está fazendo” (Francisco, 55a, Psicólogo).

Para Marília (MMSG), a Lei implica em uma reeducação a respeito da violência doméstica, já que “você tem que dizer não pra esses [homens] que já são adultos, que não é politicamente correto e adequado pra que outras gerações vejam que é inadmissível. Por isso que é importante ter leis um pouco mais duras e firmes como a Lei Maria da Penha. Pra dizer 'não pode!'”.

Segundo Francisco, os grupos para homens, inicialmente pensados em dimensões menores, tomaram proporção inesperada. O anseio inicial era de

trabalhar com os homens, fazer um grupo de homens, ver se funciona, se não funciona. E isso foi gerando essa discussão da Lei, que já havia uma discussão do Movimento Feminista que encontrou com a gente, a gente negociou muito com a Nilcea Freire e o Ministério da Justiça (55a, Psicólogo).

A concepção dos GRGs variava pouco entre os que nele atuam/atuaram. Fundamentalmente pensados como um espaço para provocar a reflexão, seus

efeitos acabaram sendo, em certa medida, terapêuticos. Para Ângelo, do Instituto Noos,

não é um trabalho terapêutico, mas tem efeitos terapêuticos. Acho que é um trabalho de mobilização social, é assim que vejo, com o objetivo de engajar as pessoas, mobilizá-las. Gosto de me referir como um trabalho que possa promover uma cultura da paz. Acho que é sobretudo político, de mobilização social (Ângelo, 40a, Instituto Noos).

Para Carlos Eduardo Zuma, um dos realizadores dos GRGs no Instituto Noos, é “exatamente para não voltar a colocar a questão como fenômeno intrapsíquico ou individual, por encarar essa questão como eminentemente cultural, social, é que não o entendemos como grupo psicoterapêutico”, mas reflexivo (*apud* TONELI, 2010).

Já nos grupos realizados dentro do Juizado, encontra-se a perspectiva do *grupo de responsabilização*, com enfoque diferenciado e tendo a característica de ocorrer dentro de um espaço do Judiciário. Tal foco desenvolvido na Justiça leva em consideração, em primeiro lugar:

'O que é a responsabilização jurídica de um autor de violência?' Uma coisa que eu mantenho é que a gente precisa ter, independente da formação, da experiência do profissional, a gente não pode abrir mão de três questões transversais: 1) A equidade de gênero. Como vamos trabalhar isso? 2) A especificidade de gênero e 3) A responsabilização jurídica. Não se pode abrir mão desses focos, em qualquer abordagem que eu faça (Pablo, 49a, JVD FM).

É a partir dessa diferenciação entre uma postura de responsabilização pelos atos violentos incentivada nos grupos, em detrimento da visão patologizante da violência é que atua o processo de reflexão. Para Marília, o trabalho responsabilizante nunca teve a pretensão de ser *patologizante*, “como se tivesse essa justificativa e não trabalhasse com a história social” (48a, MMSG).

Esses espaços também atuam no mapeamento da situação psíquica dos homens envolvidos, no caso da necessidade de alguma intervenção terapêutica ou encaminhamento para outras instâncias como os Alcoólicos Anônimos.

Ao serem questionados sobre a participação das companheiras e/ou filhos dos homens atendidos durante o processo, os informantes apontaram possibilidades de indicações para outros espaços dentro da rede de atenção a situações de violência, que desenvolvessem trabalhos com mulheres e crianças, nos

municípios em que ocorriam os grupos.

Essa abordagem relacional para trabalhar com os conflitos familiares vai ao encontro do reconhecimento da dimensão do gênero como uma das dimensões da desigualdade social, na medida em que a relação entre masculino e feminino na sociedade se estrutura na diferença e nas construções de masculinidades e feminilidades que, em conflito, podem ter expressões de violência (BARBIERI, 1993; BUTLER, 2001 *apud* GRANJA & MEDRADO, 2009).

Por isso, a participação do casal em um processo reflexivo é defendida por Francisco, devendo ser os grupos inicialmente separados por sexo e, após certo período, mistos.

Meu sonho, em nível de atendimento, é que os homens façam grupos de homens obrigados e voluntários, quem quiser. E que as mulheres também façam. E que façamos grupos mistos, com casais desencontrados. Se eu sou casado e aconteceu isso, vou pra um grupo que tenham outros homens e outras mulheres; e ela também. Esse modelo é recomendado pela OMS no Relatório Violência e Saúde (2002/3) e eles tão preconizando esse modelo, que é ecossistêmico, que é o que a Inglaterra usa pra violência doméstica (Francisco, 55a, Psicólogo).

Para a articulação desses grupos, dentro e fora da Justiça, sempre foram necessárias, além da demanda espontânea, indicações dos Juizados Especiais Criminais e, atualmente, dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Para os informantes, há a crença de que a parceria com os juízes e juízas para a indicação é frutífera, tendo sido, dessa forma, a estruturação de um dos programas mapeados por esse estudo: o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica contra a Mulher (SERH).

O SER foi uma experiência que se viu que se tentou, justamente, colocar em prática o que a Lei Maria da Penha instituiu. E realmente, tínhamos uma boa relação com o juiz do Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher de Nova Iguaçu e esse juiz mandou direto homens pra gente. Muitos homens, muitos homens. Tem muitos casos de violência contra a mulher aportando nesses últimos anos. E ele realmente encaminhou muitos homens pra gente (Ângelo, 40a, Instituto NOOS).

Na primeira edição, no município de Nova Iguaçu/RJ, as participações de homens foram divididas em:

- 17% por indicação.
- 20% inscritos por terceiros.
- 8% inscritos com pedido informal de órgão governamental.
- 8% pela justiça⁴³.

Dentre as dificuldades apontadas para a participação dos homens está a forma como são tratados nas instâncias judiciárias. Segundo Francisco, “a maior parte dos encaminhados pela Justiça vem com um misto de muito medo – porque vem um rótulo aqui 'agressor', na delegacia, no Ministério Público...e quando chega na equipe ele é recebido como uma pessoa” (Francisco, 55a, Psicólogo).

A experiência dos grupos na Justiça se diferencia por não aceitar demanda espontânea, já que funciona exclusivamente por determinação jurídica, ou seja, quando o homem autor da violência está na suspensão do processo ou na condenação e seu comparecimento é obrigatório. Devido ao alto número de processos e ao espaço reduzido para o atendimento de tantos homens, criou-se um dispositivo para que possam ser informados a respeito de, entre outras coisas, formas de violência, Lei Maria da Penha e direitos humanos.

Criamos um dispositivo que chamamos de *grupo informativo*, (...) por conta dessa espera grande e começamos a trabalhar com esses elementos de responsabilização que fossem menor do que oito [encontros]. Pensamos juntos, “será que podemos pensar em crimes menores, em que podemos dar uma abordagem menor?”. A gente pensou em grupo informativo de um encontro, com a equipe técnica. Aí analisamos os elementos desse crime: se foi eventual, se o impacto foi menor. Então a gente fez. Em 2009 fizemos im grupo informativo por mês, a partir das entrevistas. Então imagina, é um fluxo de praticamente trinta homens por mês que passam pela equipe na entrevista. Então são trinta maneiras de a gente captar e fazemos um por mês, pra falar da Lei, assistir aquele vídeo “Não é fácil não”⁴⁴, falamos um pouco sobre a administração do conflito (Pablo, 49a, JVDFM).

Tanto no Instituto Noos quando no CEOM Zuzu Angel os grupos reflexivos existiam para homens e para mulheres, realizados em dias e horários distintos. No caso de São Gonçalo, os grupos do CEOM foram considerados a primeira política pública desenvolvida no estado do Rio de Janeiro.

As diferenças básicas entre as iniciativas pesquisadas estão, dentre outras,

⁴³Dados compõe Relatório do SerH, elaborado pelo Instituto Noos e fornecidos por Estevan, psicólogo que atuou no Programa. Os outros 47% estão divididos em outras categorias com porcentagem igual ou inferior a 5% [grifo da autora].

⁴⁴Elaborado pelo Instituto Promundo e disponível no endereço:
<http://www.promundo.org.br/en/videos/for-youngers/nao-e-facil-nao-2/>

no número de encontros e em sua periodicidade. A tabela a seguir representa essa distinção.

Organização	Número de Encontros	Periodicidade
Instituto Noos	20	Semanal
SERH	20/12 ⁴⁵	Semanal
CEOM	12	Semanal
Juizado	8	Quinzenal

Dados obtidos nas entrevistas. Elaboração da autora.

A maioria desses grupos tinha a possibilidade de inserção de novos participantes até o terceiro ou quinto encontro, mas após esse período, novos inscritos deveriam esperar pelo próximo. Em São Gonçalo, segundo Marília, foram atendidos 308 homens no CEOM Zuzu Angel e, como o acompanhamento posterior denotou, houve apenas quatro reincidências.

3.1.1 Os GRGs e os mecanismos de socialização

Esse tópico visa descrever a forma de operacionalização dos grupos reflexivos, expondo seu referencial teórico, metodologia, atividades e técnicas empreendidas, bem como o envolvimento dos facilitadores com seu trabalho. Dessa forma, se pretende complementar as informações até aqui expostas pelo viés dos informantes e de seu entendimento enquanto agentes do processo.

A respeito do marco teórico que embasa as metodologias e o desenvolvimento do grupo, foi encontrada a primazia da *Teoria Sistêmica*⁴⁶, que permite que se “analise os fenômenos de diversos pontos de vista. Inclui diversas perspectivas e está mais preocupada em como determinado contexto se forma, qual a natureza das interações e o que acontece com cada indivíduo separadamente” (Ângelo, 40a, Instituto Noos). Por isso, foi tendo a violência como *processo* e não como *ato* que os grupos surgiram.

Além da abordagem teórica de cada facilitador e das trocas realizadas entre eles a respeito dos temas a serem desenvolvidos, a terapia corporal foi citada por

⁴⁵ Variava de acordo com o município do projeto. Em Nova Iguaçu foram 12 e nos próximos, serão 20.

⁴⁶ Tendo como referência Tom Andersen (Instituto NOOS, 2002).

todos os informantes como uma importante ferramenta de socialização, devido à “grande dificuldade que o homem tem de tocar outro homem” (Ângelo, 40a, Instituto Noos). Por isso, exercícios corporais ligados a técnicas teatrais e a abordagem bioenergética foram muito utilizados.

Como referências, foram apontados David Bercei, analista em Terapia Bioenergética e criador da técnica dos tremores involuntários intitulada *Trauma Releasing Exercises*⁴⁷; e Federico Navarro, criador da *Somatopsicodinâmica*, baseada em observações da linguagem corporal nos *actings*⁴⁸.

Outras referências apontadas foram: Pedagogia da Pergunta (Paulo Freire), a perspectiva da Teoria da Complexidade, o Construcionismo Social, noções de Gênero, Masculinidade, Saúde Pública e Direitos Humanos. Segundo Pablo, o apoio nessas teorias procura encontrar

onde estão as falhas do raciocínio, do cotidiano, onde não estão sendo empregados os símbolos de masculinidade⁴⁹. Hoje eu tento perceber isso. Então se vamos ter conversa, é interessante percebermos onde essa masculinidade hegemônica está mais presente. “Pera, o que você falou? Fala de novo...” Até porque a fala está legitimando esse modelo e a gente demora a perceber isso. “Isso que você falou, deixa eu ver, como é que é?” E aí ele vai se apropriando disso (Pablo, 49a, JVDFM).

Mais especificamente sobre as dinâmicas desenvolvidas nos grupos, havia alguns acordos estabelecidos nos primeiros encontros, como o Compromisso de Convivência Saudável, quando regras eram criadas conjuntamente para o desenvolvimento dos encontros e o Acordo de Não-Violência, que estabelecia que durante a participação nos grupos, os homens não se utilizariam de violência na resolução de conflitos. No CEOM, havia uma espécie de Código de Ética e cada grupo escolhia um nome pelo qual gostaria de ser identificado.

Normalmente os grupos iniciavam com entrevista de adesão, questionário padrão para apreender a história de vida do homem autor da violência, local da

⁴⁷ Esses exercícios visavam encontrar através dos tremores, pontos de tensão e provocar seu destensionamento, liberando dessa forma sensações e sentimentos dos homens que participavam [*Nota da autora baseada em relatos do informante Estevan*].

⁴⁸ Noção da Psicologia Corporal que designa exercícios para cada segmento corporal, visando provocar mudanças e liberar emoções e tensões em quem é aplicado [*nota da autora*]. “Ele propõe como uma alternativa psicossomática: a pessoa tem um conflito subjetivo, existencial e quando não consegue verbalizar isso; você somatiza esse conflito” (Francisco, 55a, Psicólogo).

⁴⁹ Ilustrando a perspectiva de Bourdieu (2002) a respeito das “falhas” que podem ocorrer no *habitus*, incapacitando práticas conformes ao meio e constituindo um dos impulsionadores de mudança.

ocorrência, perfil sócio-econômico, cultural, se possuía alguma dependência química e tempo de relacionamento. Nos grupos que previam maior número de encontros, como os desenvolvidos pelo Instituto Noos, havia no primeiro dia um levantamento temático, para definir os assuntos a serem trabalhados nos encontros seguintes. A partir de então, dinâmicas para cada tema eram elaboradas e, segundo Estevan, visavam

trabalhar com a questão dos limites que a gente fazia numa perspectiva mais corporal. Colocávamos um de frente pro outro e pedíamos pra observar o que acontecia no corpo um do outro, estabelecendo uma distância confortável. Então pedíamos que se aproximasse e o outro permitia ou não que se aproximasse (...). Fazíamos trabalho de percepção de sensações, de sentimentos, distinguindo entre pensamento, sentimento, sensação (Estevan, 33a, Psicólogo).

Havia o chamado *baú de recursos*, onde eram colocadas as sugestões de dinâmicas dadas pelos facilitadores e pelos participantes, bem como objetos que fossem se tornando simbólicos durante as desconstruções e reconstruções ocorridas no processo. Outra ferramenta utilizada é conhecida como *equipe reflexiva*, quando pessoas de fora assistiam a facilitação e depois desenvolvia conversas paralelas, em frente ao grupo. Nesse momento o grupo somente ouve e entra em estado reflexivo para debater mais tarde, já que não era permitido falar durante esse período.

Algumas vezes, pessoas de fora eram convidadas a falar sobre alguma temática ou assistir à facilitação a pedido do próprio grupo. Além disso, havia técnicas narrativas escritas e orais, como cartas ou simulação de contação de estórias a futuras gerações. Segundo Francisco, as narrativas eram muito importantes, “porque você trabalha com homens com pouca escolaridade e essas técnicas orais são um patrimônio muito bom que a gente tem na cultura popular brasileira” (55a, Psicólogo).

Técnicas como os jogos de adivinhação, movimentação pela sala, construção de linha da vida também eram utilizadas. Em São Gonçalo, o psicólogo Mário desenvolveu uma técnica intitulada *Cartões Rítmicos*, utilizada nos atendimentos individuais⁵⁰. Essa dinâmica era composta por cerca de 40 cartões que trabalhavam

⁵⁰Tais atendimentos ocorriam no CEOM como complemento dos grupos, tanto para homens quanto para mulheres.

duplas de palavras de significados inicialmente contraditórios, como “verdade/mentira”; “respeitar/abusar”; “empurrar/conversar”. Para ele, o objetivo principal era “retirar o homem do local de vítima, ou do discurso de vitimização, para que ele faça parte dessa cena onde ele é autor de ato violento” (Mário, 61a, CEOM).

Dessa forma, a abordagem relacional dos conceitos como “maternidade/paternidade”, por exemplo, pode fazer com que os homens percebam os dois lados do relacionamento em que estão inseridos e descubram novas motivações para levar o trabalho adiante.

Ao ser abordado o trabalho dos facilitadores, demonstrou-se fundamental conhecer que habilidades os informantes julgavam importantes, além das condições em que o trabalho era desenvolvido. Dentre as características citadas, não é necessário ter nenhuma formação específica, justamente pelo fato de serem oferecidas capacitações para que pessoas interessadas possam exercer tal função. Segundo Ângelo,

a ideia do facilitador é que ele funcione como alguém que possa, a grosso modo, estimular o debate entre os homens e, eventualmente, pontuar falas que debatem posicionamentos diferentes em relação ao que se traz no senso comum a respeito, sobretudo, de identidade de gênero e relações de gênero (Ângelo, 40a, Instituto Noos).

Por isso, essa formação trabalha a construção social da identidade de gênero e busca promover uma reflexão pessoal a respeito das desigualdades e das temáticas que serão tratadas. Além disso, o facilitador é treinado a aprimorar a capacidade de escuta e observar nos grupos os discursos presentes nas narrativas, para identificar quais são as “brechas” que podem provocar o debate acerca dos temas propostos. A “capacidade de se colocar no lugar do outro”, bem como a “abertura para olhar e querer modificar seus próprios preconceitos” também foram citadas.

A adoção de uma postura que não seja “julgadora” visa propiciar um atendimento humanizado e a alteridade exercida permite “olhar para aquela pessoa como ser humano. Você em conexão com o que tem de melhor, e aquela pessoa tem de melhor. E lidar com esse impacto” (Francisco, 55a, Psicólogo). Assim, ao contatarem com as experiências partilhadas nos grupos, não raro os facilitadores se percebiam também como autores de violência.

Entretanto, nem todas as iniciativas possuem apoio aos facilitadores para lidar com tais impactos. No caso do Juizado, devido ao grande número de homens que participam em cada edição (cerca de 40 por etapa) e das atividades dos facilitadores, não há possibilidade de um espaço de acolhimento para os profissionais. O momento que mais se aproxima disso são as reuniões da equipe, onde se fala sobre o que está acontecendo nos grupos e com os facilitadores, para que todos tenham ciência do processo.

Já nos grupos realizados pelo Instituto Noos e no SERH, sempre houve o pré-grupo – onde se fazia o planejamento do que iria ser trabalhado – e o pós-grupo, para informar quais foram os resultados daquele encontro. Essa reunião com toda a equipe, chamada de *intervisão*, operava como um debate feito por todos para a construção do conhecimento do que está sendo feito coletivamente (Rodrigo, ISER).

Ademais, o fato da facilitação ser realizada por duplas mistas (homem e mulher), permite que novas formas de conversa com mulheres aflorem. Inicialmente, apenas duplas de homens eram executoras dos GRGs, mas devido à demanda dos próprios participantes, facilitadoras foram contratadas. Dentre as vantagens da dupla mista

está a de ter uma mulher em uma posição diferente das que eles estão acostumados, sendo vista como uma igual; assim como uma mulher em um ambiente com muitos homens modularia a maneira como falam sobre seus preconceitos, já que estariam mais atentos à presença dela. Da mesma forma, pelo fato de ter facilitação masculina, muitas falas acabam passando despercebidas, o que não aconteceria se houvesse presença feminina (Ângelo, Instituto Noos).

Além disso, outro informante pontua que a facilitação ser executada por ambos referencia para os autores de violência que há outros homens que não fazem “piada machista ou riem das deles e, também uma mulher que não é como aquelas que eles tratam de maneira mais submissa, mulheres que falem de outro local” (Diego, 33a, ISER), tornando possível a quebra de estereótipos e a criação de uma nova forma de relacionamento entre os gêneros, tendo em vista que a experiência da violência é concebida como relacional.

Dentre os entraves apontados à realização dos grupos está a adesão dos participantes. Inicialmente há uma dificuldade, mas, segundo Rodrigo, “se o homem continua, vai aumentando as chances de ficar até o final, porque aí vai achando que

é importante para ele participar” (37a, ISER). Embora a demanda espontânea seja uma das possibilidades de inclusão nos grupos, para Francisco, o trabalho dá certo quando “o cara é obrigado a ir para o grupo (...). Não é um convite. E quando é, a adesão é menor. Quando os grupos acontecem dentro do espaço da justiça a adesão é maior, não que isso seja o fator transformador, mas facilita” (Francisco, 55a, Instituto Noos).

Por outro lado, a questão da continuidade dos processos mostrou ser a principal limitação dessas iniciativas, caracterizando a falta de estruturação enquanto política pública. Isso implicaria na falta de organização comum em todos os estados do país e na ausência de verba que subsidie. Da mesma forma, a falta de recursos para o restante da rede de enfrentamento à violência também se configura problemática para o desenvolvimento de articulação mais ampla entre os grupos reflexivos e outros serviços disponíveis.

O argumento da priorização das políticas públicas de atenção às mulheres denota outra das principais resistências à criação e ao desenvolvimento dos grupos: as reações do movimento feminista, pautadas também pela crença de que, ao invés de reabilitados, os homens deveriam ser punidos. Além disso, há o fato de haver financiamento para “um trabalho com homens em detrimento de um financiamento para os centros para as mulheres” (Rodrigo, ISER).

Segundo Francisco,

não dá pra implantar um serviço que tem recursos pra educação e responsabilização para homens [da ordem de] quinhentos mil e o município ter um Centro de Referência que recebe oitenta mil por ano. Você vai ter uma crítica contundente do Movimento Feminista. E com razão, tanto de dentro quanto de fora do município. Então eu entendo o Ministério da Justiça que só dá dinheiro para o município que tenha bons serviços pra atender as mulheres (FRANCISCO, 55a, Psicólogo).

Sobre os processos desenvolvidos para a avaliação de resultados dos grupos, embora a estruturação não seja padronizada, foram apontadas algumas tentativas de sistematização, como os *grupos de monitoramento* realizados em São Gonçalo/RJ⁵¹, criados para avaliar o impacto do grupo no cotidiano dos participantes após o encerramento do processo.

⁵¹Esses grupos eram realizados após o término dos grupos e, quando havia possibilidade, no contato com a companheira e com os filhos do participante. Devido a ausência de registro de tais grupos, não foi possível ter acesso à sistematização dos resultados.

O Instituto Noos chegou a realizar encontro com os homens que participaram após um mês do término, repetindo dois meses depois desse primeiro encontro e sucessivamente, até que se completassem dois anos. Já no SERH, ocorriam grupos focais na finalização dos 20 encontros, com roteiro multifocal e questionário auto-aplicado.

Para Diego, contratado como avaliador de projetos no ISER, foram poucas experiências avaliativas nos programas para homens ao redor do mundo, como por exemplo, “*grupos comparativos* entre homens que participaram dos processos reflexivos e aqueles que foram indicados mas não participaram” (33a, Psicólogo, ISER). A avaliação deveria ser feita, segundo ele, logo após o projeto e novamente, seis meses e um ano depois, para monitorar reincidências, manutenção ou mudança de relacionamento, dentre outros fatores.

Entretanto, se dentre os objetivos do grupo está a mudança dos padrões violentos nas relações de gênero, para ele “é mais complicado ainda. Como você vai medir isso? A gente tem algumas estratégias pra avaliar, mas nada conclusivo” (DIEGO, 33a, ISER). Além das já citadas, outros instrumentos são informalmente utilizados, como o relato de membros da família ou da comunidade em que o homem está inserido.

Para que seja possível compreender quais perspectivas e noções de gênero e violência orientam as dinâmicas realizadas nos espaços em que ocorrem os grupos, será desenvolvido o seguinte tópico desta análise, visando compreender como se estrutura o comportamento violento desses homens e em que medida essas ferramentas auxiliam em sua na contenção e interrupção.

3.2 A violência de gênero: rompendo com a naturalização

A construção dos papéis sociais atribuídos aos sexos, bem como a abordagem relacional do conceito de gênero, os quais já foram referidos, está identificada nas falas dos informantes, que também demonstram que essas transmissões intergeracionais são a base da reprodução das relações sociais de sexo, de sua renovação e transformações (TERRAIL *apud* HIRATA, 2009).

A respeito do aprendizado do comportamento violento, Pablo, psicólogo de

um dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro (JVDM) afirma que a vivência na infância e adolescência em um cotidiano violento influencia o comportamento dos autores de violência⁵².

A gente percebe a questão da aprendizagem. (...) O que a gente percebe é que, por exemplo, quando entrevistamos tem uma pergunta sobre a observação de violência dentro da família, e a outra pergunta é “E você, já sofreu algum tipo de violência?”. A gente está começando a sistematizar, mas é mínimo quem nunca tenha sofrido. Às vezes o que acontece é que tem a situação de violência e eles não identificam. Não percebeu, ou teve muita violência física, muito castigo, e não percebeu que sofre violência (Pablo, 49a, JVDFM).

A relação entre a violência de gênero ocorrida na família destes homens e seu comportamento mais tarde pode ser caracterizada como a reprodução das práticas de gerações anteriores. As transferências simbólicas de disposições e valores inerentes a essa socialização primária de mulheres e homens são as responsáveis por suas respostas às situações cotidianas.

Esse processo transgeracional, embora seja uma das influências mais significativas, não deve ser considerado *determinante*, pois embora não sejam autores de violência *todos* os que tenham sido agredidos, o contrário é verdadeiro: “todo mundo que faz violência sofreu ou testemunhou, ainda que não esteja claro, que não se lembre, aí fica muito clara a implicação social dessa história” (Estevan, 33a, Psicólogo).

Sobre isso, Estevan fornece os dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Noos com os participantes dos GRGs, segundo os quais

- 72% se lembravam de terem sido vítimas de violência.
- 57% se lembravam de terem sofrido algum tipo de violência física.
- 17% se lembravam de terem sofrido tentativa de abuso sexual.
- 59% de quem morava com ambos os pais se lembravam de ter presenciado violência entre eles.

Para ele,

⁵²Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Noos em parceria com o Instituto Promundo, entre 1999 e 2000, baseada nos questionários respondidos por homens que participaram de grupos reflexivos de gênero, cerca de 61,5% dos entrevistados sofreram frequentemente violência física na família de origem, e 9% deles sofreram abuso ou violência sexual na infância, por parentes ou conhecidos (NOOS, 2004).

o 'se lembravam' tem aquela chave de que se lembrar não é necessariamente ter vivido ou não. Está no plano da inconsciência e não é só através do social que eu vou conseguir desarmar esse circuito, porque essas pessoas nem sempre se lembram ou acreditam nos processos inconscientes (Estevan, 33a, Psicólogo).

Segundo Toneli (2010), é necessário pensar o comportamento dos homens a partir de seus contextos de vida, focalizando o processo de socialização que produz conexões entre masculinidade e violência e desnaturalizando a agressividade. Portanto, é através da família e da cultura que se efetiva a formação de homens violentos, sendo forte a associação entre a masculinidade viril, a competição e a violência. De acordo com Marília,

Há um sistema de sexo e gênero construído ao longo da história, onde mulheres também reproduzem. Até porque ficam mais tempo com as crianças do que os homens, pela situação machista, essa questão sexista. Mas pra nós [do Movimento de Mulheres de São Gonçalo/RJ] nunca foi patologizante. Muitas vezes eu me degladiei no debate quando achava que se estava explicando muito a violência. (Marília, 48a, MMSG).

É justamente na construção de uma masculinidade pautada pela agressividade e pela resposta violenta imediata às situações de estresse que denota-se uma falha de comunicação entre os parceiros.

Os homens não foram ensinados, nem cultuados a conversar, então a violência entra onde acaba a palavra, a expressão. Além do que, isso está muitas vezes muito associado a história do forte que aguenta. Então ele vai aguentando até não aguentar mais e explodir tudo. É um ciclo (Estevan, 33a, psicólogo).

Em uma situação de violência, a percepção por parte do autor de alguma conduta que o desagrade acaba sendo disparadora da agressão. Para Mário, psicólogo do CEOM em São Gonçalo, um exemplo disso é o fato de “o desejo nesse relacionamento estar proibido. Quando a mulher é desejante, eles ficam apavorados e acho que é aí que entra a violência. São as questões de gênero que sustentam tudo isso, que atravessam tudo isso”.

Essa violência é cometida por homens em situações de “desafios à masculinidade” que, desconhecendo outra forma de identidade masculina, recorrem às agressões como uma forma de identificar-se como homem na sociedade, de

reafirmar a dominação masculina presente em seu *habitus* (MESSERSCHMIDT *apud* TONELI, 2010).

Há, por parte dos informantes, uma percepção de que tanto a sociedade quanto o próprio agressor justificam os atos violentos em causas externas, como o stress no trabalho ou o uso excessivo de álcool, exacerbando seu papel. Entretanto, foram unânimes em afirmar que o álcool e as drogas não são as causas da situação de violência, embora quando os autores estejam sobre “esse efeito, a tendência é de que haja um disparador maior para a situação de conflito” (Rodrigo, 37a, ISER).

Essa circunstância anterior pode, portanto, ser agravada pelo consumo indiscriminado de álcool ou drogas, aliados à abordagem sexista de gênero na “resolução” do problema. Esse entendimento pode ser elucidado retornando-se ao conceito de patriarcado, que “singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (PATEMAN, 1993, p.39). Para Marília, é importante observar que o homem “só agrediu a mulher, que ele não agrediu o amigo, o companheiro de faculdade, que ele agrediu a mulher porque tem um alvo deliberado” (55a, MMSG).

Todavia, é importante questionar até que ponto as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura de poder não contaminam toda a sociedade e são reproduzidas de outras maneiras nas demais esferas da vida do indivíduo (SAFFIOTI, 2004). Para Francisco, mesmo entre os facilitadores dos grupos reflexivos de gênero, “o quanto que a gente disputa, compete pelo poder, pelo mercado nas questões de gênero, a gente não está sendo machista, não tá sendo viriarcal⁵³, não está discriminando, não está praticando violência contra os nossos parceiros?” (Francisco, 55, Psicólogo)

Para ele, a masculinidade não é sinônimo de violência, a menos que esteja vinculada ao patriarcado e ao *viriarcado*, que representam tanto a violência de homens contra mulheres, como também contra outros homens. Essa identidade construída e reafirmada está fortemente ligada ao contexto em que estão inseridos, pois se organiza em torno de uma forma identitária dominante (DUBAR, 2009).

A abordagem da violência como fenômeno multidimensional cria a

⁵³Conceito diversas vezes citado pelo informante, originalmente trabalhado por Nicole-Claude Mathieu (1985; 1991), que o define como o poder dos homens, sejam eles pais ou não, sejam as sociedades patrilineares, patrilocais ou não.

necessidade de se pensar em diversos recursos para preveni-la, no entendimento de que existe nitidamente uma “explicação social em termos de banalização, da promoção e da cultura” (Estevan, 33a, Psicólogo). Por isso mesmo, a caracterização de sua gravidade não pode ser estabelecida através de conceitos jurídicos, mas necessita de uma análise social mais geral que não a reduza às marcas físicas.

A violência grave não é aquela que deixou marca nem na alma, nem no corpo. Violência grave é que a gente permanece marcado por uma contenção de masculinidade que eu, pra ser homem tenho que agredir, mostrar poder, discriminar. Se um homem foi parar na Justiça porque a discriminação foi pequena, considerada de “baixo potencial ofensivo” e a outra maior porque a mulher ficou sem dente, marcada, condenada...mas o problema é essa masculinidade dominante, que exercito contra as mulheres e contra outros homens. Ainda que o juiz tenha considerado pequena, a marca dele é tão intensa quanto a minha. E tão intensa quanto a do cara que matou a mulher (Francisco, 55a, Psicólogo).

Embora não se possa traçar um perfil dos homens autores de violência, certas características são observadas, configurando portanto, *fatores de risco*. Dentre eles foram citados

um sentimento de desqualificação; de não reconhecimento; de baixa autoestima. Abuso de drogas e álcool; ciúme e possessividade; negligência com a própria saúde e outros cuidados; desconsideração dos próprios sinais de desconforto; migração, gestão financeira; crenças rígidas; problemas como provedor; salário inferior ao da mulher; desemprego, sub-emprego; divergência nas atribuições de gênero e formas conflitantes de proteção aos filhos (Estevan, 33a, Psicólogo).

Ainda é possível observar que esses homens “não têm formação muito alta, nem trabalho e nem renda. É o perfil de quem chega ao Juizado” (Rodrigo, 37a, ISER). Entretanto, esse perfil não contempla os demais casos de violência, presentes nas classes A e B, onde “a mulher vai direto pra psicólogo, pra advogado, possuem outros caminhos e ficam fora das pesquisas, das estatísticas” (Diego, Psicólogo, 33a, ISER).

Normalmente os homens dos estratos mais altos que participam não são por indicação da justiça, mas pela demanda espontânea gerada pela publicidade e informação sobre os grupos reflexivos. Em todos os casos, de uma forma geral, pode-se dizer que “são pessoas que apresentam muita fragilidade, muita insegurança. E quanto percebem que a parceira tem argumento, utilizam-se de

coação moral, psicológica ou física para contê-la” (Marília, 48a, MMSG).

Sobre o contexto em que tal violência ocorre, há um forte e preconceituoso senso comum que relaciona a violência com a pobreza, suportado pelas distorções que as estatísticas sobre o tema trazem, na medida em que esses dados são coletados em órgãos públicos, locais em que as classes menos favorecidas encontram apoio. Izumino aponta que “a violência doméstica não é resultado da pobreza, mas sua publicização é resultado da carência de direitos, entre eles o direito de ter acesso a serviços especializados para o atendimento de problemas dessa natureza” (2004, p.4).

Essa quebra de preconceitos a respeito do nicho em que a violência é praticada é atualizada no discurso dos facilitadores que, embora tenham passado por grupos de formação e reflexão de gênero, assumem a perspectiva de serem também *autores de violência*. Segundo Diego, “todos nós já fomos autores de violência, porque não é só violência física. Quem já fez vai começar a perceber quando agir de forma violenta, por conta dos padrões de gênero. É uma regra” (33a, ISER).

É a partir da reflexão promovida nos espaços de socialização dos grupos que os homens que praticaram a violência adquirem consciência a respeito de suas condutas. Isso é percebido quando afirmam que “essa masculinidade entra de tal jeito em você que parece que ela é fisiológica, que tá na urina. Como se fosse natural ser um predador, entende?” (A. citado por Francisco, 55a, Psicólogo e idealizador dos GRGs). Para ele, os 6 mil anos de patriarcado configuram uma marca com a qual os indivíduos são “gestados, paridos, amamentados desse jeito, indo pra escola assim”.

Embora possa haver uma tendência à repetição, também é possível acontecer o contrário. Segundo Rodrigo, houve um caso no projeto realizado em Nova Iguaçu de um “homem que estava lá justamente para não repetir um padrão da infância dele que ele via que estava repetindo” (37a, ISER). É nesse ponto que a pluralidade das disposições sociais, com a qual este homem entra em contato nos grupos atua, comprovando que “herdar é um processo sem fim, marcado pela ambivalência encontrada por tais disposições, que encontrarão ou não como se realizar na confrontação do herdeiro com as condições sempre renovadas de sua

ação biográfica” (TERRAIL *apud* HIRATA, 2009, 265).

Essa diversificação das disposições, por outro lado, pode conformar identidades e posicionamentos opostos nas atitudes e discursos dos participantes, relativizando os papéis de vítimas e autores/autoras da violência. Sobre isso, embora alguns informantes possam ter reafirmado o papel do homem enquanto autor – “eu chamo de agressor porque cometeu violência contra a mulher” (Mário, 61a, CEOM) –, encontrou-se nas falas dos entrevistados certa mobilidade em tais papéis.

Suas observações apontam para uma preponderância da postura de *vítimas* daqueles que cometeram as agressões.

Percebemos que eles ficam sempre na defensiva, são sempre vítimas. Só bateram porque a mulher provocou, porque não exerceu uma função, decepcionou, frustrou. E percebemos que tínhamos que tirar ele desse lugar da vitimização. Porque ele fica se escudando, se desculpando, se justificando pelo ato violento, como se a culpa toda fosse de origem dela (Marília, 48a, MMSG).

Da mesma forma, as mulheres são, via de regra, colocadas em “uma posição muito rancorosa ou vitimizadora. Não gosto de colocar a mulher numa posição vitimizadora”. (Marília, MMSG) A ideia de *sexo frágil*, comumente associada às mulheres, é desconstruída segundo os discursos analisados: “se você disser pra mim que essa mulher é fraca, a gente vai brigar. Não é nada disso, elas estão fragilizadas, mas são perfeitamente capazes de sair dessa posição” (Marília, MMSG).

A possibilidade de colocá-las em risco no caso de realizar grupos com homens no mesmo ambiente em que são atendidas, embora em horários e dias diferentes, é desacreditada. Segundo a interlocutora: “em momento nenhum a gente vai colocá-las em risco. Pra que ser tão tutelar? As mulheres são seres autônomos, capazes, podem estar fragilizadas, mas não são incapazes” (48a, MMSG).

Embora possa estar presente esse estereótipo de fragilização e vitimização das mulheres, segundo Rodrigo, “a gente esquece que o homem que agride não tá feliz. Não é uma situação confortável pra ele. Claro que a mulher sofre na carne, mas eu não vejo nenhum homem que bate e continua feliz, confortável com a situação” (37a, ISER).

É também por isso que se questionou o uso do termo agressor ou autor de

violência, auxiliando na compreensão da abordagem dos facilitadores. Para Francisco, “quando a gente chama o homem de agressor, a agressão é uma palavra do campo bio-psicológico. O autor da violência está no campo político, no campo sociológico, num campo antropológico, num outro campo” (55a, Psicólogo).

Isso significa que o termo *agressor* manteria a categoria no nível biológico, reafirmando as desigualdades como naturais e não como sociais: “Porque essa ideia da desigualdade de gênero vem justamente do biológico, né? (...) Você tira da natureza” (Mário, CEOM). Assim, a desnaturalização dos papéis de gênero se torna imprescindível para a compreensão de que a desigualdade e a hierarquia entre os sexos são eternizadas a partir da representação conservadora das relações entre homens e mulheres (BOURDIEU, 2002).

Essa primeira análise, enfocando a violência de gênero como cultural e relacionando-a com o aprendizado na socialização primária, bem como com a reprodução dos papéis sociais e da desigualdade entre os gêneros, teve a intenção de compreender a abordagem dos grupos reflexivos. Para encerrá-la, pontua-se a fala de Marília

Então acho que é essa cultura mesmo, do mais forte contra o mais fraco, do homem contra a mulher, da supremacia masculina, ele no público e ela no privado, esses papéis sociais rigidamente diferenciados entre mulheres e homens, faz com que você construa esse arquétipo em que a subjetividade masculina se estrutura e se reestrutura em relações violentas e desiguais de poder. Tem uma assimetria de poder e ele quer a subserviência daquela mulher e, na medida em que ela se demonstra autônoma, com vontade própria, dizendo que não concorda, que não quer fazer sexo hoje, que não é assim, ele se sente frustrado e age com violência pra manter o controle daquele alvo que é sua propriedade, que é sua mulher (Marília, 48a, MMSG).

3.3 As motivações de autores e facilitadores dos grupos reflexivos de gênero: mobilização para transformar?

Embora não tenha sido obtida a mesma proporção de relatos a respeito das motivações para os homens envolverem-se nos grupos reflexivos de gênero, optou-se por desenvolver um tópico específico sobre isso, tendo em vista ser um dos pontos cruciais no que conduz a aceitabilidade, a participação e os resultados obtidos nas dinâmicas.

A menção às motivações apareceu repetidamente na fala dos entrevistados e estas se revelaram importantes na medida em que sugerem uma variável significativa para compreender os resultados, positivos ou negativos, da participação de cada um desses homens nos grupos de reflexão. A resistência à participação (inicial ou durante todo o processo), por exemplo, demonstra as consequências de uma ação pautada pela adesão obrigatória, ao contrário daquelas que são motivadas pela demanda espontânea.

O fator fundamental para a análise das modificações é a forma de encaminhamento dos homens aos grupos reflexivos: demanda espontânea ou indicação da Justiça. A respeito da primeira, os informantes afirmam que a mobilização para participar do processo é maior quando o participante encontra, por si só, motivações que o levam ao grupo.

Quando os homens vão voluntariamente procurar, já se tem ali 50% do caminho andado, é tranquilo. Tá todo mundo disponível para aquilo, embora nesse segundo grupo do ano passado, uma das pessoas estava sendo indicada pela justiça, como medida alternativa. 'Vou ficar perto da porta pra ir embora, quando eu quiser...' Mas ele super aderiu (Estevan, 33a, Psicólogo).

Portanto, a percepção de que há algo errado com o relacionamento devido à violência causa, reconhecidamente, sofrimento nos homens que agrediram. Segundo Estevan, “o sofrimento era nítido, eles percebiam. Eles também não queriam bater, até porque é uma via de mão dupla, eles também sofriam muita violência, fosse física ou fosse ela verbal”. Para ele, desfaz-se um grande mito que não há sofrimento a partir do momento em que procura e aceita receber ajuda daqueles que estejam em sua mesma situação (Estevan, 33a, Psicólogo).

Por isso, ao procurarem os grupos, esses homens estão esperando dos espaços o acolhimento e a identificação capazes de ajudá-los a transformar suas práticas. Sobre isso, as aprendizagens e a carga afetiva que envolvem o processo de socialização secundária dos participantes são fundamentais para que a nova realidade visada pelo indivíduo possa ser conhecida e sedimentada em suas atitudes (BERGER & LUCKMANN, 2009).

A respeito do dar-se conta da prática violenta, teve-se contato com alguns relatos de homens que passaram pelos grupos, através de documentação

disponibilizada pelos informantes. Um deles chegou ao grupo após adentrar a Delegacia da Mulher na capital fluminense e pedir à delegada:

Me prenda. Porque eu pego a minha mulher e jogo no sofá, jogo na cama. Mas vai chegar um momento em que vou jogá-la no chão, na parede, vou pisar na cara dela. Sou lutador de artes marciais. Então você precisa me prender, porque eu preciso de ajuda e não sei onde eu encontro essa ajuda. Já fiz terapia, psicanálise, preciso de ajuda (Francisco, 55a, Psicólogo).

Em outra ocasião, após ser publicada reportagem no Segundo Caderno do Jornal O Globo sobre os grupos, intitulada “Ex-gorilas”, houve um recorde de procura e formou-se um grupo “com maioria absoluta de homens que foram ao Noos para poder virar um ex-gorila” (Francisco, 55a, Psicólogo). Essa publicização do espaço aponta para alguns resultados, ainda que sutis, de políticas de prevenção e desnaturalização da violência, apresentadas em campanhas publicitárias e que se refletem no aumento da demanda e oferecimento dessas iniciativas.

Ao serem questionados durante o processo sobre a escolha de estarem ali, muitos homens reforçavam a noção de que a violência é relacional e diz respeito ao processo em que é efetivada. Há casos em que homens são agredidos pelas suas parceiras.

É um compromisso comigo mesmo para que haja uma transformação. Acho que a gente também tem que se analisar: será que estou querendo ajuda? Será que estou me ajudando? Porque pra mim foi muito difícil chegar e falar do meu problema. Porque, ao contrário de todos eu não pratiquei a violência, eu sofri a violência (citado por Estevan).

Em outro relato, foi mencionada a história de Jorge⁵⁴, que procurou o CEOM em São Gonçalo após assistir palestra na qual percebeu ser violento com sua mulher, e buscava ajuda para desconstruir a chamada “violência natural”. Segundo Marília, ele afirmava que embora sempre tivesse protegido a família da violência urbana, descobriu que o maior perigo era ele próprio.

Assim, foi aceito no Centro e, surpreendentemente, sua mulher se negou a participar, pois não “queria modificar nada na relação, queria uma relação bem binária, separatista do privado e do público, onde embora recebesse violência, acreditava estar tudo bem” (Marília, 48a, MMSG). Ao final, o casal se separou e ele

⁵⁴Nome modificado para garantir privacidade ao sujeito em questão.

permanecia em atendimento do CEOM até o momento. Essa atitude denota um processo de ressocialização profunda e de tomada de decisão a respeito das práticas disposicionais. Por isso, pode ocorrer o afastamento de pessoas ligadas ao contexto no qual o indivíduo não sente-se mais pertencente (BERGER & LUCKMANN, 2009).

Muitos homens, entretanto, procuram ajuda por desejarem manter os relacionamentos em que estão. De acordo com Rodrigo, “dos voluntários que estão lá, a maioria quer continuar com a mulher, mas não tem recursos para construir uma relação saudável, então buscam no grupo ajuda (...) Os que querem ficar com as esposas tem uma disposição maior para o trabalho” (37a, ISER).

A principal diferença dos casos de manutenção de relacionamento para o anterior é o que caracteriza a socialização secundária, voltada para a modificação de algumas esferas da vida do indivíduo. Dessa forma, as relações de dominação pautadas pela violência são as razões pelas quais os indivíduos inserem-se em tais grupos, na tentativa de eliminar atitudes deflagradas por disposições para o comportamento agressivo (BERGER & LUCKMANN, 2009; LAHIRE, 2008).

Por isso é um contraponto importante a participação voluntária, já que os homens que foram indiciados percebem que há motivações diferenciadas para participar dos grupos. Para Francisco, os que procuram espontaneamente “sabem que quando vão pros grupos é porque tem alguma coisa que não vai bem com eles, alguma ficha que não tá legal nessa história e que ele é um agente provocador de violência” (55a, Psicólogo).

Sobre os homens que são indiciados e mostram-se resistentes à adesão e participação nos grupos, muitos chegam aos programas com o receio de serem taxados de “agressor”, como ocorre em outras instâncias do Judiciário. É daí que deriva a preocupação dos projetos com a formação dos facilitadores.

Há ainda os casos de não participação pela negação da culpa e da autoria das agressões. Um caso extremo, reportado por Francisco, diz respeito a um suicídio:

Ele dizia: 'eu sou inocente'. E vinha aos grupos e se negava a fazer qualquer atividade. 'Se eu fizer, eu estou dizendo que sou culpado. E não sou culpado'. Quando ele se matou eu fui falar com a juíza e ela disse que também achava que era inocente. E eu falei que o grupo é muito bom, mas não pode forçar o cara a ir. Então se ele é inocente, assume que você também acha e diz que tá convidando (Francisco, Psicólogo).

Por isso se faz necessário uma avaliação criteriosa dos casos que chegam aos grupos e de um acompanhamento atento ao processo de cada homem. Neste caso, embora o desfecho tenha sido trágico, resultou em um registro do próprio participante em um caderno, no qual ele escreveu durante os vinte encontros em que esteve presente sobre a importância desse grupo na vida daqueles homens que participavam.

Ainda sobre resistência à aderir, embora não possa ser possível prever quando ou mesmo se ocorrerá a adesão de um homem que participa por determinação da Justiça, quando isto não ocorre, muitas vezes, torna-se um fator dificultador do processo, sendo necessário “tomar medidas e optar pela não continuidade daquela pessoa no grupo” (Estevan, Psicólogo).

Outros fatores apontados são as situações que os homens se encontram ao chegarem no grupo: muitos são dependentes químicos, estão desempregados e não encontram apoio em outros lugares. Normalmente, os facilitadores encaminham para outros espaços como os Alcoólicos Anônimos, para tratamento simultâneo aos grupos. A integração entre os serviços e a capacitação dos agentes que neles atuam, para efetuar encaminhamentos às pessoas envolvidas em situações de violência, é requisito primordial para a eficácia e a eficiência dos programas, na abordagem global do problema (ZUMA, 2004).

Por fim, à respeito das motivações dos facilitadores para desenvolverem seu trabalho nos grupos reflexivos, novamente volta-se para a influência dos eventos ocorridos em sua socialização primária.

Eu cresci num lar violento, onde na minha primeira infância, segunda infância e adolescência, eu me sentia impotente diante um pai violento que agredia a minha mãe e que eu não podia fazer nada. Lembro exatamente do sentimento de uma criança vendo sua mãe apanhar, ou sendo humilhada e você nada poderia fazer, então eu cresci com aquilo e sabia que o sentimento era muito ruim, embora ele não fosse um agressor contra mim, mas contra ela. E é por isso que eu digo que a história da infância ficou (Marília, 48a, MMSG).

O aspecto motivacional das escolhas dos participantes entre aderir ou não, bem como dos facilitadores “escolherem” para si trabalhar com situações que, de uma forma ou de outra, relembrem seu passado diz respeito ao curso dos desejos.

Para Maturana (1995), o “curso que segue a história é o curso das emoções, em particular, é o curso dos desejos. São os desejos que fazem de algo uma oportunidade, ou um recurso, ou um caminho preferido” (*apud* ZUMA, 2004).

Inspirado nessas motivações e no trabalho desenvolvido pelos grupos, chega-se a um ponto crucial desse capítulo a respeito dos grupos reflexivos de gênero: as transformações ocorridas com os agentes envolvidos no processo, sejam esses os facilitadores, sejam os homens autores de violência.

3.4 Homens e a nova lente para ver o mundo: percepções e socializações

Nesta parte será realizada a análise de possíveis transformações ocorridas a partir da socialização dos homens que participam dos grupos reflexivos de gênero, tendo em vista as potenciais mudanças disposicionais provocadas pelos mecanismos que operam nesses espaços. Uma das formas de apreendê-las foi buscá-las nos relatos dos próprios autores de violência, elaborados a partir dos informantes e de documentos arquivados aos quais teve-se contato.

Buscou-se identificar nesses relatos as mudanças incentivadas pelos grupos, as novas atitudes que surgiram nos horizontes dos participantes e a possibilidade de continuidade desse processo após os encontros. Entretanto, tendo como perspectiva o processo dialético que ocorre dos grupos, considerou-se fundamental compreender as transformações nas vidas dos próprios intermediadores, a partir de suas percepções.

A conexão entre as atividades realizadas pelos GRGs e seus resultados mais imediatos sobre os homens autores de violência também é utilizada como forma de compreender como estas dinâmicas, descritas anteriormente, fornecem recursos comportamentais objetivos para suprimir ou contornar atitudes violentas.

Uma das principais mudanças apontadas pelos facilitadores ao longo do processo é que a resistência inicial dos homens à participação é paulatinamente transformada em adesão e, muitas vezes, em desejo de continuar desenvolvendo algum trabalho de auto-conhecimento e apoio terapêutico. Segundo Rodrigo, isso é atestado durante os grupos: “tem uns homens que chegam e falam que estão lá porque são obrigados, que não vão participar, não vão abrir a boca, e no final do

grupo pedem pra continuar. Alguns acham que foi pouco e querem participar de outro grupo, fazer de novo” (Roberto, 37a, ISER).

Essa socialização ocorrida necessita de formas de conservação dos novos hábitos, atitudes e aprendizados e, também, dos elos construídos com a participação nos grupos. Criando-se uma analogia com o que foi exposto no primeiro capítulo, os grupos reflexivos podem ser vistos como *estruturas específicas de plausibilidade*, a partir do momento em que servem como a base de apoio para as novas formas de resolução de conflitos (BERGER & LUCKMANN, 2009).

Ao longo do processo, as percepções a respeito da violência praticada e do próprio comportamento vão, aos poucos, sendo ampliadas. Houve casos citados como exemplo por mais de um informante, como o do taxista casado há 30 anos:

Num dia ele falou que tinha entendido, que tinha praticado violência nos 30 anos que eles tinham sido casados, porque achou um martelo que a esposa tinha escondido. Esse era o martelo que ele pegava e quebrava tudo em casa quando eles brigavam. 'Você bateu na mulher só quando casou e 30 anos depois, mas vivia quebrando tudo e achava que não era violento?' (Rodrigo, 37a, ISER).

Quando ele fez a conexão, ele desabou. Ele chegou a conclusão que [o martelo] estava escondido dele, (...) se deu conta de quanto ele era violento e daí então ele pode trabalhar essa questão no grupo. Esses dias ele me ligou, acho que ele tá bem (Ângelo, 40a, NOOS).

A conexão entre a influência do uso de drogas e o comportamento violento também é citada e, algumas atitudes passam a ser diferentes durante o processo. Houve o caso de um participante que evitava consumir álcool na véspera do grupo, para poder participar sem prejudicar os companheiros e estar mais presente nas dinâmicas. Segundo Diego, eles passam por “esse momento de reflexão. É uma coisa muito forte no grupo, não é todo homem que pode parar e conversar sobre esse tipo de assunto, essa reflexão toda a semana, falar sobre paternidade, saúde, violência” (Diego, 33a, ISER).

Esse processo reflexivo tem como consequência o controle de impulsos violentos e em alguns casos, evita atos extremos, como no caso de um homem que, ao descobrir que havia sido traído, planejou o assassinato da mulher e só não levou a cabo sua decisão porque lembrou-se do grupo e desistiu da ideia, optando pela separação. Para Pablo, “ele estar presente ali realmente tinha feito a diferença,

porque ele seria um assassino, justificado na sua crença. Foi bem significativo pra todo mundo, porque ele ainda estava no processo” (Pablo, 49a, JVDFM).

Esse controle pode ser interpretado como a inibição da disposição para a violência, corroborando a perspectiva de Lahire (2008) sobre as disposições plurais. Ativadas ou inibidas a partir da interação nos diferentes contextos sociais, configuram-se os grupos em ferramentas de contenção das práticas violentas. Uma das formas de incentivo a tal controle é expressa pelas falas de ex-participantes, que voltam ao grupo para dar depoimentos aos outros homens, na tentativa de motivá-los a continuar participando, relatando que foi naquele local que haviam “se descoberto” agressores e atestando uma mudança cognitiva-comportamental provocada pelo grupo.

Por isso, é muito difícil que algum participante negue que os GRGs fazem diferença, já que se configuram como um espaço de escuta e de troca, algo até então inédito em suas vidas.

Sempre tem homens que dizem que o trabalho foi importante em alguma medida pra eles. Ter espaço para serem escutados faz uma diferença pra eles muito grande. Dividir experiência é importante. Eles não dividem experiências íntimas com outras pessoas, muito menos com outros homens. Ter esse espaço gera um efeito muito interessante, muitos dizem que conseguem escutar mais os outros depois de participar desse trabalho, o que é muito importante para evitar uma violência. Na violência você não escuta, porque se você escutasse você não agiria (Ângelo, 40a, NOOS).

As perdas provocadas pelos atos violentos, seja no rendimento no trabalho, na tristeza provocada e sentida ou pelas marcas físicas, são consideradas fatores-chave para o entendimento de que não é só a mulher que foi agredida quem está em desvantagem. Alguns afirmam: “eu percebo hoje que, eu tendo a conduta que eu tinha, não era feliz, usando a violência não era feliz, meus filhos não eram felizes” (*citado por* Pablo, 49a, JVDFM). Sobre isso, Roberto Garda Salas, do programa Hombres por la Equidad, do México, afirma que a dificuldade para os homens poderem realmente despojar-se destas questões reside tanto na resistência a cooperar, quanto na dificuldade para renunciar aos privilégios adquiridos (*apud* TONELI, 2010).

A desconstrução das atribuições dos papéis de gênero passa pela reflexão da importância desses homens estarem participando de um grupo e de quanto um

espaço coletivo pode proporcionar um apoio real em termos de mudança de atitudes. Essa transformação necessita de espaços em que seja recompensada, já que “não se pode fundamentar virtudes duradouras [apenas] sobre uma decisão de consciência” (BOURDIEU, 1996, p.153), ou seja, em certo sentido os grupos podem ser pensados como espaços que inibem disposições violentas através do estímulo e recompensa – simbólicas, basicamente, como a valorização, o “sentir-se bem”, os laços de amizade que se formam – de práticas não violentas.

De repente você se coloca como problemático, isolado no mundo, violento e você está vendo que outras pessoas estão vivendo a mesma situação. Então, de certa forma, houve uma questão de solidariedade, de pensar também no outro, da questão da sociedade, do mundo em que vivemos, da perspectiva, na percepção do início do homem e de toda a formação que na verdade temos (P., citado por Estevan, 33a, Psicólogo).

Não sou melhor do que eles, o que faz com que me respeite e me faça respeitar e de que tenha respeito pelos outros é que tomei a decisão de me esforçar a cada momento no exercício da contenção necessária quanto a mim mesmo e quanto aos outros. 'Então nunca mais vou ter vontade de bater na minha mulher? Vou entrar aqui querendo matar minha mulher e sair daqui sem ter vontade de bater nela? É mentira' (M., também citado por Estevan).

É através do entendimento de como ocorreu a socialização masculina, a partir da experiência pessoal, do contato com as lembranças de infância que os laços desenvolvidos nos grupos concretizam-se. Segundo Oswaldo Montoya, é importante falar sobre o que lhes foi transmitido com palavras e atos de como deveriam comportar-se como homens e mulheres para, então, abordar a problemática dos homens e as contradições em suas vidas: “por un lado, privilegios, pero por outro con mucha represión y presión entre varones y de cómo todo eso influye en la formación de personalidades violentas, una mentalidad violenta y un proclividad a la violencia” (*apud* TONELI, 2010).

Por isso, as técnicas narrativas orais e escritas prestam serviço às memórias adquiridas nas primeiras etapas de socialização. Uma delas é a “Linha da Vida”, construída a partir do nascimento de cada homem, passando pela fase escolar até chegar a vida adulta, quando soma-se às dos demais participantes e serve para articular seus cotidianos e os pontos comuns em suas trajetórias, na tentativa de empreender a gênese dos comportamentos violentos.

No entanto, não é a isenção da responsabilidade de ter cometido uma agressão, mas sim a possibilidade de identificar os “pontos de desconforto” e os disparadores dos atos violentos que são incentivados no processo. É como “se fosse um pote que vai enchendo” (Rodrigo, ISER), com a diferença do participante perceber que, quando sentir o ímpeto de resolver alguma questão utilizando-se da violência, poderá optar por pedir ajuda e agir diferente.

'Senti o gosto bom de conseguir' (J. citado por Estevan)

Isso era muito legal, quando eles conseguiam ver uma situação que colocava eles em desafio, em que eles normalmente reagiriam com violência e eles não agem com violência, isso pra eles era uma vitória que o grupo todo sentia como uma vitória também. E aí as pessoas tentavam destrinchar: 'o que você fez pra não cair na pilha?' (Estevan, 33a, Psicólogo)

Para O., participante de um grupo do SERH, uma das soluções encontradas para que a violência possa diminuir, é perceber que “homens e mulheres deveriam ser criados com mais igualdade. Foi uma das reuniões mais importantes pra mim: preciso olhar o que é mulher e o que é homem” (citado por Estevan). Esse relato compõe o que foi considerado o cerne da abordagem reflexiva e responsabilizante sobre os atos violentos: a compreensão da desigualdade entre os gêneros como estruturante das relações violentas em que estão/estavam envolvidos.

É pelo reconhecimento dessa responsabilidade que cada homem tem ao fazer a opção pela violência ou pelo diálogo, que torna possível medir o impacto dos processos reflexivos. Muito mais que através dos facilitadores, tal troca acontece no contato com outros homens que estejam participando do grupo.

É através da comparação, da identificação de semelhanças e situações que queiram se afastar e que vêm presentes nos outros. Isso causa uma reflexão nesses homens. É como se cada um desses homens estivesse segurando um espelhinho e conseguisse ver parte do corpo dele que ele não via antes, através do diálogo entre eles. A partir daí ele começa a mudar de fato (Rodrigo, 37a, ISER).

Esse auxílio formado pelos *novos outrens* (DUBAR 2009) é estruturante das novas formas do sujeito se nomear e se identificar, correspondendo em certa medida às suas expectativas e às daqueles que compartilham delas. Sobre esses estímulos adquiridos durante os grupos, segundo os informantes, a possibilidade de se

defrontarem com um novo contexto que proporcione contato com formas distintas de “se pensar”, visões diferentes das que estão habituados e que fazem parte de seus repertórios de compreensão do mundo, provocam uma ressocialização e se tornam ferramentas de fomento às mudanças desejadas.

A partir disso, muitos se reorganizam, estabelecendo novas relações com as mulheres: alguns separam-se, *empoderam-se*⁵⁵ ao conhecer seus direitos e refletirem sobre suas práticas. A influência que o grupo exerce através de suas atividades, dinâmicas, problematizações na vida dos participantes aumenta na medida em que “ele percebe que é interessante isso, e passam a usar aquele espaço para se beneficiar de alguma maneira” (Pablo, 49a, JVD FM).

Fundamentalmente é esse o papel do grupo: oferecer alternativas que, embora não sejam a solução definitiva, revelam uma forma diferente de agir. Reflexões produzidas em conversas sobre a divisão dos serviços domésticos ou das formas de sustento da casa, bem como os exercícios teatrais em que os homens assumem papéis femininos possibilitam ver o lado da parceira no relacionamento⁵⁶.

Por isso, as percepções dos facilitadores sobre os resultados do trabalho dos grupos denotam desde uma maior sensibilização para o tema até a percepção de mudanças subjetivas em seus comportamentos. O contato com histórias de vida que remetam às suas próprias e forneçam a base de comparação das trajetórias é significativo para aguçar a percepção e a possibilidade de transmitirem diferentes valores para filhos e filhas, na tentativa de romper com a reprodução do padrão de violência.

Para Estevan, o fato de terem sensibilizado e diminuído a incidência de violência dentro de núcleos familiares demonstrou o nível de sucesso dos grupos.

Quando falo em sensibilizar eu falo em sentir o que aquilo gera de impactos, porque era muito interessante quando um homem falava o quanto ele se incomodava quando ele via como o filho lidava com a irmã. Daí o filho se justificava: 'mas eu vi você fazendo isso!' E o cara falava: 'pois é, o resultado pra mim não foi bom, a escolha é tua' (Estevan, 33a, Psicólogo).

⁵⁵ O que, em uma perspectiva emancipatória, é traduzido no o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão (HOROCHOVSKI & MEIRELLES, 2007).

⁵⁶ Embora, como aponta Bourdieu, “os gêneros, longe de serem simples “papéis” com que se poderia jogar à vontade (...), estão inscritos nos corpos e em todo o universo do qual extraem sua força” (2002b, p. 122).

Mesmo reafirmando que não é um espaço de terapia – embora possa ter efeitos terapêuticos – os informantes acreditam que os participantes saem dali com algum produto, algum tipo de pensamento sobre o que aconteceu. Ou, pelo menos, o espaço promove reflexões, a partir de questões que abrem novas conversas e podem modificar em alguma medida o padrão de relação com as parceiras⁵⁷.

As mudanças subjetivas são auxiliadas, em grande medida, pela terapia corporal. Segundo Francisco, quando os homens conseguem perceber a linguagem corporal que estão utilizando e em como ela expressa seus sentimentos, tornam-se mais atentos para seus impulsos.

A mudança em nível de subjetividade das representações que passam, é psicológica, é emocional, passa pelos nossos sentimentos, pelas nossas emoções, nossos acessos. Eu só mudo simbolicamente as representações e as metáforas se eu mudo como isso virou, como eu virei essa cultura. E eu só consigo mexer na subjetividade se eu mexer nos sentimentos das pessoas (Francisco, 55a, Psicólogo).

O aprendizado de como lidar com as próprias emoções de forma não-agressiva efetua-se através da apropriação de possibilidades distintas de fazê-lo, incorporando formas de expressão dos desconfortos e da agressividade nesse espaço de troca, informação, encontros com especificidades e semelhanças. As modificações de um padrão de masculinidade marcado por uma postura agressiva em um indivíduo, passam pela compreensão de que as situações continuarão a se repetir, mas sua reação perante elas é sempre uma questão de escolha.

Para Diego, de uma maneira geral, o que o grupo proporciona é uma primeira oportunidade de reflexão na vida de cada homem, embora não se possa evitar pensar em uma mudança de comportamento. Em alguns casos, “pode sim acontecer uma mudança radical. São cinco meses que ele vai participar, e aquilo vai mudar a vida dele, não vai mais ser violento nem com aquela mulher nem com qualquer outra, vai ajudar mais em casa, cuidar mais dos filhos e tal” (Diego, 33a, ISER).

À essa mudança radical – ou como foi referido no aparte teórico, essa *alternância* – são necessárias formas de manutenção em espaços em que possa ser reafirmada (BERGER & LUCKMANN, 2009). Tanto o grau quanto a intensidade

⁵⁷ Essa prevenção, que visa diminuir a reincidência e reduzir as consequências dos atos de violência, é nomeada terciária e é a base sobre qual se pautam a teoria sistêmica e os grupos reflexivos (ZUMA, 2004).

dessa ressocialização deve estar vinculada à uma perspectiva de transformação global do ambiente. Para dar conta disso, a abordagem sistêmica leva em conta os fenômenos em seu contexto de ocorrência, sendo a violência desencadeada por múltiplos fatores e sua redução pautada pela decomposição em ato e processo interacional (ZUMA, 2005).

Essas novas atitudes e comportamentos que os homens apresentam – segundo seus próprios relatos – ao fazerem o processo reflexivo também foram citadas. Segundo Estevan, algumas modificações podem ser visualizadas a partir de alguns indicadores, dentre os quais “ao primeiro sinal, eles passavam a tomar algum tipo de atitude, que poderia ser sair de casa, conseguir estabelecer uma conversa, expressar incômodo”, para evitar agressões ou discussões em momentos de estresse conjugal (33a, Psicólogo).

Embora os impulsos não sejam extintos, a agressividade poderá ser expressa de outra forma, tornando possível, por exemplo, definir até que ponto aquele relacionamento poderá ser levado adiante. Ou seja, a perspectiva do trabalho não é “entrou de uma forma, violento, e saiu bonzinho, mas sim, entrou sem nenhuma condição de conter sua violência e saiu com ferramentas pra isso” (Estevan, Psicólogo). Essa percepção gerada pelos mecanismos presentes no espaços de socialização compostos pelos grupos estão entre os resultados mais visíveis citados.

Alguns homens passaram a estabelecer acordos e regras em locais de trabalho ou com os filhos, a exemplo do Compromisso de Convivência construído no grupo⁵⁸. Essa incorporação de novas práticas e sua expansão para os demais espaços de sociabilidade da vida do indivíduo enquanto consequência do trabalho nos grupos reflexivos de gênero depende de incentivos para sua permanência.

Quanto a isso Pablo afirma que, embora prevista na Lei Maria da Penha a incorporação do conceito de masculinidade em currículos escolares, também deve ser ampliada para outros programas.

Mas para incorporar esse conceito, tem que estar gerado. É uma coisa que eu defendo, na saúde e na educação. Não é um privilégio da Justiça isso, para a pessoa que cumpre. Cumpriu, respondeu pra Justiça e acabou? E aí, onde ficam os espaços de referência? Onde os espaços públicos vão incorporar essas especificidades? E aí eu passo pra questão de saúde, do

⁵⁸ Como o caso de um mestre de obras que elaborou juntamente com seus operários normas para o funcionamento do espaço ou do pai que desenvolveu com as filhas regras e direitos na casa.

homem com a vertente de saúde. A saúde do homem e os níveis de violência. Um dos temas é também a violência. Como vai se dialogar isso? (Pablo, 49a, JVDFM)

Por isso a problematização do “*para onde vamos?*” e “*que relacionamentos queremos?*” é fundamental para não restringir os resultados à estatísticas no âmbito do Judiciário. Com a legislação atual aliada a outras políticas presentes na rede de enfrentamento à violência de gênero, em especial às voltadas ao atendimento das mulheres, pode promover um “estranhamento” a essa violência, desnaturalizando-a a partir de ações individuais e conjuntas.

Se por um lado, as mulheres passaram a estar mais cientes de seus direitos e, no processo de empoderamento, questionaram o modelo hegemônico sexista baseado em desigualdades e privilégios de gênero, por outro os homens são submetidos por processo análogo dentro dos grupos. Tal debate passa por todas as esferas da sociedade e implica nos papéis dos veículos de comunicação, da educação, da saúde e das práticas de cidadania como um todo.

A respeito de abordagens conjuntas, embora ainda não tenha sido possível realizar grupos mistos, em alguns momentos houve encontros entre os homens e as mulheres que participavam dos grupos reflexivos e foi possível trocar experiências⁵⁹. Segundo Estevan, foi o momento propício para que “um visse a perspectiva do outro” ao estar participando, configurando uma demanda dos próprios homens que, ao verem sua transformação, gostariam de estender isso às mulheres, envolver suas companheiras e familiares em grupos.

Em alguns locais, após o término do processo, houve homens que permaneceram fazendo trabalhos, desenvolvendo novas perspectivas e buscando apoio. No CEOM, em São Gonçalo, diversos ex-participantes do grupo permanecem em atendimento, mesmo sem terem sido enviados pela justiça. Por ser um Centro de Referência e Orientação, mulheres são atendidas e depois incluem seus companheiros e vice-versa, na tentativa de cessar o ciclo da violência.

Para Francisco, esse trabalho se diferencia das demais iniciativas por não ser de punição, mas “de fato uma possibilidade de transformação da masculinidade. Isso acontece”. Embora não possa ser facilmente mensurada, há alguns

⁵⁹Dois deles ocorreram no Instituto Noos: quando as confraternizações finais coincidiram e quando a Folha de São Paulo buscou participantes para uma reportagem [nota da autora, baseada nos depoimentos].

instrumentos para a avaliação de seus efeitos na vida dos participantes. Um deles é o *grupo controle*.

Aconteceu em pouquíssimos lugares do mundo e não podemos dizer se o homem muda ou não muda. Tem uma questão básica por trás. Estamos falando em comportamento, não é algo que podemos mensurar. Se avaliamos a questão da violência, estamos ouvindo o lado do homem. Então tentamos ouvir as mulheres, pra ver se os discursos batem. Assim podemos mensurar e ver se atingiu os objetivos do projeto que é de cessar a violência. Precisa de acompanhamento, de avaliação, que traga resultados e que possa se dizer com certeza (Diego, 33a, ISER).

Pautada por conversas significativas (BERGER & LUCKMANN, 2009), a conservação dessa nova realidade é facilitada pela resposta dada pelos facilitadores aos desafios enfrentados e às distintas respostas dadas observadas nas falas dos homens nos grupos. Sendo assim, o processo de avaliação, ao invés de configurar-se em mera apresentação de resultados concretos e mensuráveis, é subjetivamente realizado.

Ainda sobre o processo de mudança, mas enfocando a perspectiva do envolvimento do indivíduo com o trabalho que desenvolve, as mudanças também ocorrem com os próprios facilitadores ao longo da experiência que se propõe a desenvolver. Para Marília, a perspectiva interdisciplinar do trabalho em grupo favorece o conhecimento da subjetividade masculina, de sua construção em uma sociedade patriarcal dando voz ao lado “embrutecido” da realidade, composto pelos homens que cometem violência.

Por um lado, os anseios pela transformação traduzidos em pedidos de ajuda e por outro, a responsabilização e o envolvimento que atos violentos exigem judicialmente: “ouvir os próprios homens e mulheres é o que tem feito a diferença. Acho que percebi que é possível uma relação respeitosa, mesmo convivendo com pessoas que podem ser consideradas algozes” (Marília, 48a, MMSG).

Todavia, a maioria dos relatos dá conta de uma nova visão adquirida através de seu trabalho e que se reestrutura diariamente para cada facilitador, ajustando sua “lente de gênero para ver o mundo” (FRANCISCO, 55a). Os papéis sociais e a masculinidade *marcada*, *hegemônica* e *violenta* não estão presentes apenas naqueles que estão no grupo como participantes, mas nas próprias atitudes de quem intermedia o processo.

A partir do momento em que as histórias de vida e as visões de mundo dos participantes contrastam com as suas, ou mesmo quando se assemelham, transformam o preconceito e o distanciamento inicial entre os “agressores” e os “mediadores”. É quando seus posicionamentos tornam-se intercambiáveis, desmistificando a oposição presente na relação desenvolvida entre eles nos grupos.

Segundo Diego, a experiência é

um processo de reflexão total sobre a minha vida, a criação que tive, de olhar pro meu pai, pra minha mãe e enxergar de como eu tinha sido construído como homem e fazer uma política sobre uma série de coisas. E de ter esse olhar muito mais voltado pras mulheres, trabalhando muito mais com os homens, mas muito mais sensível às questões das mulheres (...) pra mim é uma mudança de olhar mesmo. É o que marca pra mim. É daqui onde eu tô, como é que vou olhar pra esses homens (33a, ISER).

É um trabalho que faz com que estejam sempre repensando suas práticas, reaprendendo a lidar com as emoções de forma refletida por meio de situações que expõem o inconsciente, mas também entender qual a permanência da transformação, tanto para os gestores e promotores da política pública, quanto para os participantes. Para Pablo, o trabalho em grupos reflexivos

me mobiliza, me faz pensar em mim, faz pensar no meu casamento, nos momentos em que sou agressivo, em que estou com raiva, em que uso meus privilégios como homem, me faz pensar o tempo todo. Então me faz confrontar muito, a questão da violência doméstica, dos privilégios que quero ter e também de como eu lido com a minha agressividade. E em como fico agressivo (Pablo, 49a, JVDFM).

Embora não se possa concluir que os grupos reflexivos de gênero para homens sejam eficazes para o fim da violência doméstica, aqui a tentativa foi a de mapear as ferramentas voltadas a produzir mudanças nesses indivíduos. Estando eles dispostos (ou impostos) às práticas reflexivas, tais estratégias pautam suas ações “no” e “sobre” o mundo de outra perspectiva, visando produzir masculinidades menos marcadas por questões de virilidade e agressividade e na busca de relações menos polarizadas.

Da mesma forma, o trabalho de reflexão que promovem é também ao qual se submetem-se a cada novo grupo, baseado em motivações pessoais para fazê-lo, e configurando-se em agentes sociais preocupados com a transformação da realidade social em que vivem. Os resultados prévios que esse estudo pôde mapear, bem

como as sugestões para seu objeto e as próprias limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa serão expressos a seguir.

Considerações Finais

Este trabalho buscou, em primeiro lugar, descortinar a existência de espaços em que se permita pensar de forma diferente a respeito da atenção aos homens autores de violência doméstica contra suas companheiras. Por isso, os grupos reflexivos de gênero para homens foram escolhidos para a incursão.

Embora a motivação inicial para tal empreendimento residisse na queda da reincidência das agressões no espaço das relações domésticas, o contato com contexto em que tais iniciativas foram implementadas foi gerador de surpresas e constatações. Em primeiro lugar, por terem sido criados anos antes das recomendações expressas na Lei Maria da Penha, sobre serviços e centros de responsabilização para autores de violência.

Soma-se a isso a pronta disponibilidade e a facilidade de acesso para desenvolver o trabalho de campo da pesquisa, capaz de produzir vínculos com o ambiente, as instituições, as cidades e as pessoas entrevistadas. O envolvimento gradual com a pesquisa possibilitou a inserção em diversos espaços no estado do Rio de Janeiro e a circulação da pesquisadora, proporcionada pelos informantes, nas iniciativas que trabalham com homens, tanto as de caráter preventivo, como resolutivo.

O reconhecimento do contexto em que tais violências são originadas é fundamental na atuação dos grupos, e também a compreensão dos papéis de gênero como culturalmente naturalizados. A assimetria de poder nas relações entre os sexos, fundamentada na atribuição social das identidades de gênero inculca, por exemplo, a hostilidade masculina em relação às emoções e a sensibilidade feminina; o incentivo à prática do sexo para os homens e sua interdição para as mulheres, além da prevalência do papel de provedor sobre o exercício da paternidade por um lado, e da dependência econômica feminina e incentivo da maternidade por outro.

Os estereótipos formulados pelos papéis sociais traduzem, nesses casos, uma masculinidade hegemônica, formadora das disposições sociais com as quais os indivíduos agem, legitimando condutas agressivas e pouco afeitas ao diálogo e à resolução de conflitos de forma pacífica. Dessa forma, a compreensão da situação de violência deve levar em conta os significados em torno dessa temática que são

prevalentes ao grupo cultural de referência dos envolvidos.

O entendimento de que seus atos violentos são direcionados a pessoas mais frágeis do que eles próprios, pode ser, por um lado, uma forma de “confirmar seu poder”, mas acaba resultando em colocá-lo na posição de não procurar auxílio, ou ainda, não merecer atenção e apoio. Do mesmo modo, os estímulos externos como o consumo de drogas ilícitas ou de bebidas alcoólicas, bem como as situações de estresse profissional, desemprego, dificuldades econômicas e isolamento social, passam a ser vistas por eles como disparadores do processo e não mais justificativas para a violência.

Posto isso, os grupos atuam como uma das ferramentas utilizadas na tentativa de reversão dessa masculinidade individualizada, viril e agressiva. É um espaço de troca e de criação de intimidade entre os homens, herança advinda, segundo os informantes, das iniciativas criadas pelo movimento feminista. Embora não seja adotada a perspectiva terapêutica por parte dos informantes na realização de seu trabalho, os grupos produzem, fundamentalmente, reflexões e percepções deste caráter.

Tais espaços tem apontado transformações na percepção e responsabilização dos homens enquanto produtores de violência e, fundamentalmente, reprodutores da desigualdade de gênero e das atitudes agressivas com as quais foram – e permanecem sendo – socializados. É justamente através da modificação do contexto e da inserção em novos espaços que determinadas condutas deixam de ser preponderantes e ocorre, em alguma medida, a inibição das disposições para a violência, quando novas formas de (re)agir a discussões e confrontos cotidianos são aprendidas para, posteriormente, serem reproduzidas.

Fundamental a essa perspectiva é a possibilidade de comunicação e expressão de desejos, desconfortos e experiências que marquem a subjetividade desses homens e revelem a violência como cultural, modificando a compreensão patologizante que tem a respeito de suas próprias condutas. A desnaturalização das relações de gênero é o fator fundamental para esse “dar-se conta”, devendo ser promovida nos grupos e, mais amplamente, em outros setores da sociedade.

Vale destacar a avaliação realizada com os participantes para o encaminhamento, quando necessário, a outros órgãos e espaços de atendimento

presentes na rede de enfrentamento à violência, como os Alcoólicos Anônimos. Há ainda a possibilidade de indicação para desenvolvimento de trabalho terapêutico simultâneo à participação no processo.

Nos GRGs há um diferencial em relação aos demais atendimentos ofertados em situações de violência: o fato dos indivíduos serem indicados pela Justiça (em sua maioria) e a participação ser imposta a eles. Dessa forma, desconsidera-se a instância do desejo, motivação fundamental para a realização de um processo de reflexão (TONELI, 2010, p.18) a respeito das disposições individuais, atuantes nas relações interpessoais. Por isso, a “quebra” da resistência inicial dos participantes dos grupos é feita através de dinâmicas corporais e do contato físico com outros homens, o que tem se mostrado efetivo.

Um importante contraponto a essa obrigatoriedade está nos homens que optam por participar do grupo de forma espontânea, motivados pelo desejo de desvincularem-se, em alguma medida, de uma realidade construída ao longo de sua trajetória, através da inserção em um ambiente violento – ocorrida na socialização primária e reproduzida na fase adulta. Muitas vezes incentivados pelas próprias companheiras ou, ainda, pelo desejo de recuperarem uma relação afetada por suas condutas e pelas agressões que praticam, sua presença nos grupos afeta homens que não encontram motivações para fazê-lo.

Conforme expresso pelos dados coletados pelas entrevistas e pela pesquisa documental, o acolhimento proporcionado pelos grupos, pautado pela escuta atenta e disponível, tem a capacidade de ampliar a reflexão dos homens a respeito de suas práticas e do aprendizado que tiveram e que seguem transmitindo a seus filhos e filhas.

Esse “novo olhar” direcionado aos homens, misto de cuidado e incentivo, constitui uma oportunidade para a relativização de valores e símbolos que associam a masculinidade à violência e ao confronto, transformando sua auto-imagem e elevando a auto-estima. Nesses locais os homens entendem que, embora encontrem justificativas que possam legitimar a violência cometida são, ao mesmo tempo, autores de violência e responsáveis por promover mudanças em sua trajetória pessoal e familiar.

Dessa forma, a desconstrução da desigualdade de gênero incentivada

através do grupo atua na revisão dos papéis de “vítima” e “algoz”, do “provocar” e do “se defender”, além de diversos outros conceitos *a priori* antagônicos e produtores de (des)culpas. Essa abordagem da violência e a reflexão a respeito das desigualdades de gênero exige pensar conjuntamente em estratégias que incluam mulheres, filhos e filhas na prevenção e interrupção da violência familiar.

Ademais, a compreensão das perspectivas teóricas e metodológicas sobre o universo em que as práticas violentas são cometidas, bem como a resposta do meio e dos principais envolvidos, está voltada para uma perspectiva relacional e não apenas culpabilizante e punitiva. Isso não significa que essas iniciativas substituam a maior punibilidade expressa pela legislação atual, mas servem como um mecanismo incentivador da “reflexão responsabilizante” dos homens envolvidos, constituindo estratégias para que o homem possa reconstruir sua forma de existir enquanto tal.

O conhecimento da realidade dessas políticas públicas e da articulação em rede de tais grupos com as iniciativas que trabalham exclusivamente com mulheres demonstraram que, embora ainda enfrente resistências de setores do movimento feminista local e nacional, uma nova abordagem da problemática da violência começa a surgir. Entretanto, a ausência de estruturação dos GRGs enquanto política pública impede que sejam replicados para outras localidades do país ou mesmo tenham garantida a continuidade de seus serviços.

Embora tenham sido criados em pequena escala, os GRGs assumiram proporções maiores, capazes de provocar debates nacionais e internacionais, a respeito de legislação, atenção integral, modelo de aplicação da política, resultados esperados e obtidos e reconhecimento do pionerismo no país. A percepção de que a prisão dos autores de violência era um recurso contraproducente para combater a violência doméstica possibilitou a sensibilização de órgãos vinculados ao Judiciário e proporcionou parcerias frutíferas entre estes e os grupos reflexivos, devido a seu trabalho de mobilização social.

Dentre as limitações para a ampliação do foco dos GRGs está a escassez de verbas para trabalhos conjuntos, repercutindo na continuidade dos projetos. Por isso, o Ministério da Justiça optou, no último ano, por investir em projetos municipais e estaduais para o trabalho com homens em localidades que possuíssem Centros de

Referência e Atendimento às Mulheres estruturados. Isso implica na articulação de prefeituras e secretarias com Organizações Não-Governamentais para o oferecimento de serviços e centros que possam abarcar as situações de violência de forma mais completa.

Ainda há dificuldades no que diz respeito ao atendimento ao público e à crescente demanda advinda da Justiça, que cria espera de alguns meses para inclusão de novos participantes. Entretanto, a articulação dos GRGs com outras iniciativas na rede de enfrentamento à violência ainda não pode ser considerada efetiva, tendo em vista que enfrentam alguma resistência do movimento feminista na disputa por orçamento e por atenção de financiadores e população.

A possibilidade de construir grupos mistos de homens e mulheres também parece estar em nível de maior abstração, já que a estruturação dos grupos reflexivos pautou-se pela separação entre masculinos e femininos justamente para compreender as especificidades que os determinam. Um olhar global das relações de gênero, promovido pela perspectiva sistêmica, pode possibilitar o entendimento do contexto por todos os lados envolvidos.

O engajamento desse segmento da população na promoção da equidade de gênero e nas ações pelo fim da violência contra as mulheres, entretanto, ultrapassa os espaço circunscrito por essas medidas. A promoção de campanhas como a do Laço Branco e de iniciativas em comunidades marcadas pela vulnerabilidade social, bem como a conscientização dos demais segmentos populacionais corrobora a necessidade da transversalidade de tais políticas.

Embora as cifras da violência apontem para um extrato econômico desfavorecido, mais exposto à publicização dos conflitos por não possuírem outras formas de resolução de seus conflitos – como a estrutura jurídica e de atendimento psicossocial privado –, a violência de gênero comprovadamente ocorre em todas as esferas da sociedade.

As avaliações a respeito da eficácia dos grupos reflexivos de gênero ainda não puderam ser efetivamente conclusivas, devido ao fato de lidarem com mudanças comportamentais e que necessitam de um trabalho de acompanhamento permanente, envolvendo todos os envolvidos no ciclo da violência. Embora algumas iniciativas com os *grupos de monitoramento* tenham sido realizadas em alguns

momentos, a medição dos índices de reincidência e das mudanças efetivas na vida desses homens não podem ser confirmadas a longo prazo.

Embora não tenha sido aprofundado neste estudo, uma “provocação” necessária é a que trata sobre os próximos passos dessas iniciativas. O futuro dos investimentos e da disputa por financiamentos, bem como de uma possível disputa entre os sujeitos aptos a desenvolver tais grupos. Vertentes que trabalham com o tema estão vinculadas à diferentes perspectivas: desde as igrejas e seus grupos para famílias, passando pelos espaços da justiça, chegando na disputa entre a medicalização dos conflitos, vinculada ao entendimento da violência enquanto patologia, e a perspectiva política, da disputa de recursos e autoridade para trabalhar com o tema. Configura-se, portanto, dois caminhos: aquele que desnaturaliza a violência e o que trata os homens violentos através de medicamentos.

Por enquanto, os mecanismos desenvolvidos nos grupos reflexivos, como o Pacto da Não-Violência e o Compromisso de Convivência Saudável demonstram ser úteis na sua replicação para outros aspectos da vida dos participantes. Da mesma forma, o controle dos impulsos e a troca de relatos, experiências e temores dentro desses espaços também são atestados como fatores de sensibilização e, em certa medida, ressocialização.

A respeito do envolvimento dos profissionais enquanto facilitadores e a constatação de reflexões incentivadas pelo trabalho desenvolvido permitiu, segundo eles próprios, exercitar cotidianamente a observação de suas condutas, atitudes e comportamentos a respeito da violência sexista que praticavam e também eram submetidos. A capacidade de escuta, a alteridade e a investigação da intencionalidade e da motivação do ato praticado, bem como a atenção ao dano consequente, propicia tanto aos participantes dos grupos como aos profissionais envolvidos, perceber a violência presente em seu comportamento e exercitar a capacidade de (re)descobrir outras formas de relação.

Incentivada pelo desejo de compreender as modificações na vida dos participantes do grupo e, posteriormente, no ciclo da violência doméstica, essa dissertação visou apreender as modificações na dimensão subjetiva, impressas nas disposições sociais com as quais esses homens agem. As transformações dessas

práticas, quando baseada no apoio que recebem ao estarem inseridos em espaços de socialização, variam em maior ou menor grau de acordo com suas motivações.

A mudança do contexto enquanto consequência do processo pode fazer com que a ressocialização afete as relações domésticas, repercutindo em sua característica violenta. Os diferentes níveis em que essa socialização acontece são as determinantes para as mudanças – ou permanência – das atitudes relacionadas à resolução de conflitos domésticos.

Embora sejam recentes na história das políticas públicas de enfrentamento à violência, os resultados prévios da atenção aos homens e os grupos reflexivo-responsabilizantes sugerem uma maior visibilidade do problema. Ao atingirem diferentes instâncias da sociedade, dão “oportunidade para que os homens [possam] se comprometer em construir, com suas parceiras, presentes ou futuras, relações mais cooperativas e solidárias, a partir do reconhecimento da violência praticada” (INSTITUTO NOOS, 2004, p.9).

Esse reconhecimento, provocado pela “nova lente para ver o mundo”, como foi caracterizada pelos informantes nesta pesquisa, comprova que mudanças individuais ocorrem, principalmente, através de espaços coletivos, de apoio mútuo e construção coletiva de novas realidades. A aprendizagem de novas alternativas vai, gradativamente, formando um leque de escolhas possíveis e desejáveis no sentido de transformar relações domésticas e incentivar novas práticas cotidianas, passando das relações íntimas para a forma de envolver-se em espaços coletivos e representar-se enquanto ser humano consciente e livre.

Referências

ADAM, Silke & KRIESI, Hanspeter. The network approach. In Paul A. Sabatier (org), *Theories of the policy process*, Cambridge, MA: Westview Press, 2007. p. 129-154.

AGENDE. *Relatório CEDAW*. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

Disponível em: <<http://www.agende.org.br/convencoes/cedaw/cedaw.php>>

Acesso em: 21 setembro 2011.

ANDERSEN, Tom. *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2002.

AVON, Instituto; IPSOS. *Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil*. Campanha Fale Sem Medo Não à Violência Doméstica, 2011.

Disponível em:

<http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf>

Acesso em: 25 jul 2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de Sistema Penal e Violência de Gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. *Sociedade e Estado*, Brasília, n. 1, v.23, p. 113-135, jan.-abr. 2008.

BARBIERI, Terezita. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com Sociologia*. Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas/São Paulo: Papyrus, p.137-194, 1996.

_____. *Esboço de uma teoria da prática*. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 2002.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

BRASIL. *Lei n° 9.099*, de 26 de setembro de 1995.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9099.htm>>

Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 10455*, de 13 de maio de 2002.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10455.htm>

Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>

Acesso em: 29 dez 2010.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores*. Brasília, 2008.

Disponível em:

<<http://observatorio03mulheres.wordpress.com/2009/01/19/servico-de-responsabilizacao-do-agressor/>>

Acesso em: 15 de set 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da Violência Sexual contra mulheres e adolescentes*. Norma Técnica. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamentos dos Direitos Humanos. Gerência da Igualdade de Gênero e de Combate à Violência contra a Mulher. *Termo de Referência para Implantação e Implementação de casas-abrigo*. Brasília, DF, 2000.

Disponível em:

<<http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/termo.htm>>

Acesso em: 11 nov. 2011.

BUTLER, Judith. *El gênero em disputa: en feminismo y la subversión de la identidad*. México: Paidós, 2001

COLETIVO FEMININO PLURAL. *Violência contra a Mulher. As políticas públicas de âmbito municipal. Projeto de Capacitação de Agentes de Instituições Governamentais e Não Governamentais de Cachoeirinha/RS*. Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, 2006.

DATASENADO. *Pesquisa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2011.

Disponível em:

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/violencia/datsenadop_esqvc2011.pdf> Acesso em: 16 ago 2011.

DO CARMO, Milena Cunha dos Santos. *De Cinderela à Cidadã: uma abordagem feminista das representações de diferentes agentes sociais sobre violência contra a mulher e crime sexual*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Disponível em:

<<http://sabix20.ufrgs.br:8991/F/UAGTYULVXCDTRVNXHJ673U1EYDP4J5CS6LP9U81LKYD259S4RY-00476?>>

[func=service&doc_library=URS01&doc_number=000708103&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA>](#)

Acesso em: 29 jan 2012.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Edusp, 2009.

DURKHEIM, Émile. *Éducation et sociologie*. Paris: PUF, 1977.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GIDDENS, Anthony. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*; 21 (1): 25-34, 2009.

HELLER, Ágnes. *Instinto, agressividad y carácter*. Barcelona: Península, 1994.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi & MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. *Anais...*, UFSC: Florianópolis, 2007.

Disponível em:

<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>

Acesso em 25 fev 2012.

IBOPE; INSTITUTO AVON. *Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher 2009*.

Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/pes_inst_avon_violencia>

Acesso em: 22 dez 2010.

INSTITUTO NOOS. *Conversas homem a homem: Grupo Reflexivo de Gênero. Homens e Violência de Gênero*. NOOS: Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Quem somos*.

Disponível em: <<http://www.afpoa.com.br/wp/?p=3387>>

Acesso em: 16 jan. 2012.

INSTITUTO PAPAI. *Campanha Brasileira do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher*. 2010

Disponível em: <http://www.papai.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=560>

Acesso em: 15 jan 2012.

_____. *Quem somos*.

Disponível em: <http://www.papai.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=537>

Acesso em: 16 jan. 2012.

IZUMINO, Wania Pasinato. Violência contra a mulher no Brasil: acesso à justiça e construção da cidadania de gênero. In: A questão social no novo milênio. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais. *Anais...*, Coimbra: 2004.

Disponível em:

<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/WaniaPasinatoIzumino.pdf>>

Acesso em: 20 jan 2012.

JACOBY, E.E. Le sexe, categorie sociale, Masculin-féminin. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.84, p.16-27, 1990.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos*. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimônios Individuais de Disposições: para uma Sociologia à Escala Individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.49, p.11-42, 2005.

_____. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.2, ago 2008.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000200011&script=sci_arttext&tlng=en>

Acesso em: 12 set 2011.

MASSULA, Letícia. *A violência e o acesso das mulheres à justiça: O caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho*.

Disponível em:

<<http://www.mulheres.org.br/violencia/leticiapdf.pdf>>

Acesso em: 10 jul. 2010.

MARQUES, Eduardo. Mecanismos relacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n.64, pp.157-161, 2007.

MATHIEU, Nicole-Claude. *L'arraisonnement des femmes*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985

_____. *L'anatomie politique (Catégorisations et idéologies du sexe)*. Paris : Côté-femmes, 1991.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEAD, George Herbert. *Espiritu, Persona Y Sociedad*. Desde el punto de vista del conductivismo social. México: Editorial Paidós, 1993.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade ... (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp. p.101-106, 2009.

OBSERVE. *Observatório da Lei Maria da Penha*.
Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/observatorio>>
Acesso em: 11 jul. 2010.

PASINATO, Wânia. Delegacias de defesa da mulher e juizados especiais criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. XVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS. *Anais...* Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de Outubro de 2004.

PASSY, Florence. Social networks matter. But how? In: Diani, Mario & McAdam, Doug (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERSEU ABRAMO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

Disponível em:
<<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinio-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>>
Acesso em: 12 jan 2011.

PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. *Centro pioneiro promove reeducação de autores de violência contra mulheres*.

Disponível em:
<http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1785:centro-pioneiro-promove-reeducacao-de-autores-de-violencia-contra-mulheres-unfpa-300309&catid=13:noticias&Itemid=7>
Acesso em: 14 jun. 2010.

PORTAL G1. *Denúncias de violência doméstica contra a mulher crescem 112% em 2010*.

Disponível em:
<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias/not_viol/g1_03_0810_ligue180.pdf> Acesso em: 15 dez 2010.

PRÁ, Jussara. Políticas Públicas, direitos humanos e capital social. In: *Capital Social, Teoria e Prática*. Orgs: Marcello Baquero e Djalma Cremonese. UNIJUÍ, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pesquisa em CS Linha de Pesquisa: Sociedade Cultura e Poder, 2006.

PROMUNDO. *Relatório Anual 2006*. Rio de Janeiro: Promundo.

QUIVY, Raymond & CHAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.

RANCI, Costanzo. Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: Melucci, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: VOZES, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei 9.116*, de 20 de julho de 1990. Institui o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_IdNorma=17980> Acesso em: 17 jul 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 2. v.16, p. 5-22, jul.-dez. 1995.

SERH. *Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero*. Nova Iguaçu: SEMASPV, 2007.

SILVA, Augusto & PINTO, João Madureira. Uma visão global sobre as ciências sociais. In Silva, A. & Pinto, J. (Coords.), *Metodologia das Ciências Sociais* Porto: Edições Afrontamento, 1986.

SILVEIRA, Lenira Politano. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>> Acesso em: 24 maio 2011.

SPM. *Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres*. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/sobre>> Acesso em 11 jul. 2010.

_____. *Rede de enfrentamento à violência contra a mulher*. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/atendimento_mulher.php> Acesso em: 06 jan 2012.

_____. *Lei Maria da Penha*. Coibe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: SPM, 2006.

_____. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. Brasília: SPM, 2008.

TERRAGNI, Laura. *A pesquisa em gênero*. In: Melucci, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: VOZES, 2005.

TERRAIL, Jean-Pierre. Transmissões intergeracionais. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

TONELI, Maria Juracy Figueiras. *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC, 2010.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WACQUANT, Loic. *Notas para esclarecer a noção de habitus*. Trad. por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira, 2007.

Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>

Acesso em: 12 out 2010.

WAARDEN, Frans Van. Dimensions and types of policy networks. *European Journal of Political Research*, n. 21, 29-52, 1992.

WINCK, Gustavo; STREY, Marlene. Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7, 2006, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2006.

Disponível em:

<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_05_B.html>

Acesso em: 01 nov 2010.

WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M.R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-128.

ZERO HORA. *Juíza critica aplicação da Lei Maria da Penha*. Porto Alegre, 27 de fev. 2009.

ZUMA, Carlos Eduardo. A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. In: *Nova Perspectiva Sistêmica*, ano XIII, n. 23, fevereiro de 2004.

_____. Em busca de uma rede comunitária para a prevenção da violência na família. Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária, Fortaleza, 7 a 11 de setembro, 2005. *Anais...CBTC*, 2005.

Anexos

Anexo 1 – Termo de Consentimento Informado ou Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Trabalho: *Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens*

Nome da aluna: *Milena do Carmo Cunha dos Santos*, estudante do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Matrícula: 00130039.

Você está sendo convidado a participar de um estudo, que tem como objetivo principal analisar programas que trabalhem com homens autores de violência desde a ótica dos mediadores de grupos reflexivos e também dos homens que praticaram a violência no estado do Rio de Janeiro. Os dados da pesquisa serão utilizados para a elaboração do meu trabalho de conclusão.

As entrevistas serão ANÔNIMAS, portanto não existe qualquer possibilidade de identificação do entrevistado durante a transcrição dos dados ou na apresentação dos resultados. Se houver alguma citação de depoimento, será especificado somente o sexo e especialidade do respondente. As entrevistas serão gravadas e após a elaboração do trabalho os depoimentos serão apagados.

A sua participação tem um caráter voluntário, esclarecendo que você pode se retirar a qualquer momento do estudo. O telefone do Departamento de Sociologia na Universidade é o (51) 3308-6635.

Milena do Carmo Cunha dos Santos

Ciente: _____

Nome e assinatura d@ entrevistad@

_____ de Julho de 2011.

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista com Facilitadores dos Grupos Reflexivos de Gênero

DADOS BIOGRÁFICOS

Nome
 Idade
 Local de Moradia
 Estado Civil
 Tempo de Relacionamento
 Formação
 Raça/Etnia (auto-declaração)
 Tem [filh@s](#)?

GENEALOGIA

Como foi a origem do centro, o que é a instituição?
 Como o centro está organizado?
 Quais as instâncias de decisão?
 Quem são os responsáveis pela organização?
 Quais os símbolos utilizados pelo centro?
 Qual a “visão de mundo”/ “missão” da instituição?
 Quais as temáticas trabalhadas no centro?

FORMATO DOS GRUPOS

Qual o formato dos grupos: terapêuticos, educativos, reflexivos?
 Quais as atividades desenvolvidas exatamente (grupos, grupos de homens)? São gratuitas?
 Quem são os responsáveis pelo desenvolvimento dos programas? São sempre homens, no caso dos grupos com homens?
 Que metodologia vocês utilizam?
 Quais os objetivos de cada uma das atividades?
 Acontecem aqui mesmo ou em lugares diferentes?
 De onde advém os recursos?

ATENDIMENTO NOS GRUPOS

Qual o público desses programas? E como chegam até vocês?
 A maioria é composta por heterossexuais?
 Como lidam com a questão da privacidade com os participantes?
 Há um termo de consentimento em utilizar suas declarações?
 Os grupos são abertos ou fechados? É possível que alguém assista ou acompanhe sem ser os participantes escolhidos? Tem data de início ou vão aceitando participantes?
 Quais elementos são utilizados pelo grupo para o desenvolvimento dos grupos? (Músicas, rituais, cursos)
 Quais as dificuldade que vocês tiveram para/na realização desses grupos?

Há algum tipo de auxílio fornecido para os participantes?

E para os mediadores, há remuneração?

Você tem ideia de quantos homens já participaram desses grupos desde a primeira edição?

REDE DE INSTITUIÇÕES

Vocês tem contato com outras instituições que trabalham com isso no Brasil? E no exterior?

Como funciona a rede de atendimento aos homens aqui no RJ? Vocês fazem parte da RHEG?

FUNDAMENTAÇÃO

Qual a linha teórica que vocês se apoiam no trabalho com os grupos?

Após os grupos, há um encontro entre mediadores para trabalhar questões terapêuticas próprias?

Quais são as habilidades que se requerem de um mediador? E no que se refere a capacitação e multiplicação do programa?

MOTIVAÇÕES E RESULTADOS

Por que escolheu trabalhar com isso? Por que trabalhar com violência?

Como é o relato dos homens após passarem pelos grupos? Como vocês diagnosticam que foi efetivo ou não?

Há algum tipo de medição de resultados? Avaliações?

Alguma abordagem diferenciada para trabalhar com as diferentes violências?

E quanto a trajetória desses homens autores de violência:

- Acredita que há algum padrão entre eles? Econômico, social, psicológico?
- A experiência que tiveram na infância é determinante? No caso de terem sofrido violência ou abuso.
- Alguma relação entre alcoolismo, drogadição, desemprego?
- Continuam frequentando terapia depois dos grupos?